



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE – PRODEMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

LIGIA ALVES VIANA

**PARQUES EÓLICOS E CONFLITOS AMBIENTAIS: LUTA E RESISTÊNCIA AO
PROJETO COMPLEXO EÓLICO BALEIA EM ITAPIPOCA/CE**

FORTALEZA

2016

LIGIA ALVES VIANA

**PARQUES EÓLICOS E CONFLITOS AMBIENTAIS: LUTA E RESISTÊNCIA AO
PROJETO COMPLEXO EÓLICO BALEIA EM ITAPIPOCA/CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles.

Coorientadora: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

FORTALEZA

2016

LIGIA ALVES VIANA

**PARQUES EÓLICOS E CONFLITOS AMBIENTAIS: LUTA E RESISTÊNCIA
AO PROJETO COMPLEXO EÓLICO BALEIA EM ITAPIPOCA/CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 31/ 08 /2016.

BANCA EXAMINADORA ACADÊMICA

Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Coorientadora)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

BANCA EXAMINADORA DO TERRITÓRIO:

Maria Conceição de Sousa Pinto
Assentamento Maceió - Itapipoca

Maria do Livramento Gonçalves
Assentamento Maceió – Itapipoca

Maria Franciane Félix Guia - Itapipoca
Assentamento Maceió

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V667p Viana, Ligia Alves.
Parques eólicos e conflitos ambientais : luta e resistência ao projeto Complexo Eólico Baleia em Itapipoca/CE / Ligia Alves Viana. – 2016.
134 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles.
Coorientação: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.
1. Justiça Ambiental. 2. Energia Eólica. 3. Conflitos ambientais. 4. Resistência. I. Título.

CDD 333.7

Ao Assentamento Maceió, por todos os ensinamentos de luta e de vida.

AGRADECIMENTOS

Afeto, indignação e encanto, com doses de angústia e solidão necessária à criação. Mas uma solidão acompanhada de diálogo constante com coletivos em resistência. São sentimentos que permearam a experiência de construção deste estudo. Um período de aprendizado, encontros e de cultivo à amizade e cumplicidade. De relações de respeito e encantamento crítico. A acolhida foi o um dos atos que mais vivenciei em diversos âmbitos desta trajetória. Este estudo é repleto de gratidão.

Ao Assentamento Maceió pela acolhida e diálogo confiante, num processo de construção compartilhada de conhecimento, aprendizado e por me permitir caminhar junto, neste momento, nessa trajetória de luta. Gratidão pelos ensinamentos de liberdade, de autonomia, de diversidade, pela beleza de viver com respeito e coragem.

Ao NEEPA/PRA-UFC que no âmbito acadêmico se colocou, com leveza, como chão, que prontamente acreditou, dialogou, possibilitou reflexões profundas e apoiou o processo no âmbito da construção compartilhada de conhecimentos. Com respeito e carinho acolheu o debate e possibilitou ampliar a discussão e perceber a beleza e força dos saberes, reconhecidos como estratégias efetivas de produção e reprodução da vida. À Andrea Camurça a quem tenho imensa gratidão e admiração, quem possibilitou essa trajetória e em quem com afeto e carinho encontro amizade profunda, de cumplicidade e confiança. À profa. Gema Galgani que com doçura e encanto me recebeu como pesquisadora e como pessoa, que me viu e me permitiu simplesmente ser.

Ao Núcleo TRAMAS, pelos debates instigantes, pelo cultivo à indignação, ao compromisso acadêmico com a transformação social e de enfrentamento às injustiças. À profa. Raquel Rigotto, e às parceiras e cúmplices nos desabafos e reflexões acadêmicas no PRODEMA e no TRAMAS, Renata, Livia e Emanuelle, que me acolheram e me apresentaram ao grupo.

Ao Instituto Terramar sempre aberto ao diálogo e presente no processo de construção do conhecimento. Pelo aprendizado e admiração da atuação no fortalecimento político enquanto enfrentamento às injustiças na Zona Costeira do Ceará. Agradeço pela acolhida profissional e pelo apoio e garantia do diálogo nas comunidades. À Rogéria, Cristiane, Karleane, Cleidiane, Sulamita, Joana, Edite e Eudes pelo carinho e luta cotidiana.

Às Irmãs de Notre Dame de Namur, Maria Alice e Lu, pelo apoio e carinho cativante. Pelos ensinamentos de vida, de esperança e insistência, pela beleza de estar junto. À irmã Lu em especial pela cumplicidade e confiança.

Ao prof. Jeovah Meireles pela atenção, por acreditar e depositar confiança sincera no processo de construção de conhecimento conjunto. Pelo aceite ao desafio da orientação interdisciplinar.

À minha mãe, Carlota pela compreensão de tantas ausências, por desejar e confiar que no significado do distanciamento, há uma escolha de compromisso e dedicação à vida.

“Dez varas juntas é mais difícil de quebrar!”
(Manoel Assis, Assentamento Maceió)

RESUMO

O modelo de desenvolvimento pautado no Brasil insere-se num cenário caracterizado pelo processo de avanço do capitalismo mundial e as demandas tecnológicas para intensificação da disponibilização de energia é elemento fundamental para garantir produção e expansão da lógica econômica de acumulação de capital. O investimento em grandes projetos de infraestrutura e de energia no país é o cenário adotado pela política nacional como medida de garantir o desenvolvimento e expansão da produção, principalmente, das commodities. Porém, os empreendimentos energéticos como os Complexos Eólicos ocupam extensas áreas e ocasionam uma série de impactos sobre as populações onde se instalam. Nesse sentido, este estudo procura analisar os processos de conflitos e (in)justiças ambientais ocasionados pelo projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia no entorno do Assentamento Maceió, localizado no município de Itapipoca/CE. Para tanto, desenhou-se uma trajetória de pesquisa baseada na pesquisa participante sob a perspectiva da ciência contra-hegemônica, na construção de um estudo em diálogo com o dinamismo da realidade de modo que se constitua em produto da demanda e do compartilhamento entre os saberes, numa perspectiva de construir coletivamente processos participativos de produção de conhecimento. A constituição geopolítica mundial revela um cenário de crise estrutural do modo de produção hegemônico e que se aprofundam os questionamentos sobre as contradições da lógica de acumulação do capital como a única lógica de vida no planeta. Nesse sentido, as saídas apontadas para um sistema que é baseado em contradições revelam um acirramento de sua essência destrutiva. Os sujeitos envolvidos nesse processo de construção compartilhada de conhecimento demonstram que há uma infinidade de possibilidades alternativas a existência humana que apontam para uma lógica de concepção do mundo no qual os aspectos sociais, culturais, epistêmicos e ambientais estão indissociados, revelando uma cosmovisão diferenciada e fora da lógica do capital, marcado pela heterogeneidade de saberes e de práticas de reprodução da vida.

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Parques Eólicos. Justiça Ambiental

ABSTRACT

The development model based in Brazil is part of a scenario characterized by the advance of world capitalism and the technological demands to intensify the availability of energy is a fundamental element to guarantee production and expansion of the economic logic of capital accumulation. The investment in large infrastructure and energy projects in the country is the scenario adopted by the national policy as a measure to ensure the development and expansion of production, mainly of commodities. However, energy projects such as wind farms occupy vast areas and cause a series of impacts on the populations where they settle. In this sense, this study seeks to analyze the processes of environmental conflicts and (injustices) occasioned by the project to implement the Baleia Wind Complex in the surroundings of the Maceió Settlement, located in Itapipoca / CE. For that, a trajectory of research based on participant research was designed from the perspective of counter-hegemonic science, in the construction of a study in dialogue with the dynamism of reality so that it becomes a product of demand and sharing between knowledge, with a view to collectively building participatory processes of knowledge production. The global geopolitical constitution reveals a scenario of structural crisis of the hegemonic mode of production and the questions about the contradictions of the logic of accumulation of capital as the only logic of life on the planet are deepened. In this sense, the outputs pointed to a system that is based on contradictions reveal a worsening of its destructive essence. The subjects involved in this process of shared knowledge construction demonstrate that there is an infinite number of alternative possibilities to human existence that point to a logic of conception of the world in which the social, cultural, epistemic and environmental aspects are indissociated, revealing a differentiated worldview and outside of the logic of capital, marked by the heterogeneity of knowledge and practices of reproduction of life

Key words: Environmental Conflicts. Wind Farms. Environmental Justice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 01 - Mecanismos de produção de injustiça ambiental
- FIGURA 02 - Matriz Energética no Brasil – 2014
- FIGURA 03 - Fluxo de Energia Elétrica – BEN 2015/ Ano base 2014
- FIGURA 04 - Mapa Parques Eólicos na Zona Costeira do Ceará
- FIGURA 05 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Bom Jesus
- FIGURA 06 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora São Caetano
- FIGURA 07 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora São Caetano I
- FIGURA 08 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Eólica Cachoeira
- FIGURA 09 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Eólica Pitimbu
- FIGURA 10 - Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Eólica São Galvão
- FIGURA 11 - Mapa comunitário com levantamento dos impactos e estratégias elaborado pelas comunidades intercambiantes no Semiárido
- FIGURA 12 - Localização das torres do Complexo Eólico Baleia e delimitação do Assentamento Maceió

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Quantidade de Usinas Eólicas no Brasil

TABELA 02 - Relação de Leilões de Energia realizados até 2016

TABELA 03 - Composição do Complexo Eólico Baleia

TABELA 04 - Cenário de Inequidade Ambiental: participação no processo de Licenciamento Ambiental

LISTA DE FOTOS

- FOTO 01: Visita às áreas previstas para implantação de aerogeradores. Trecho desmatado pela empresa para demarcação de locais de implantação de aerogeradores. Registro próprio, 2015
- FOTO 02: Agricultor registrando a biodiversidade da região e sua relação como o modo de vida no território. Registro próprio 2015
- FOTO 03: Visita às áreas previstas para implantação de aerogeradores. Análise da profundidade do poço cavado pela empresa. Registro próprio. 2015

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACALMA	Associação de Cultivadores de Algas Marinhas do Maceió
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
ABEEOLICA	Associação Brasileira de Energia Eólica
ABRACE	Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AEA	Avaliação de Equidade Ambiental
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ARRIMA	Associação de Rendeiras do Imóvel Maceió
ASCIMA	Associação Comunitária do Imóvel Maceió
ASPIM	Associação de Pescadores do Imóvel Maceió
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CGE	Central Geradora Eólica
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FMI	Fundo Monetário Internacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME	Ministério de Minas e Energia
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEEPA	Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBM	Programa Brasil sem Miséria
PCH's	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PLDM	Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura
PNE	Plano Nacional de Energia
PRA	Programa Residência Agrária
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RAS	Relatório Ambiental Simplificado
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SIN	Sistema Interligado Nacional
SEMACE	Superintendência Estadual de Meio Ambiente
WWF	World Wildlife Fund
ZCC	Zona Costeira do Ceará

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	UMA TRAJETÓRIA COLETIVA	18
3.	DINÂMICA DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO, POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E ESTADO DE AJUSTE	24
3.1.	Da Acumulação	25
3.2.	Crises: uma dinâmica intrínseca da acumulação	30
3.2.1.	<i>Crise financeira</i>	30
3.2.2.	<i>Crise Ambiental e Crise de Civilização</i>	35
3.3.	O Brasil e o ajuste à mundialização do capital	41
3.4.	Neodesenvolvimentismo: Acumulação por espoliação e transformações territoriais	46
3.5.	Conflitos e injustiça ambiental	51
4.	ENERGIA EÓLICA: A MERCADORIZAÇÃO DOS VENTOS	55
4.1.	Cenário Energético no Brasil	56
4.2.	Grandes consumidores de energia	59
4.3.	Dinâmica de Expansão dos Parques Eólicos no Brasil	61
4.4.	Expansão de Energia Eólica no Estado do Ceará	63
4.5.	Flexibilização do Licenciamento Ambiental: estratégia em benefícios dos interesses do capital	69
5.	“COM UM POVO UNIDO SEU DR. NÃO HÁ QUEM POSSA!”	73
5.1.	História do Assentamento Maceió: Trajetória de lutas e conquistas	75
5.2.	O Complexo Eólico Baleia: injustiças ambientais	85
5.3.	O Conhecimento como estratégia de enfrentamento	99
6.	DIÁLOGO CONTINUA NA TRILHA DAS ESTRATÉGIAS DE DEFESA DO TERRITÓRIO	116
	REFERÊNCIAS	122
	ANEXOS	128

1. INTRODUÇÃO

Com a crise mundial de 2008, o país reforça suas estratégias econômicas baseadas na exportação de *commodities* num processo de ampliação das fronteiras de produção homogeneizadoras. Com esse crescimento na produção primária, essencialmente para exportação, há uma intensificação pela demanda em investimentos em infraestrutura, visando à expansão da produção nacional voltada, sobretudo, para atender os interesses do agronegócio e grandes indústrias transnacionais.

Isso impulsionou uma prática de investimentos e incentivos voltados para os empreendimentos que garantissem a estrutura energética para a manutenção dessa dinâmica de produção e consumo.

O Estado do Ceará, através de sua política de desenvolvimento caracterizada pelos incentivos à implantação de grandes indústrias e agroindústrias, tem intensificado os investimentos também para o mercado de suprimentos energéticos. Com o objetivo de atrair capitais internacionais foi contratado um estudo para avaliação do potencial eólico do Estado, intitulado Atlas do Potencial Eólico do Estado do Ceará, publicado em 2001, pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), que apresenta a predominância de condições favoráveis à produção energética por meio da captação da força dos ventos, apontando para uma fonte de mercado lucrativa e associada aos discursos de caminho tecnológico e solução diante do debate sobre a crise ambiental no cenário mundial.

A Zona Costeira do Estado do Ceará é apresentada, nessa perspectiva, como área com grande potencial eólico a qual, aliada aos incentivos fiscais dos Governos Federal e Estadual para implantação de grandes complexos eólicos, constitui-se, na perspectiva da política de desenvolvimento do Estado, um atrativo não apenas para investidores internacionais, mas também para empresas estatais. Desde então, os processos de implantação de Complexos Eólicos no Estado do Ceará crescem exponencialmente na região costeira, avançando inclusive para além da costa, seguindo para áreas de serras e chapadas.

É importante considerar nesse processo a intervenção na dinâmica dos territórios, ocasionada pela implantação dos grandes empreendimentos eólicos, onde as populações locais sofrem um processo de desterritorialização, interferindo diretamente em suas atividades cotidianas, que, por sua vez, se constituem fora da lógica econômica hegemônica. A implantação dos Complexos Eólicos representa uma intervenção que

altera não só a paisagem, mas os modos de fazer e de viver na comunidade. É relevante investigar como essa intervenção influencia nas formas de produção, na cultura, nas relações territoriais e perspectivas de vida nessas comunidades.

O investimento em obras de grande porte e planos de desenvolvimento voltados para o crescimento econômico reflete a conjuntura descrita e instiga a participação no debate sobre os aspectos que configuram o avanço das fronteiras produtivas sobre as comunidades tradicionais e os bens naturais destes territórios. Nesse sentido, este estudo procura analisar os processos de conflitos e (in)justiças ambientais ocasionadas pelo projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia no entorno do Assentamento Maceió, localizado no município de Itapipoca/CE, considerando os custos sociais e ambientais impostos às comunidades locais e percebendo as táticas utilizadas pelas empresas nas comunidades para o processo de implantação do empreendimento e as estratégias dos territórios para enfrentamento do debate sobre a energia eólica, visibilizando as violações de direitos e ameaças ao modo de vida local.

Esta pesquisa, portanto, tem como principais indagações: Que aspectos conjunturais e estruturais, políticos e econômicos configuram a estrutura de implantação dos Complexos Eólicos no Brasil? Que táticas e instrumentos são utilizados pelo empreendedor (entendendo como toda uma cadeia de setores interessados) para seguir com o processo de implantação do empreendimento? Como o projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia interfere na dinâmica cotidiana das comunidades afetadas? Como se dá o processo de resistência quanto ao processo de implantação do Complexo Eólico Baleia?

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão sobre os elementos que constituem a natureza do sistema capitalista, suas bases históricas fundantes e a dinâmica de expansão, hegemonia e crises cíclicas. Essa análise nos revela as estruturas essenciais que produzem e reproduzem uma lógica de produção e consumo baseado na mercadoria e no lucro. Ao elucidar tais elementos buscamos compreender a dinâmica da constituição geopolítica mundial da contemporaneidade analisando as relações da expansão do sistema capitalista no âmbito do avanço de fronteiras produtivas e de financeirização do capital e os processos de transformações territoriais que esse processo ocasiona. Um contexto mundial de intensificação das catástrofes ambientais e de acirramento das desigualdades socioambientais tem apontado intensos questionamentos sobre as estratégias econômicas, políticas, culturais, ambientais, epistêmicas e ideológicas que

apontam para um campo de incertezas sobre a existência da humanidade no planeta.

O segundo capítulo debate sobre a perspectiva hegemônica de solução para as crises do modo de produção capitalista que aponta a estratégia de modernização tecnológica e investimentos em processos produtivos ecologicamente eficientes como suficientes para superação dos limites da produção mundial. A geração de energia torna-se, portanto, questão central nos debates sobre expansão da produção num contexto de crise ambiental o que tem influenciado a elaboração de políticas de energia no Brasil voltadas para investimentos em fontes renováveis. Fato que representou expressivo crescimento de projetos de implantação de parques eólicos no país, revelando um horizonte competitivo à acumulação de capital. O capítulo apresenta ainda as estratégias e o papel do Estado no processo de expansão de parques eólicos, o contexto cearense nessa dinâmica e os impactos e conflitos ambientais provocados pela geração de energia eólica em larga escala.

O capítulo terceiro apresenta o debate sobre os efeitos da implantação de parques eólicos nos territórios costeiros do Ceará e de que maneira o modelo de implantação de energias renováveis sob o discurso de energia limpa apresenta uma dinâmica de inviabilização das atividades cotidianas e práticas de produção e reprodução da vida, que recaem principalmente, em comunidades tradicionais, como povos originários, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e camponeses. Especificamente a discussão segue para avaliação dos aspectos estruturais que configuram o projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia nos municípios de Itapipoca e Amontada, apresentando uma análise das contradições e limites do projeto. Em uma série de encontros realizados entre movimentos sociais, comunidades da região, universidade e organizações não-governamentais foi possível aprofundar conhecimentos sobre a implantação de parques eólicos na Zona Costeira do Ceará. E ainda, num processo de construção compartilhada de conhecimento foi realizada uma análise crítica das ameaças aos territórios, identificadas em análise do projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia. A trajetória de luta pela conquista da terra no Assentamento Maceió revela uma formação política e estratégica de garantia e defesa do território que apresenta elementos significativos na articulação conjunta com as comunidades do entorno na construção de ações e estratégias de resistência ao empreendimento eólico.

O desenvolvimento desta pesquisa, portanto, constituiu-se em uma construção

contínua de sua trajetória, conduzida por meio de diálogos com os sujeitos dos territórios e de pares acadêmicos num processo coletivo de análise dos indícios e elementos de reflexão que surgiam ao longo da experiência de estudo compartilhado do projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia.

2. UMA TRAJETÓRIACOLETIVA

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se
pôs a caminhar.

Paulo Freire

A escolha desta temática de pesquisa deu-se a partir do contato com comunidades da Zona Costeira do Ceará que tiveram suas vidas alteradas após a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura. No município de Trairi presenciei como rapidamente a implantação de parques eólicos avançava sobre as comunidades na zona costeira, alterando campo de dunas e ainda o cotidiano nos municípios com a presença de máquinas de grande porte, aumento do fluxo de pessoas na região e ainda com chegada de expressivo número de trabalhadores nas comunidades de outras regiões e Estados.

Este cenário instigou-me a conhecer que aspectos configuram a dinâmica de expansão de parques eólicos no Estado do Ceará e quais as implicações destes nas formas de vida da região onde se instalam. Mas, a experiência de produção científica não seria suficiente sendo desenvolvida apenas como instrumento passivo de conhecimento. Como aponta Demo (1980) a experiência de cultivar um processo de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social que a quer compreender, também para transformá-la é a que me proponho na elaboração deste estudo.

Para tanto, desenhou-se um caminho cujo desafio é buscar estratégias que possibilitem, sobretudo, o desenvolvimento de uma pesquisa que contextualize o trabalho científico no dinamismo da realidade e que seja um produto da demanda e do diálogo entre os saberes numa perspectiva de construir coletivamente processos participativos de produção de conhecimento.

A pesquisa participante apresentou-se como percurso para realização do estudo, considerando as afinidades quanto ao processo de construção de um saber dinâmico que dialoga com as necessidades coletivas na realidade. Brandão (1990) aponta os princípios metodológicos da pesquisa participante: autenticidade e compromisso, antidogmatismo, restituição sistemática (esta pode ocorrer num processo de comunicação, linguagem e diálogo acessível e diferenciada no qual todos são atuantes no processo de produção do conhecimento), o *feedback* entre os agentes do processo, o ritmo e equilíbrio de ação-

reflexão (articulando o conhecimento com as demandas coletivas) e ainda a produção de uma ciência dialogada com técnicas participativas.

Nesse sentido, a decisão de território para a realização da pesquisa foi apontada a partir da participação de debates e discussões sobre a questão do desenvolvimento e suas implicações ideológicas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), mas, sobretudo, a aproximação com o Núcleo Tramas¹ possibilitou a construção de um aprendizado que não acontece de forma unilateral, mas sim de que é preciso conhecer os territórios e suas realidades vividas, os saberes e experiências acumuladas, lutas e resistências que possibilitam uma pauta coletiva de produção de conhecimento. Assim, esta pesquisa buscou seguir uma proposta que permita o diálogo entre as vivências locais e os conhecimentos acadêmicos no desafio de construção de uma [...] práxis acadêmica contra- hegemônica. (RIGOTTO e ROCHA, 2015).

A partir da participação do II Seminário Energia Eólica, Injustiças e Conflitos Ambientais nos Territórios Tradicionais e Camponeses realizado em maio de 2014 no Assentamento Maceió em Itapipoca, Ceará, a definição do território para diálogo sobre o processo de estudo foi sendo delimitado. Nos debates surgiram muitos questionamentos sobre a implantação dos empreendimentos e as implicações destes para as comunidades. Diante de uma demanda concreta do território foram sendo construídas as bases desta pesquisa e numa perspectiva de produção do conhecimento de forma compartilhada por meio de uma abordagem qualitativa na construção de uma pesquisa participativa, envolvendo as comunidades no processo de conhecimento e troca de percepções e saberes.

A participação em duas das quatro oficinas realizadas pelo Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia(NEEPA) do Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará realizadas no Assentamento Maceió possibilitou aproximação com o campo, inserção nas ações planejadas do NEEPA, e uma consulta às comunidades do Assentamento Maceió quanto à relevância desta pesquisa para o território e de como possibilitar uma construção compartilhada de um processo de

¹ Núcleo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde) vinculado ao Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC. O núcleo é composto pessoas dos diversos cursos como Medicina, Enfermagem, Biologia, Serviço Social, Direito, Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação, Saúde Coletiva e Meio Ambiente, atuando em ações de formação, inserção social e produção de conhecimento por meio da relação entre os aspectos do ensino, pesquisa e extensão.

estudo que se constitua em instrumento para o debate e elaboração de proposições estratégicas sobre a implantação de parques eólicos no entorno do Assentamento.

Como mencionado, estes momentos consolidaram ainda, a aproximação efetiva desta pesquisa com o Programa Residência Agrária² de modo a contribuir no processo de construção coletiva nas atividades do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) que em sequência realizou um Curso de Agroecologia e Feminismo com técnicos(as) de ATER, camponeses(as) e estudantes realizado na Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa conhecida como Escola do Campo Nazaré Flor³ no Assentamento Maceió e sistematização de experiências agroecológicas no território no sentido de fortalecimento dos debates e dos modos de fazer e viver das comunidades como práticas de vivência e resistência.

A dinâmica de ações com o NEEPA contribuiu para influenciar o caminho desta pesquisa e na configuração da relação dialogada e horizontal com os sujeitos sociais diversos envolvidos no processo de construção do conhecimento. A trajetória da pesquisa foi construída coletivamente ao longo da vivência de pesquisa, de diálogos sobre os impactos dos Parques Eólicos na Zona Costeira do Ceará, conflitos e injustiças ambientais provocados por estes empreendimentos e, ainda, de apontamento por parte do território envolvido no estudo da demanda estratégica em conhecer as especificidades do projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia.

Após a audiência pública de apresentação do projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia, realizado em setembro de 2014, como etapa do licenciamento ambiental, que consistiu num processo não democrático, de desconsideração dos questionamentos apontados pela sociedade civil e num visível evento de legitimação de implantação do empreendimento; assentados(as) do Assentamento Maceió organizaram um processo de diálogo itinerante em conjunto com o Instituto Terramar, UFC e Congregação de Notre Dame de Namur para debate sobre os impactos dos Parques Eólicos na Zona Costeira nas comunidades diretamente afetadas pelo Complexo Eólico Baleia. Uma estratégia de visibilizar a situação de conflitos e injustiças ambientais sofridas por outras comunidades na Zona Costeira do Ceará impactadas por empreendimentos já implantados por meio de

² O Programa Residência Agrária é vinculado ao Departamento de Ciências Agrárias de UFC e visa possibilitar a aproximação de estudantes e as experiências cotidianas do modo de vida e de produção da agricultura camponesa e dos princípios da agroecologia fortalecendo a formação nas dimensões sociais, políticas, econômicas, técnica e ambiental.

³ Daqui em diante faremos referência à Escola conforme expressado comumente pelas comunidades no Assentamento Maceió: Escola do Campo Nazaré Flor.

rodas de conversa nas comunidades da região, de realização de atividades culturais itinerantes realizadas pelo grupo de jovens Sementes das Artes com a peça teatral "Filhos do Vento" e discussão na Escola do Campo Nazaré Flor no Assentamento Maceió.

Após várias rodas de conversa nas comunidades foi identificado pelos(as) próprios(as) agricultores(as) que o acesso à informação indicaria um caminho relevante para a construção de estratégias de resistência. Uma análise do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Complexo Eólico Baleia e do processo de Licenciamento Ambiental, numa perspectiva da equidade ambiental, constituiu-se, portanto, em estratégia fecunda para uma avaliação crítica do processo de implantação do empreendimento, das estratégias da empresa e do Estado e na concepção de possibilidades de enfrentamento.

A Avaliação de Equidade Ambiental (AEA) apresenta-se como um caminho estratégico para avaliar grandes empreendimentos sob uma perspectiva diferenciada evidenciando os efeitos socioambientais desiguais de qualquer atividade pública ou privada (ACSERALD, 2009). Através das perspectivas das comunidades e com vistas à visibilização de aspectos relacionais que configuram a dinâmica de correlação de forças no processo de licenciamento ambiental, a AEA se dá a partir de um olhar diferenciado, na perspectiva das comunidades afetadas, sobre o processo de implantação de grandes empreendimentos nos territórios. Com base em princípios que consideram a dimensão de tomada de decisão, participação e elementos metodológicos que considerem a apropriação do conhecimento apontada pelo saber oriundo das vivências e experiências das comunidades em seus territórios é possível identificar os limites e assimetrias apresentadas pelos projetos de implantação de grandes empreendimentos.

O saber das comunidades sobre seus territórios deve ser visto como parte do conhecimento relevante para a elaboração não discriminatória das políticas ambientais (LEROY et al, 2011). Uma análise crítica do processo de condução das políticas ambientais, concebidas enquanto instrumento de proteção e garantia de direitos, deve seguir para além das soluções técnicas, considerando as questões relacionadas à participação social e política e incluindo as dimensões socioculturais e de modos de produzir e de viver característicos das comunidades atingidas e os efeitos dos empreendimentos sobre essas comunidades.

Grandes empreendimentos de infraestrutura e obras intensivas em uso de bens naturais avançam sobre as fronteiras produtivas incorporando novos territórios com

discursos de desenvolvimento, falsas promessas e numa concepção de inexorabilidade na implantação do projeto. Para tanto, há uma pressão dos investidores para aceleração dos processos de licenciamento, e assim como já debatido, a desregulação da legislação em favor dos interesses econômicos. Nesse sentido, vivenciamos processos de fragilização da atuação dos órgãos de fiscalização ambiental, cujos pareceres são contestados por outras instâncias políticas institucionais que detêm interesses na implantação dos empreendimentos e sofrem intervenções estruturais no sentido de sucateamento e inviabilização da atuação desses órgãos.

A análise que considere a perspectiva da equidade ambiental nos leva a conferir prioridade à dinâmica relacional percebendo os aspectos constitutivos dos sujeitos envolvidos e suas esferas de poder. A participação política efetiva é avaliada no sentido de identificar os critérios de equidade, considerando os mecanismos de inviabilização do acesso às informações do projeto uma das estratégias fundamentais das empresas para garantir a implantação do empreendimento. No processo convencional conduzido segundo os interesses econômicos, as comunidades não tomam conhecimento real do que se trata o empreendimento e quais aspectos ou detalhes do processo de implantação e operação.

Em contraponto, garantir estratégias de produção de conhecimento integrada às lutas dos movimentos sociais, de identificar e questionar os Estudos de Impactos Ambientais convencionais apontando seus limites; de garantir o acesso à informação conjunta para construção de estratégias de expor as contradições de grandes empreendimentos nos revelam caminhos fecundos na construção de estratégias de legitimação da demanda social; e elaboração de elementos que questionam a inexorabilidade da implantação dos projetos.

Assim, avaliar o processo de Licenciamento Ambiental do Complexo Eólico Baleia a partir dos princípios da Equidade Ambiental apresenta-se como uma alternativa crítica de revelar os impactos ambientais numa perspectiva de participação, buscando evidenciar os conflitos e controvérsias dos projetos de desenvolvimento no enfrentamento à desigualdade socioambiental.

Nesse sentido, com base nos indícios da estratégia de Avaliação de Equidade Ambiental lançamos olhar crítico sobre o EIA/RIMA do Complexo Eólico Baleia identificando os limites e contradições presentes no documento. O processo de análise do projeto de implantação deste complexo foi realizado de forma coletiva por meio de

rodas de conversa no qual foi possível trazer para o debate as impressões e elementos contraditórios do EIA tanto no âmbito acadêmico como das percepções críticas apresentadas pelos(as) agricultores(as) e povos originários diretamente afetados pelo empreendimento; e de instituições não-governamentais e movimentos atuantes na região.

Foram realizadas 03 rodas de conversa específicas sobre o EIA/RIMA, nas comunidades de Maceió, Lagoa das Mercês e Embiribas que contaram com a participação de agricultores(as) das comunidades de Zé do Lago, Embiribas, Lagoa das Mercês, comunidade indígena Tremembé da Barra do Mundaú e Assentamento Maceió. Destes diálogos surgiram ações de intervenção direta como a visita a pontos de marcação para implantação de aerogeradores realizadas pelo Consórcio Baleia, empresa responsável pelo Complexo Eólico Baleia; a realização de uma audiência pública em Itapipoca e, ainda, a elaboração de um abaixo assinado contendo assinaturas das comunidades Zé do Lago, Lagoa das Mercês, Pau D'arco, Comunidade Indígena Tremembé da Barra do Mundaú e Assentamento Maceió enviado à 6ª. Câmara do Ministério Público em Brasília e à FUNAI em denúncia às irregularidades do projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia.

Como mencionado, a vivência de construção deste estudo se deu por meio da construção compartilhada de conhecimento constituindo-se esta síntese em um produto coletivo. A pesquisa foi elaborada com a colaboração de diversos sujeitos e conjugou diálogo entre os pares acadêmicos, com movimentos sociais e agricultores(as), pescadores(as) no território e contou com o acompanhamento, apoio e diálogo com o Instituto Terramar e a Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur.

3. DINÂMICA DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO, POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E ESTADO DE AJUSTE

O capital tem horror a ausência do lucro ou ao lucro muito pequeno, assim como a Natureza ao vácuo. Com um lucro adequado, o capital torna-se audaz, 10% certos, esse pode aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se vivaz; 50%, positivamente temerário; por 100%, tritura sob seus pés todas as leis humanas; 300% e não há crime que não arrisque, mesmo sob o perigo do cadafalso. Se tumulto e contenda trazem lucro, ele encorajará a ambos.

Thomas Joseph Dunning, 1799-1873

Discutir sobre os aspectos históricos que configuram a constituição do capitalismo, expansão, hegemonia e crises revela as estruturas essenciais que produzem e reproduzem uma lógica de produção e consumo baseado na mercadoria e no lucro. A acumulação primitiva representa elemento fundante de produção e reprodução do capital. Nesse sentido, buscar os elementos que configuram a natureza do sistema capitalista, analisadas por Marx ainda no século XIX, revela-se fundamental para compreender a dinâmica produtiva da atualidade. Marx identifica o caráter contraditório que a lógica de acumulação capitalista apresenta como inerente ao sistema e revela elementos contra tendências que funcionam como estratégias de reestruturação que, mediante tendência essencial em gerar crises, garantem a perpetuação dessa lógica.

Hobsbawm em entrevista concedida à revista francesa *Sin Permiso* em 2008 aponta a relevância atual na leitura das obras de Marx. Um contexto de crises cíclicas do capital e a revelação dessa tendência 150 anos atrás, tem instigado a releitura de Marx inclusive pelos capitalistas do setor financeiro e produtivo⁴. O historiador argumenta que as fragilidades da ideologia liberal têm se aprofundado e o processo de globalização apresenta problemas importantes que revelam a natureza de instabilidade de um sistema de capital mundializado⁵.

Vamos, portanto, retomar os elementos trazidos em *O Capital* que em diálogo com

⁴ Entrevista com Hobsbawm em 2008 para a revista *Sin Permiso* disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-crise-do-capitalismo-e-a-importancia-atual-de-Marx/4/14529>.

⁵ Sobre essa categoria foi adotado a formulação teórica de Chesnais (2003) que trata da Mundialização do Capital como será apresentado no próximo tópico do presente estudo.

a realidade, e com outros autores da contemporaneidade, aponta indícios elucidativos quanto aos aspectos constitutivos da dinâmica do sistema hegemônico de produção na atualidade. Com o intuito de compreender a raiz dos processos de expansão das fronteiras produtivas, de mundialização do capital e seus efeitos nas relações sociais discutiremos o cenário cíclico de crises em seus vários aspectos, como palco para compreender a dinâmica de reestruturação produtiva e transformações territoriais que tem gerado conflitos sociais e ambientais⁶ e intensos questionamentos sobre as estratégias econômicas, políticas, culturais, ambientais, epistêmicas e ideológicas que apontam para um campo de incertezas sobre a existência da humanidade no planeta.

3.1. Da Acumulação

Marx produz uma análise histórica que desvende a essência do modo de produção capitalista e aponta como objetivo a acumulação, que para tanto é necessário apropriar-se de terras, instrumentos de produção e força de trabalho. No capítulo XXIV do Livro I de O capital, o autor revela os elementos específicos da formação do capitalismo apontando os métodos de acumulação primitiva que garantem a estrutura econômica do capital.

O processo de acumulação do capital tem como um elemento fundante a expulsão dos camponeses de suas terras, que obrigados a migrarem para as cidades vão compor uma massa trabalhadora superexplorada na produção de mercadorias, ao mesmo tempo, que se constituem em mercado interno. Eis que se produz a separação entre produtor e meios de produção que para Marx significa a acumulação primitiva. E, ainda, polariza as relações sociais no sistema de mercado como condição para a produção capitalista, numa dinâmica que constitui uma classe de proprietários dos meios de produção e uma classe de trabalhadores livres.

A concepção de Marx ao significado de trabalhador livre relaciona-se àquele que, destituído de seu meio de produção, possui apenas a força de trabalho como bem e que, portanto, é transformada em mercadoria no processo de produção capitalista.

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc, nem os meios de produção lhes pertencem, como

⁶ Coadunamos com a concepção adotada pelo Coletivo de Pesquisadores sobre a Desigualdade Ambiental no qual as questões sociais e ambientais são indissociáveis como a ser dialogado ainda neste capítulo.

por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. (Marx, 1996, p.340)

Se uma sociedade tem algo para produzir autonomamente ela não se torna instrumento do capital. A perda de acesso a terra é fonte da destituição da autonomia das pessoas, que não tendo como produzir compõem a massa de trabalhadores disponível para o mercado.

Marx, ao tratar dos aspectos específicos de constituição do capitalismo, aponta a relação histórica da formação do conceito de indivíduo e da própria concepção da dinâmica produtiva que advém de um processo de destruição de outra sociedade, a feudal. Nesse movimento há um processo de expropriação e violência. Diante disso, Marx expõe os elementos em si da formação de outra estrutura econômica e desconstrói a concepção clássica de que o modo de produção capitalista é comum à natureza humana. Como analisa Sobral (2008):

Marx busca superar a identidade formal, que é baseada no conceito de uma natureza humana comum, e que esconde o interesse em provar que esta mesma natureza é imutável. A identidade formal e a natureza geral permitem afirmar a eternidade do capitalismo. Esta é a razão para ocultar o específico. (Sobral, 2008, p.59)

A constituição do capitalismo é permeada de violência, saques, escravização, superexploração do trabalho, elementos que exercem papel fundamental na constituição desse modo de produção. Os reais processos de formação do capitalismo estão para além da concepção de direito e trabalho apontado pelos teóricos da Economia Política criticados por Marx. O autor reforça:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas ao mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. (Marx, 1996, p. 341-342)

Marx ressalta, ainda, que a educação, tradição, costume são fundamentais na identificação das -exigências daquele modo de produção como leis naturais que atua na fragmentação da resistência e sela o domínio do capitalista.

A perpetuação da dependência da sociedade ao capital perpassa, ainda, por estratégias de regulação, do emprego da força do Estado e da instituição de estrutura legislativa com representantes dos interesses privados. Com uma atuação do Estado favorável ao mercado, o processo de transformação da sociedade para um sistema de produção, segundo os moldes capitalistas, tem a retirada de autonomia do camponês como instrumento, e a violência em si é, como revelada pelo autor, uma potência econômica.

Para nossa discussão, outro elemento da análise de Marx sobre as relações que geraram riqueza para constituição do capitalista exerce importância significativa, qual seja, quando indica essa relação da acumulação de capital ao processo de arrendamento das terras. Os contratos de arrendamento, no século XIX, eram feitos com fixação de longos prazos de vigência, cujos preços ao longo do tempo apresentam valores defasados em relação a dinâmica financeira no processo de valorização monetária e variação de inflação, que possibilita, assim, maior lucro para o capitalista. E assim, Marx demarca mais uma fonte de enriquecimento capitalista:

O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim, todos os produtos agrícolas inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. (Marx, 1996, p. 364)

Marx aponta, ainda, que o sistema capitalista apresenta ainda outros métodos de acumulação que se constituem em bases de sua reprodução como os sistemas coloniais, as guerras, sistema de dívidas públicas, instituição dos tributos e o sistema de juros e inflação. O sistema colonial e as guerras funcionam como instrumento de escoamento e concentração de capital. O sistema de crédito internacional intensifica a circulação financeira e configura uma valorização do capital fictício que produz lucro através do rentismo. E o endividamento do Estado demanda um sistema tributário que incide na garantia de lucros e centralização de capital, ao mesmo tempo, que impõe uma maior exploração do trabalhador e alimenta o ciclo de acumulação.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. (Marx, 1996, p. 370)

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. (...) Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis (...) Porém, abstraindo-se a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação (...) a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. (Marx, 1996, p. 373-374)

A supertributação não é um incidente, porém muito mais um princípio. (...) A influência destruidora que exerce sobre a situação dos trabalhadores assalariados interessa-nos aqui, entretanto, menos que a violenta expropriação do camponês, do artesão, enfim, de todos os componentes da pequena classe média, que ele condiciona (...) sua eficácia expropriante é fortalecida ainda pelo sistema protecionista, que constitui uma de suas partes integrantes. (Marx, 1996, p. 375)

Rosa Luxemburgo (1913), ao tratar da acumulação capitalista aponta a continuidade dessa dinâmica de acumulação primitiva como condição de existência do capital. Considerando a necessidade de apropriar-se de mercados e bens naturais para reprodução do capital, o sistema capitalista avança sobre sociedades não capitalistas e tem o uso da violência como instrumento permanente. Assim, a autora formula os aspectos que configuram o caráter imperialista da dinâmica do capital:

O imperialismo atual não é, como no esquema de Bauer, o prelúdio da expansão capitalista, mas o último capítulo de seu processo histórico de expansão: é o período da concorrência mundial dos países capitalistas que disputam entre si o restante do meio não-capitalista da Terra...A característica do imperialismo, última luta pelo domínio capitalista do mundo, não é apenas a particular energia e uma lateralidade da expansão, mas - e esse é o sintoma específico de que o círculo da evolução começa a fechar-se - a resposta da luta decisiva pela expansão dos territórios que constituem seu objeto aos países de origem. (Luxemburgo, 1913 p.514-515)

O capital, segundo Marx tem como objetivo a ampliação das possibilidades de acumulação por meio da transformação dos bens em mercadoria e a obtenção de lucro. A acumulação primitiva está na origem da constituição das bases estruturantes do sistema capitalista. Analisando os elementos apontados por Marx, Luxemburgo revela que

essa dinâmica de acumulação é elemento constante nas estratégias de renovação das estruturas desse modo de produção.

Harvey (2003) apresenta uma discussão sobre acumulação por espoliação ao analisar a dinâmica do capital num contexto de mundialização no qual, a dinâmica aponta para processos de expropriação de terras camponesas, apropriação de áreas de uso comum e demais formas de acumulação que retira direitos das populações vulnerabilizadas em seus diversos aspectos no mundo. São mecanismos de expansão do capital que, sobreacumulados nas economias centrais, recorrem à apropriação de recursos para além desses centros, injetando no sistema de mercado maior possibilidade de meios de produção e de mercado consumidor.

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). Capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente uso lucrativo. (Harvey, 2003, p. 124)

A lógica contraditória inerente ao sistema que se constitui na tendência geral de geração de crises periódicas, induz a uma expansão do capital em busca de novos mercados. A expropriação continua sendo um mecanismo de expansão do capital, que adota diversos instrumentos para garantir a apropriação de novas fronteiras produtivas. São estratégias que envolvem a esfera institucional, com adequação legislativa aos interesses privados; imposição ideológica por meio do discurso do desenvolvimento e a lógica do progresso; e uso de violência em suas diversas esferas.

O avanço de fronteiras produtivas pode indicar um cenário de expansão do capital num contexto de reestruturação mediante crises cíclicas, num processo de acumulação primitiva contínua como mecanismo que impõe às sociedades não capitalistas a inserção numa dinâmica mercantil, no ciclo de produção e consumo do capitalismo. Assim, é importante trazer à luz do debate a dinâmica cíclica das crises do sistema em seus aspectos financeiro, ambiental e civilizatório no sentido de revelar os mecanismos de recriação e renovação das bases estruturais que buscam manter o modo de produção capitalista como hegemônico.

3.2. Crises: uma dinâmica intrínseca da acumulação

3.2.1 Crise financeira

Desde a Revolução Industrial os princípios do desenvolvimento foram se constituindo sobre as bases do progresso e crescimento econômico. O contexto histórico mundial apresenta uma trajetória regular de crises do capital que ocorre de forma sistêmica e provocam uma dinâmica de transformações em suas estratégias. Nesse cenário, as questões relacionadas às alterações das estratégias financeiras configuram o que alguns estudiosos afirmam como uma nova fase do capitalismo.

Marx analisa, no capítulo XIII Livro III de *-O capital* a lei geral inerente a dinâmica do capitalismo que consiste na natureza tendencial de queda da taxa de lucro que desafia os planos de acumulação crescente desse sistema econômico.

A taxa de lucro pode cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas essa relação entre a massa de mais valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que por consequência tem de ir diminuindo. (Marx, 1996, p.283)

Marx ao analisar a natureza do modo de produção capitalista, identifica contradições que são inerentes ao sistema e que tende a gerar crises cíclicas, considerando o objetivo do sistema capitalista em acumular e que em sua essência tende a gerar uma queda progressiva da taxa de lucro a medida que a produtividade cresce. Os elementos que incidem no crescimento da acumulação são os mesmos que conduzem ao decréscimo da taxa de lucro.

Iasi (2008) apresenta em uma discussão sobre a atualidade da obra de Marx que, considerando a dialética na dinâmica histórica do sistema capitalista de produção, quanto mais cresce o capital mais a crise é produzida, como indicado por Marx, por esta ser

inerente à natureza do próprio sistema.

Porém, fatores adversos incidem no sentido de restabelecer a dinâmica contendo ou reestruturando o sistema diante dos efeitos dessa lei, são os fatores contrários à lei (MARX, 1996) que destacam-se: o aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, baixa de preços do capital constante, por meio da busca de matérias-primas e insumos mais baratos; superpopulação relativa; avanço do comércio exterior; o aumento do capital em ações. São fatores que atuam no sentido de garantir a manutenção do modo de produção e consumo baseado no mercado numa dinâmica de retomada do sistema até que se constitua em novo momento de crise. Como aponta Lohoff (2000), as crises estão relacionadas a processos de interrupção do crescimento do capital que, por sua vez, adota mecanismos de superação por meio de estratégias de transformação de sua base tecnológica e de busca de novos meios de produção. Dessa maneira, o capital pode ingressar em nova fase de produção e reprodução atingindo novo ciclo de acumulação e expansão, no que o autor identifica como uma fuga para frente.

Diante disso, e em se reconhecendo o caráter cíclico do sistema capitalista e do efeito das crises estruturais na alteração das estratégias econômicas para restabelecimento da dinâmica desse modo de produção, estudos indicam novos elementos que surgem no processo de reestruturação econômica a partir das crises que seguem após 1970. Duménil e Levy (2003) indicam que nas crises anteriores os processos de restabelecimento do sistema incidiam mais intensamente sobre a organização produtiva. Chesnais (2003) percebe que ocorrem transformações estruturais caracterizadas pela dinâmica de autonomia do capital financeiro frente ao capital produtivo. A concentração da riqueza financeira materializa-se na especulação e mundialização do capital, e nos diversos instrumentos institucionais que surgem para alicerçar as várias possibilidades crescentes de investimentos de capital, como os fundos de pensão e aplicações econômicas. Estes elementos demonstram um processo de financeirização da economia, cujo autor argumenta como um elemento que configuram nova fase do capitalismo. Uma dinâmica caracterizada pela dominância do capital financeiro que, mundializado, não está necessariamente vinculado à produção e sim, à dinamização de um mercado financeiro que possibilitam a geração de rendimentos. A produção de capital, portanto, perpassa pelos mecanismos de valorização financeira que não necessariamente está vinculada à produção. Uma empresa buscará estratégias de maximizar o valor de suas ações como lucro adicional para além da dinâmica de suas

atividades produtivas (Paulani, 2009).

Assim, para garantir a acumulação financeira exige-se um sistema institucional que configure um conjunto de normas e procedimentos no que Paulani (2009) denomina -modo de regulação e que articulado com o regime de acumulação apresenta as especificidades de relações necessárias à reprodução do capital nos diversos processos históricos.

Para que a riqueza fictícia possibilite valorização financeira numa dinâmica exterior à acumulação produtiva, a autora aponta três elementos: a circulação do capital financeiro por meio da comercialização em ações, títulos e demais formas de mobilidade monetária; a relação dos mecanismos de endividamento como fonte de juros e não apenas do lucro da produção; e o fato de o capital fictício ser propício à valorização.

Nas últimas décadas o capital financeiro teve um crescimento maior do que o capital produtivo (Paulani, 2009; Demirovic e Sablowski, 2015), o que provoca alterações do processo de reprodução capitalista em vários aspectos, quais sejam: a submissão de salários ao capital financeiro por meio do endividamento, mediante o aumento da concessão de créditos e de destinação de parte dos salários para o mercado financeiro em suas várias possibilidades de poupança⁷; alterações na relação entre capital financeiro e industrial, no qual os fundos de investimento vão ingressar na composição acionária de empreendimentos produtivos e possuem capacidade de exercer poder de decisão nas estratégias econômicas, incidindo sobre as expectativas de lucro das empresas (Demirovic e Sablowski, 2015). Quanto a este aspecto, empresas que incidem nas chamadas novas tecnologias são alvos de destinação de grandes quantias de capital e atuam numa dinâmica especulativa e de terceirização do processo produtivo num processo de financeirização das empresas. O terceiro aspecto trata-se da mobilidade do capital que, com a dinamização do fluxo financeiro internacional induz novos

⁷ Os autores revelam que há inserção diferenciada das classes sociais no sistema financeiro considerando um crescimento na desigualdade entre os salários reais. Os trabalhadores com salários mais baixos recorrem ao crédito para suprir os gastos constituindo-se em fonte de acumulação de riquezas dos bancos. O endividamento é, como indicado pelos autores, um mecanismo de exploração secundário. Enquanto isso, entre os altos salários e frente aos efeitos de insegurança nos serviços sociais gerados pela agenda neoliberal, muitos recorrem as diferenciadas possibilidades de poupança, como a previdência privada. Os autores constataram que houve crescimento do patrimônio dos fundos de pensão na última década. Estes fundos investem esses valores na expectativa de obterem lucros altos em ações, títulos da dívida pública e demais possibilidades de investimentos. (Demirovic e Sablowski, 2015).

desequilíbrios e contradições.

A superprodução como tendência do capitalismo orna-se mais evidente no cenário econômico contemporâneo, tendo em vista a redução da taxa salarial e uma saturação do consumo nos países centrais que conseqüentemente reduz o montante destinado aos investimentos do capital financeiro. O endividamento por meio da concessão de créditos individuais representa um processo frágil de acumulação tendo em vista seu caráter limitado de expansão. Nesse sentido, partindo da concepção de que o capital busca sempre possibilidades de acumulação, o horizonte de expansão de lucros voltou-se para a ampliação dos investimentos nas esferas especulativas, e, portanto, em capital fictício.

Entretanto, a intensificação das dívidas reduz a capacidade de pagamento de juros num crescimento de disputas entre investidores para garantir ampliação de possibilidades de acumulação, exigindo num cenário mundial competitivo, a atuação do Estado que favoreça a expansão financeira. Para tanto, o Estado adota agenda econômica que incide numa política de liberalização, com favorecimentos fiscais ao setor privado, programas de privatizações, endividamento público e ausência nos serviços de garantias sociais. Para manter o regime de acumulação, o Estado segue num processo de endividamento excessivo que, segundo Demirovic e Sablowski (2015) representa fator gerador de crise, tendo em vista os limites de crescimento e capacidade de pagamento dos juros impostos aos governos e ainda um processo de desvalorização de grande massa de capital fictício. É o que revela a crise da dívida no período de 1980, a primeira grande crise do capitalismo financeirizado (Paulani, 2009). As estratégias políticas de superação da crise apresentam caráter ambíguo quando, dentre outros elementos, o mercado acionário impõe políticas de austeridade às nações como forma de estabilizar o capital financeiro. O endividamento de modo geral, portanto, consiste em um mecanismo que constitui em si um processo de destruição massiva de capital (Demirovic e Sablowski, 2015).

Os autores apontam que o processo de acumulação com dominância do capital financeiro apresenta um aprofundamento das contradições e conseqüentemente, tendências a gerar crises específicas a esse contexto. Considerando a tendência a crises cíclicas inerentes ao sistema capitalista, os instrumentos de acumulação do capital financeiro demonstram em si as contradições que limitam o processo de continuidade da dinâmica que induzem, e revelam, assim, as várias perspectivas de desequilíbrios ocasionadas pela dinâmica contemporânea do capital. Num contexto de superacumulação foi possível garantir a criação especulativa de capital por meio de

ampliação dos mecanismos de acesso ao crédito. Porém, o capital financeiro apresenta limites tendo em vista o caráter competitivo e de destruição de capital inerente a esta dinâmica.

O debate diante dessa trajetória de crises e considerando a crise atual se dá sobre o acirramento dos conflitos e impactos numa corrida por garantir mecanismos de manutenção do modo de produção capitalista num conflito econômico e político que incide não só em questões sobre quem ganha e quem perde no jogo entre investidores nessa dinâmica competitiva, mas de avanço estrutural do sistema para comunidades e territórios que se constituem fora da dinâmica de acumulação intensiva.

3.2.2. Crise Ambiental e Crise de Civilização

Como vimos, o cenário histórico aponta diversos episódios de crises econômicas, que apresentam um caráter sistêmico de períodos de reinvenção e atualização de estratégias para manutenção do ciclo de produção e consumo, próprios da lógica hegemônica do capitalismo.

Ainda em diálogo com Demirovic e Sablowski (2015), o contexto de crises cíclicas representa transformações em dimensões outras além da econômica. Os autores referem-se a um conjunto de dinâmicas relacionadas a reestruturação da sociedade em processos de -crises múltiplas, que configuram- se nos âmbitos sociais, éticos, políticos e culturais. Considera-se ainda que no ímpeto de superação da crise, os mecanismos de estabilização do modo de produção capitalista adotados implicam na reprodução mais intensa das relações capitalistas que, desde a Revolução Industrial, ocorre com expressiva utilização de bens naturais por meio da mobilidade do capital e de expansão das fronteiras produtivas.

O histórico avanço da exploração das populações e da biodiversidade nos países ditos periféricos constitui-se em estratégia de manutenção do ciclo de crescimento econômico dos países centrais. Os mecanismos da estratégia neoliberal, instituídos a partir de 1980, têm como instrumentos fundamentais o avanço dos sistemas de tecnologia e informação que contribuem para o processo de intensificação da exploração dos bens naturais no planeta, de apropriação das práticas e saberes culturais, de material genético e de bens comuns de comunidades cuja dinâmica de produção e reprodução caracteriza-

se por uma lógica diferenciada da dinâmica capitalista (Porto Gonçalves, 2012). O aumento intensivo do consumo e da produtividade, por sua vez, interfere nos fluxos de matéria e energia no planeta e põe em xeque a capacidade de produção e reprodução dos bens naturais.

A partir da década de 1960 questionamentos sobre a viabilidade da relação entre desenvolvimento e crescimento econômico são expressas em diversos estudos⁸, e o debate sobre a questão ambiental tem assumido lugar central na geopolítica global, diante das consequências do modo de produção e consumo do mundo capitalista que conduzem a um cenário de incertezas sobre os limites do padrão produtivo hegemônico.

O processo de institucionalização dessa temática perpassa por uma trajetória de conferências mundiais cujo debate assume, num cenário de correlação de forças e interesses em disputa, uma visão hegemônica acerca do uso de recursos naturais e a finitude dos mesmos. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, a concepção de desenvolvimento sustentável aponta para uma perspectiva de compatibilização das questões sociais e ambientais às estratégias hegemônicas de mercado. Para Porto-Gonçalves (2012), a concepção de desenvolvimento sustentável consiste em uma nova forma de colonização/exploração no qual submete o desenvolvimento tecnológico à ideia de dominação da natureza.

Assis (2011) argumenta que o sentido de apropriação da natureza está relacionado às disputas por imposições de noções simbólicas e materiais de meio ambiental que confere um conjunto de significados ao modo capitalista de produção como único caminho para a vida humana. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável tem sido estratégia fundamental para legitimar a expansão produtiva, utilizando-se da concepção de que através da eficiência tecnológica se alcançará o uso racionalizado dos recursos territoriais, seguindo como suporte ao avanço do capitalismo sobre os territórios.

Assim, na conjuntura contemporânea, vimos configurar-se uma hegemonia caracterizada pela expansão da produção e consumo, visando construir estratégias de acumulação frente a um cenário de debates sobre a capacidade do planeta de suportar a aceleração dos fluxos de energia e matéria provocados pela imposição da economia

⁸ Dentre outros estudos, na época destacaram-se o Relatório Limites do Crescimento de Meadows e Meadows de 1972 e o Nosso Futuro Comum expresso pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, conhecido como Relatório de Brundtland, com intensa repercussão e que marcam a inserção da pauta no mundo.

sobre as dimensões sociais, culturais e ambientais.

A noção de que as sociedades capitalistas representam o processo natural para o desenvolvimento histórico das sociedades configura estratégia fundamental para materializar a ideia de que o modelo de civilização europeu de sociedade moderna é caminho inevitável para a existência humana. O pensamento liberal aponta para a manutenção de crescimento ilimitado da produção e consumo como perspectiva de desenvolvimento. Porém, a tendência ilimitada de acumulação não é aspecto inerente à natureza humana e sim específica da acumulação capitalista, enquanto sistema cuja dinâmica visa a produção de lucro, a satisfação de necessidades econômicas e não a satisfação de necessidades humanas em si.

Para manter o padrão de produção e consumo capitalista tem-se um aprofundamento da demanda por bens naturais numa dinâmica que supera expressivamente a capacidade de recarga do planeta⁹. A busca incessante de mecanismos de intensificação da produção e consumo tem destinado esforços para incrementos de estratégias de mercado como medidas de superação desse limite. Nesse sentido, há uma dinâmica de financeirização da natureza, numa lógica de apropriação dos bens naturais como um caminho com potencial lucrativo que direciona produção de conhecimento, tecnologias e acordos políticos que garantam o avanço dessa apropriação, como por exemplo, a instituição dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e implantação da estratégia de comercialização de crédito de carbono. Dessa maneira, há uma expansão produtiva e de capital financeiro investidos em atividades que apresentam transformações territoriais irreversíveis, mas que estão ancorados no discurso do crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável¹⁰. São mecanismos que se constituem em atualização das estratégias de manutenção e expansão do padrão hegemônico de produção (PAULA, 2010; LISBOA,

⁹ O relatório Planeta Vivo elaborado pela ONG World Wildlife Fund/ WWF em 2014 aponta que há um consumo de 50 por cento a mais do que a natureza é capaz de renovar o que representa o equivalente a 1,5 planetas. Tendo como referência o padrão de consumo americano essa equivalência sobe para 04 planetas.

¹⁰ A expansão do agronegócio sob o discurso da economia verde que aponta a monocultura como meio de garantir atendimento a uma demanda alimentícia global, grandes plantações de eucalipto para produção de papel e celulose, de biodiesel e demais insumos, extensas áreas que se constituem em Desertos Verdes, implantação de empreendimentos de energia renováveis em larga escala são exemplos de expansão do capital financeiro e produtivo que garantem a lógica de acumulação do mercado, geradores de conflitos e injustiças ambientais, frente ao cenário de crise ambiental provocado pela dinâmica de dominação do próprio sistema hegemônico.

2014).

Contudo, as consequências desse modelo de produção com dominação da natureza e suas medidas de superação não tem tido resultados no processo de contenção do aumento do aquecimento do planeta e aponta cenários cada vez mais intensos de catástrofes ambientais¹¹.

Marx, ao analisar as bases estruturais do capitalismo, contradições e crises, trouxe elementos que contribuem para revelar a dinâmica das relações que configuram a conjuntura contemporânea de crises ambientais e de civilização, quando aponta a acumulação como estruturante, e que está na origem da degradação do sistema. O processo de acumulação tem se constituído em mecanismo de degradação ambiental e de produção de desigualdades, além de inviabilização da vida de povos originários e se constitui em dinâmica que coloca em xeque a existência humana na Terra.

Lander (2005) reflete sobre a essência da concepção de mercado e os desafios para um debate político sobre as possibilidades alternativas ao modo de produção capitalista. O autor revela que para tratar da visão de mundo liberal, sua essência e suas contradições, é necessário ampliar o debate para além de uma referência econômica. A questão liberal compreendida como um conjunto de valores que configuram um modelo civilizatório "pode apresentar elementos chave para a discussão ampliada sobre a trajetória e hegemonia do modo de produção capitalista.

A concepção da sociedade moderna capitalista como única possível perpassa por um conjunto de mecanismos que neutralizam e naturalizam as relações sociais a partir da narrativa histórica hegemônica. Lander (2005), discute como a universalização do saber eurocêntrico, imposto como determinante à existência humana, tem se constituído fundamental na manutenção da hegemonia capitalista, neutralizando os demais saberes como possibilidades de produção e reprodução da vida.

São duas dimensões, identificadas pelo autor como responsáveis por essa eficácia neutralizadora. A primeira está relacionada às diversas esferas de separações que compõe a concepção de mundo moderno nos quais destaca primordialmente a separação entre sagrado, ser humano e natureza¹². A segunda refere-se às formas pelas quais essas

¹¹ Segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2014, até 2100 há uma previsão de a temperatura média global aumente 5°C Segundo IPCC 2014 até 2100 há uma previsão de a temperatura média global aumente 5°C

¹² Lander resgata as discussões de Jan Berting (1993) sobre a influência da concepção das religiões judaico-cristãs de separação entre Deus, homem (sic) e natureza como elementos de análise sobre o pensamento moderno-colonial.

separações como elementos de constituição dos saberes se relacionam com as estruturas de organização do poder.

Esta ruptura se multiplica no processo de concepção do pensamento liberal e da ciência moderna, no qual a separação entre corpo e mente, razão e imaginação se constituem em bases para a construção de um conhecimento objetivo e universal, cuja referência central é o mundo ocidental concebido a partir da Europa. A separação entre um ocidente, moderno, avançado que representa a sociedade europeia e os Outros, outras sociedades e culturas concebidas, nessa dinâmica, como atrasadas, apontam para a institucionalização de uma universalidade que nega o reconhecimento de qualquer relação diferente da liberal, esta, baseada na propriedade privada.

Nesse sentido, a institucionalização do universo único perpassa pela instituição de um conjunto de valores e concepção de mundo que reproduz um processo sistemático de exclusões, sobretudo, na construção do campo dos direitos. O estabelecimento de direitos universais significa exercer uma trajetória de negação de direitos e de expropriação de autonomia e soberania dos -outros!. Sendo assim, o mundo moderno universal: a Europa. Tudo o que está fora é submetido ao seu processo civilizatório.

Lander (2005) levanta dois aspectos que configuram a garantia da naturalização da sociedade de mercado e hegemonia do modo de produção capitalista, quais sejam, conquista e submissão dos demais povos do mundo e superação histórica das formas anteriores de organização social. Nesse sentido, o sistema de mercado impõe uma visão de mundo pautada numa concepção de modernidade que concentra uma normatização universal que estabelece padrões a partir de uma construção eurocêntrica do pensamento de modernidade que hierarquiza os povos e submete a natureza a seu modelo de produção de consumo.

Dessa maneira, as noções de progresso e desenvolvimento têm em suas bases a dominação da natureza sem limites de controle sobre o avanço produtivo aos bens naturais, e a submissão de povos, nações e classes sociais subalternizadas, que desde o século XVIII sofrem transformações violentas na construção de uma sociedade pautada na acumulação. Contudo, o avanço desse modelo de organização apresenta episódios cíclicos de crises estruturais mediante contradições inerentes ao sistema, como já dialogamos anteriormente.

Num contexto de crise, as estratégias de superação seguem sob variados recursos que historicamente tem se constituído para deslocar o problema para frente no tempo ou

em impor os efeitos para os países e povos periféricos na conjuntura geopolítica. A crise ambiental tem acirrado os debates sobre o futuro da humanidade no planeta cujas estratégias seguem na ampliação da reprodução capitalista que gera aprofundamento dos efeitos degradantes que afetam os diversos povos e sociedades de modo diferenciado.

A conjuntura contemporânea de múltiplas crises representa um cenário diverso de possibilidades no âmbito das transformações territoriais e da própria concepção de mundo. Apresenta-se um cenário de profunda crise de civilização (Lander, 2009; Carvalho, 2014) no qual, os mecanismos e argumentos para justificar a lógica de mercado como caminho para a existência humana no planeta não respondem às demandas de manutenção da vida. O conjunto de necessidades e padrão de produção e consumo formulado neste modelo civilizatório hegemônico é insustentável e impõe uma dinâmica de inserção dos países de modo diferenciado conforme conjuntura geopolítica internacional, num processo de expansão do capital que conduz ao acirramento dos ciclos de crise que não se restringe ao caráter conjuntural, mas caracteriza-se por uma profunda crise estrutural do capital (Mészáros, 2009).

Um cenário de transformações profundas é o que configura a conjuntura contemporânea. Um momento de transição em que as perspectivas de vida da humanidade estão mergulhadas num caldo de possibilidades que configura momento de turbidez frente ao aprofundamento das tensões entre as diversas correntes de pensamento e de concepções de mundo e interesses em curso, a manutenção do poder econômico, de uma retomada do pensamento conservador, de aprofundamento do individualismo, nacionalismo, de disputas territoriais, e de questionamento das bases epistêmicas do conhecimento, questionamento da privatização dos bens comuns e estratégias de produção e resultam em perda de biodiversidade.

São debates que incidem na ressignificação da dimensão de direitos, de reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, de indissociabilidade entre as dimensões do sagrado, humano e natureza e institucionalidade dessa relação¹³, de referências na desconstrução da colonialidade do saber e do poder, que tem apontado elementos reveladores de possibilidades de existência humana no planeta. Formas outras de concepção de mundo que estão fora da lógica de mercado e se pautam por outras cosmovisões como as concebidas por comunidades originárias e povos tradicionais.

¹³ Em 2008, o Equador referendou sua nova Constituição no qual, reconhece os Direitos da Natureza (Pachamma).

3.3. O Brasil e o ajuste à mundialização do capital

Na América Latina o processo de reconfiguração de acumulação de capital ocorre por meio de inserção periférica dos países no mercado financeiro mundial. A mobilidade do capital possibilita ampliação de capacidade de produção e deslocalização produtiva no qual, as etapas de confecção de um produto ocorrem em diversas partes do mundo tendo a apropriação dos bens naturais e os baixos salários como atrativos ao capital internacionalizado.

Recapitulando, pós-crise do petróleo em 1973, os EUA adotam uma política de elevação das taxas de juros que, como consequência, aumentam ainda mais a dívida externa desses países, que nos anos 1980 segue em sequência uma crise da dívida externa. Nesse período, acordos econômicos e políticas monetárias foram elaboradas e segundo determinações do Consenso de Washington, incidiram na política de liberalização econômica e com regras monetárias para concessão de novos empréstimos, retroalimentando, assim, o ciclo de endividamento. Para Amaral (2012), este período representa o momento em que o movimento de financeirização em nível mundial passa a se generalizar para os países periféricos pautado em políticas econômicas de abertura dos mercados.

O Estado, nessa dinâmica, atua com papel fundamental de garantir a manutenção do sistema por meio de alterações institucionais na política monetária, adotando medidas de privatização das estatais; redução da estrutura administrativa; liberalização econômica; endividamento e intensificação do comércio internacional; medidas de defesa e estabilidade monetária por meio de implantação de metas de inflação e juros altos que são atrativos ao capital especulativo; políticas de austeridade fiscal e de manutenção de superávits primários. Essas alterações financeiras constituem-se em um aparato institucional no sentido de garantir o capital financeiro internacionalizado. Estrutura essa que limita a atuação do Estado na esfera social, na medida em que comprime os gastos públicos e direciona a prioridade de atuação para cumprir demandas de interesse do setor privado. Uma estratégia de acumulação que favorece grupos rentistas e produtivos que estão alinhados à dinâmica própria da dialética do modo de produção capitalista e, portanto, sujeitos à dinâmica de crises financeiras.

O processo de dominância do capital financeiro na economia marca um cenário de transformações no âmbito da acumulação e da circulação financeira. A América Latina

torna-se destino atrativo para os investimentos de um capital financeiro superacumulado nos países centrais que identificam possibilidades de avanço de fronteiras produtivas por meio de expropriação dos bens naturais e de constituição de lucrativo mercado financeiro para o setor rentista. Nesse sentido, os países latino-americanos desfrutam de um período de crescimento econômico no início do século XXI, num momento em que os países centrais enfrentam profundas crises financeiras¹⁴. Um processo caracterizado pela execução de estratégias de acumulação rentista-extrativista que impõe uma atuação de Estado ajustado às determinações e garantias dessa dinâmica do capital (Carvalho e Guerra, 2015).

Num cenário no qual EUA e União Europeia perde poder econômico, a China afirma-se como potência econômica mundial e torna-se alternativa para países da América Latina. Nesse sentido, na configuração geopolítica mundial tem-se um novo padrão de dependência da América Latina, numa dinâmica de reprimarização, tendo a expansão de sua economia centrada no mercado de commodities.

No Brasil, o Estado exerce papel fundamental na garantia da lógica de expansão do capital por meio de institucionalização política de estratégias que seguem a agenda de acumulação determinadas pelos setores financeiros. Carvalho e Guerra (2015) demarcam três períodos que congregam características específicas de ajuste do Estado à dinâmica do capitalismo mundializado.

O primeiro ciclo de ajuste ocorre nos anos 1990, no qual o Brasil adota a agenda neoliberal determinada no centro dos controles hegemônicos nos países centrais. O Estado institui uma intervenção direta com política de ajuste no sentido de garantir acumulação financeira por meio de processos de privatizações, de liberalização econômica e de políticas atrativas ao capital internacional.

Num contexto mundial de crise, o Brasil destaca-se por ser uma opção para a continuidade dos planos de acumulação no sistema financeiro, posicionando-se como um país com visibilidade internacional para destinação de grandes capitais, por apresentar política monetária favorável e de criar mecanismos atrativos de capital, e investimentos em commodities e infraestrutura. Essa dinâmica aponta para um aprofundamento do

¹⁴ A crise do subprime na primeira década do século XXI abriu processo de recessão, no qual vários bancos tiveram rendimentos negativos em consequência da saturação da estratégia de acumulação com base na concessão de créditos nos EUA, levando a falência de bancos nacionais e, em 2008, num efeito dominó atingindo bancos internacionais. Vários Estados europeus foram pressionados a destinar recursos financeiros para manutenção dos bancos na tentativa de estabilizar o sistema financeiro em crise.

caráter dependente da economia brasileira expresso no crescimento da participação da exportação de bens primários na economia e aumento do volume de capital estrangeiro no país. Paulani (2012) aponta que a estratégia de inversão da pauta de exportação se constitui em uma nova forma de inserção no circuito mundial de acumulação, com destaque para o crescimento expressivo do lucro para investidores externos numa dinâmica que acirra o processo de centralização de capitais em grandes corporações.

Um cenário que caracteriza o segundo ciclo de ajuste do Estado, marcado pela inserção política de um governo progressista, seguindo o curso temporal da dinâmica política da América Latina. Um momento de crescimento econômico no país ocorrido durante o primeiro e início do segundo governo Lula, que combinou uma política de investimento em commodities para exportação, infraestrutura e programas sociais de redução da pobreza e estímulo ao consumo. Um modelo instável, de acordo com Carvalho e Guerra (2015), pautado na expansão do consumo, por meio do crédito, em outras palavras, pelo endividamento e em detrimento de investimentos em processos produtivos; num modelo atrativo ao mercado de commodities na ampliação do setor primário para exportação; realização de grandes obras de infraestrutura e energia como suporte à expansão das *commodities*, aprofundando conflitos e injustiças ambientais; e favorecimento do rentismo de capital externo, garantindo lucro e transferência monetária para o exterior.

Há uma dinâmica de intensificação de investimentos protagonizados pelo Estado, que exerce papel de propulsor do crescimento econômico, num aprofundamento da estratégia neodesenvolvimentista por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e fortalecimento da atuação de instituições financeiras estatais como a Caixa Econômica e Banco do Brasil, com destaque para a intensificação dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Programas Minha Casa Minha Vida e Plano Brasil sem Miséria (PBM).

São medidas que, por um lado, produzem divergências com o setor financeiro privado e com a agenda de ajuste ao mercado financeirizado, e por outro lado, geram um aprofundamento dos processos de desterritorialização, vulnerabilização e perda de direitos sociais impostas às comunidades tradicionais como povos originários, ribeirinhos, quilombolas e camponeses diante dos processos de implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura como energia e transporte, e avanço dos setores

produtivos primários, como agronegócio, mineração, papel e celulose e construção civil.

Tem-se, então o terceiro ciclo de ajuste que ocorre durante o fim do segundo mandato Lula e primeiro mandato de Dilma Rousseff. Um período de tentativas de ajustar a política aos interesses diversos, diante de um agravamento da crise estrutural do capital no mundo.

A economia brasileira apresenta a partir de 2011 um processo de desaceleração e apesar de adotar políticas fiscais que favoreciam sobremaneira os setores financeiros, o país não apresentou retomada do crescimento econômico. E em se tratando de interesses divergentes, essa tentativa de equilíbrio seguiu com limites, instabilidades política, insatisfações de diversas esferas sociais e explosão de manifestações de rua ocorridas em 2013 com apropriação da mídia e oportunidade para atuação agressiva da oposição na constituição de um cenário de crise política no país. Em disputa acirrada Dilma Rousseff vence eleições para um segundo mandato com proposta de manutenção de programas sociais, porém, institui uma agenda econômica ainda mais alinhada aos interesses internacionais do capital financeiro privado, este, que intensifica pressão sobre o Estado para adoção de medidas de controle dos gastos sociais, redução de crédito público e garantias de manutenção do superávit primário.

Carvalho e Guerra (2015) demarcam a conjuntura contemporânea como um momento de esgotamento do ciclo progressista no país, do modelo econômico híbrido constituído pela combinação de investimentos voltados para favorecimento do rentismo, com dominância do capital financeiro mundializado; e da acumulação por espoliação por meio de intensificação de investimentos em infraestrutura e energia, agronegócio, mineração e demais bens primários de baixo valor agregado. Um curso político que vem ocorrendo em outros países da América Latina num movimento de destituição de governos progressistas, com aprofundamento de uma onda conservadora e retomada da agenda neoliberal¹⁵.

Com efeito, o estreitamento das relações econômicas latino-americanas com Rússia e China e fortalecimento do bloco econômico formado por países emergentes, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) representa uma ameaça à hegemonia

¹⁵ Sobre o assunto conferir: Sader, Emir. Argentina, laboratório de experiências neoliberais. 05 de Fevereiro de 2016. Link: <http://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/216062/Argentina-laborat%C3%B3rio-de-experi%C3%A2ncias-neoliberais.htm>. Acesso em 03 de julho de 2016. Bocca, Pedro P. O impeachment e o realinhamento neoliberal na América Latina. 13 de abril de 2016. Link: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-impeachment-e-o-realinhamento-neoliberal-na-america-latina>. Acesso em 03 de julho de 2016.

econômica de potências mundiais dos países centrais, sobretudo dos EUA, e atuação do FMI e Banco Mundial. Cenário no qual o Brasil exerce uma posição de destaque enquanto articulador político e econômico da América Latina no BRICS, viabilizando este como alternativa financeira para pôr em prática a estratégia de crescimento econômico com base na estratégia neodesenvolvimentista na região¹⁶.

Nesse sentido, o avanço das forças conservadoras na política latino-americana tem como suporte a adoção de estratégias neoliberais e realinhamento econômico à agenda estadunidense de aprofundamento de relações de livre comércio com países centrais, enxugamento do Estado, retrocesso de direitos sociais e adaptação legislativa à liberalização econômica. Mesmo diante de um cenário de crise econômica mundial que se estende desde 2007, e que expôs as contradições do neoliberalismo e põe em xeque sua legitimidade política e viabilidade enquanto estratégia econômica¹⁷, o Plano intitulado “Uma Ponte para o Futuro” do governo assumido após estratégia política e midiática que incidiram no afastamento de Dilma Rousseff, configurando um golpe político em maio de 2016, foi colocado em prática. Tal plano aponta para uma perspectiva de metas de equilíbrio fiscal, aumento do superávit, cortes de despesas sociais; medidas de privatização garantindo maior benefício ao setor privado, sobretudo, no âmbito da exploração do petróleo¹⁸.

3.4. Neodesenvolvimentismo: Acumulação por espoliação e transformações territoriais

As transformações da economia mundial durante o século XX configuraram um processo de reconstituição da geopolítica mundial no que diz respeito às intervenções sobre os recursos territoriais. O sistema capitalista mundializado avança sobre os países não centrais internacionalizando os investimentos em busca de ampliar os acessos aos recursos naturais e sociais intensificando os fluxos de acumulação através da expansão de suas fronteiras territoriais. (ALMEIDA et al, 2010)

¹⁶ É fecunda a discussão sobre o chamado subimperialismo entre países emergentes e demais nações do Sul, no entanto, não será realizado neste estudo um debate sobre a Teoria Marxista da Dependência.

¹⁷ O artigo Neoliberalism: Oversold? publicado em junho de 2016 por especialistas do FMI faz uma avaliação de implantação de medidas neoliberais como estratégia que resulta em aprofundamento da desigualdade social e limita o crescimento econômico dos países. Conferir artigo em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2016.

¹⁸ Conferir documento em http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em 03 de julho de 2016.

O crescimento econômico na China nos últimos 20 anos representa uma trajetória de ampliação de territórios de acumulação de capital, possibilitando novas possibilidades de produção a partir de inserção de capital estrangeiro, numa dinâmica de desenvolvimento baseada num modelo exportador. Uma economia que depende do consumo europeu e americano para sua demanda produtiva tornando-se assim, a principal credora internacional. Ao mesmo tempo, nesse processo de avanço produtivo, há o aumento por uma demanda de produtos primários numa crescente dependência de commodities constituindo-se em horizonte de mercado para a América Latina em cenário de crise financeira global.

A concepção hegemônica de produção segue, assim, em busca de instrumentos para prolongar o uso dos recursos naturais no planeta através de diversas estratégias que, associadas a mobilidade do capital, globaliza o mercado mundial e conferem uma posição de competição por localidades que ofereçam menores custos de produção e maior diversidade de recursos naturais. (ACSERALD et al, 2012)

A mobilidade do capital possibilita o avanço das fronteiras produtivas num processo de acumulação por espoliação no qual o capitalismo em sua estrutura econômica degradante avança sobre territórios ainda não otimizados pela tecnologia de apropriação dos recursos para acumulação de riquezas objetivada pelo mercado.

O capitalismo avançado possibilita o deslocamento do capital em busca de territórios que ofereçam mais recursos, que sejam mais favoráveis aos rendimentos de seus negócios, configurando um cenário de competitividade e impondo condições políticas e estruturais que sejam favoráveis aos investimentos. Assim, grandes empresas e setores financeiros promovem a chamada chantagem locacional (ACSERALD et al, 2009), incidindo numa corrida por investidores em âmbito internacional e nacional através de ofertas de condições atrativas ao capital. Para tanto, o avanço das fronteiras produtivas conta com um intenso processo de desregulação através da reorganização dos aspectos legais de modo a garantir o desenvolvimento.

O avanço das fronteiras produtivas tem sido uma das estratégias do sistema capitalista visto que o modo de produção baseada na dominação, expropriação dos territórios e degradação ambiental faz com que o sistema busque cada vez mais territórios com vasta biodiversidade, na perspectiva hegemônica de que os bens naturais devem ser explorados intensamente para atender essa dinâmica de produção e consumo.

No sentido de promover o desenvolvimento do país numa perspectiva de

expansão econômica são variados os instrumentos políticos utilizados para subsidiar essa expansão das fronteiras produtivas, no qual o mercado submete as dimensões política, social, ambiental e cultural às demandas econômicas, exercendo pressão em processos de desregulação, flexibilização da legislação e monetarização de bens naturais (ASCERALD e BEZERRA; 2009).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado pelo Governo Federal em 2007 abrange um conjunto de políticas econômicas voltadas para investimentos prioritários em áreas de infraestrutura como transporte, habitação, saneamento e energia. Por meio do PAC grandes obras de infraestrutura foram implantadas pautadas no discurso de progresso e crescimento econômico do país. Com relação à energia, o Programa investe em obras de diversificação da matriz energética e na ampliação da produção do petróleo através da exploração da Camada Pré-Sal. Até 2017, o PAC tem como meta, por exemplo, o financiamento de 217 usinas eólicas no país nos quais foram investidos 23,2 bilhões em geração de energia por meio dessa matriz¹⁹.

Como já apontado em tópico anterior, o Estado atua como empreendedor na implantação de grandes empreendimentos, expressa na atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante agente financiador de grandes obras de infraestrutura e energia no país que concentram intensos impactos sociais e ambientais. O Estado responsável pelos processos de regulação é o mesmo Estado empreendedor que detêm interesses econômicos diretos sobre os projetos investidos. Nesse sentido, o BNDES tem sido importante agente de desenvolvimento no país atuando em benefício do capital financeiro através de estratégias econômicas para inserção competitiva no cenário econômico mundial.

Garzon (2010) relaciona o processo de liberalização econômica com a internacionalização do capital e a construção de estratégias de estímulo às empresas transnacionais que se oportunizam da estrutura institucional para expandir suas atividades no país. Esse cenário se dá através de duas estratégias, especificamente, segundo abordagem do autor:

Essas filiais contam com um conjunto de estímulos governamentais coordenados que envolvem medidas de liberalização comercial e flexibilização legal, alianças empresariais público-privadas com estatais orientadas

¹⁹ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/03/brasil-tera-218-usinas-eolicas-financiadas-pelo-pac-ate-2017>, acesso em 06/07/2015.

para suplementar os requisitos dos mercados. A segunda é potencializando as empresas de capital nacional, definida como aquelas construídas sobre as leis brasileiras e com sede e administração no país. (GARZON, 2011, p. 76)

Para garantir o retorno financeiro dos projetos, a política econômica do país adota um caminho voltado para incentivos tarifários e um modelo de financiamento pautado na garantia de rentabilidade. Essa forma de negociação estabelece uma relação de parceria entre os setores público e privado no qual o Estado garante as condições de rentabilidade para que empresas privadas assumam o planejamento dos setores estratégicos no país. Dessa maneira, o investimento em infraestrutura segue como uma opção atrativa para o setor privado, visto que estão suportados pelos benefícios de antecipação dos recursos através de contratos com garantias de rentabilidade e adequação da legislação.

A política econômica do país tece relações entre os sujeitos de maneira que possibilita garantia de retorno financeiro e mobilidade do capital. Segue, assim, a lógica geopolítica mundial baseada no avanço das fronteiras produtivas com uma visão da biodiversidade como amplo campo de possibilidades para o desenvolvimento. Os processos produtivos baseados na exploração dos bens naturais e expropriação dos territórios são legitimados por uma política desenvolvimentista que adota estratégias para garantir a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, através, inclusive da inviabilização da atuação dos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental e desregulação da legislação específica.

Neste cenário, deve-se considerar que o sistema capitalista tem inerente em sua estrutura, a assimetria na distribuição do poder diante dos processos de apropriação dos recursos naturais, o que configura uma desigualdade na distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento econômico. O conceito de desigualdade ambiental rompe então com a concepção de que os problemas ambientais atingem igualmente todos os seres humanos. Os impactos e riscos ambientais são destinados de forma desigual, sendo imposta aos grupos sociais desfavorecidos, que decorre em processos de vulnerabilização (ASCERALD, 2013), sobretudo, de povos originários, ribeirinhos, quilombolas e camponeses, que mantêm relação de produção e reprodução da vida de maneira diferenciada da lógica de acumulação do mercado caracterizando assim, situações de injustiça ambiental.

O avanço sobre a exploração dos bens de uso comum ocorre, assim, num

processo de desterritorialização, que desconsidera as comunidades locais, inviabiliza o modo de vida e cultura local, em nome da visão desenvolvimentista que impõe como objetivo único e fundamental para a existência humana: o progresso e crescimento econômico. Essa dinâmica ocorre no Brasil com mais expressividade desde a liberalização da economia no país, num processo de acumulação intensiva, extensiva e especulação financeira e imobiliária (ALMEIDA et al, 2010).

Esse contexto é caracterizado por uma política neodesenvolvimentista que consiste no investimento público no crescimento econômico através de financiamentos de grandes obras de infraestruturas e incentivos fiscais as grandes empresas com o objetivo de ampliar a participação do país na dinâmica mundial de acumulação e mercado. Com a crise mundial de 2008, como vimos, o país reforça suas estratégias econômicas baseadas na exportação de *commodities* com ampliação das fronteiras de produção homogeneizadoras.

O Brasil insere-se de forma periférica no mercado mundial por meio da expansão de *commodities* num discurso pautado na modernização ecológica que estabelece um consenso entre as inovações tecnológicas e instrumentos políticos numa apropriação dos recursos naturais segundo o livre-mercado. Através dessa política, o país investe prioritariamente em obras de grande porte e estruturais e em produção de bens primários de forma intensiva, promovendo uma homogeneização dos processos de produção que ameaçam a biodiversidade e a diversidade cultural no país.

A imposição dos empreendimentos ocorre sob a criação de argumentos que encurralam os territórios em situações que na perspectiva do desenvolvimento não apontam para outra forma de atuar. Apontam para o que Acserald (2009) chama de alternativas infernais que impõem os danos ambientais e processos de vulnerabilização (ACSERALD, 2013) às comunidades em nome de retornos econômicos. Os projetos de grandes empreendimentos e planos de desenvolvimento são estruturados a partir da dimensão do progresso e do desenvolvimento econômico que desconsidera as atividades produtivas em nível de território, desqualificando-as e caracterizando-as como estratégias atrasadas, ineficazes e inviáveis, pois não estão inseridas na dinâmica de produção e consumo do mercado global.

Assim, é através da expropriação desses territórios que o capitalismo avança suas bases produtivas na intensa apropriação das áreas de uso comum onde se encontram ainda vasta biodiversidade associada a uma história de produção e reprodução da vida

não pautada na apropriação intensiva e predatória dos recursos. É importante ressaltar, como aponta Porto-Gonçalves (2012), que os territórios historicamente ocupados por populações tradicionais é onde estão as riquezas naturais tão visadas pelo capital com vistas à expansão das fronteiras produtivas.

3.5. Conflitos e injustiça ambiental

A palavra desenvolvimento é tóxica.
Latouche

A expansão das fronteiras produtivas sobre os territórios tradicionais ocorre com processos de distribuição desigual dos danos causados pelos grandes empreendimentos produtivos, avançando sobre povos e comunidades constituindo-se em zonas de sacrifício (ACSERALD, 2004) em função da perpetuação de um modelo de desenvolvimento que gera injustiça ambiental e intensifica conflitos. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental define, em sua Declaração de Lançamento, o conceito de injustiça ambiental como:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (RBJA, 2001)

A apropriação dos espaços e bens naturais com fins de desenvolvimento pautado numa visão econômica de desenvolvimento atingem populações e povos em seus direitos territoriais ocasionando expropriação nessas comunidades.

Acserald et al (2009) aponta que os elementos que configuram a desigualdade ambiental apresentam-se através dos aspectos de acesso aos bens naturais e da proteção ambiental. No âmbito do acesso aos bens naturais, na perspectiva da produção, a implantação de grandes empresas e obras de infraestrutura para o desenvolvimento ocasiona a inviabilização das formas não- capitalistas de produção. Povos e comunidades tradicionais sofrem os impactos decorrentes dessas atividades produtivas enquanto que as empresas inseridas numa conjuntura hegemônica de mercado utilizam como mecanismo de atuação, relações de privilégio com o poder público.

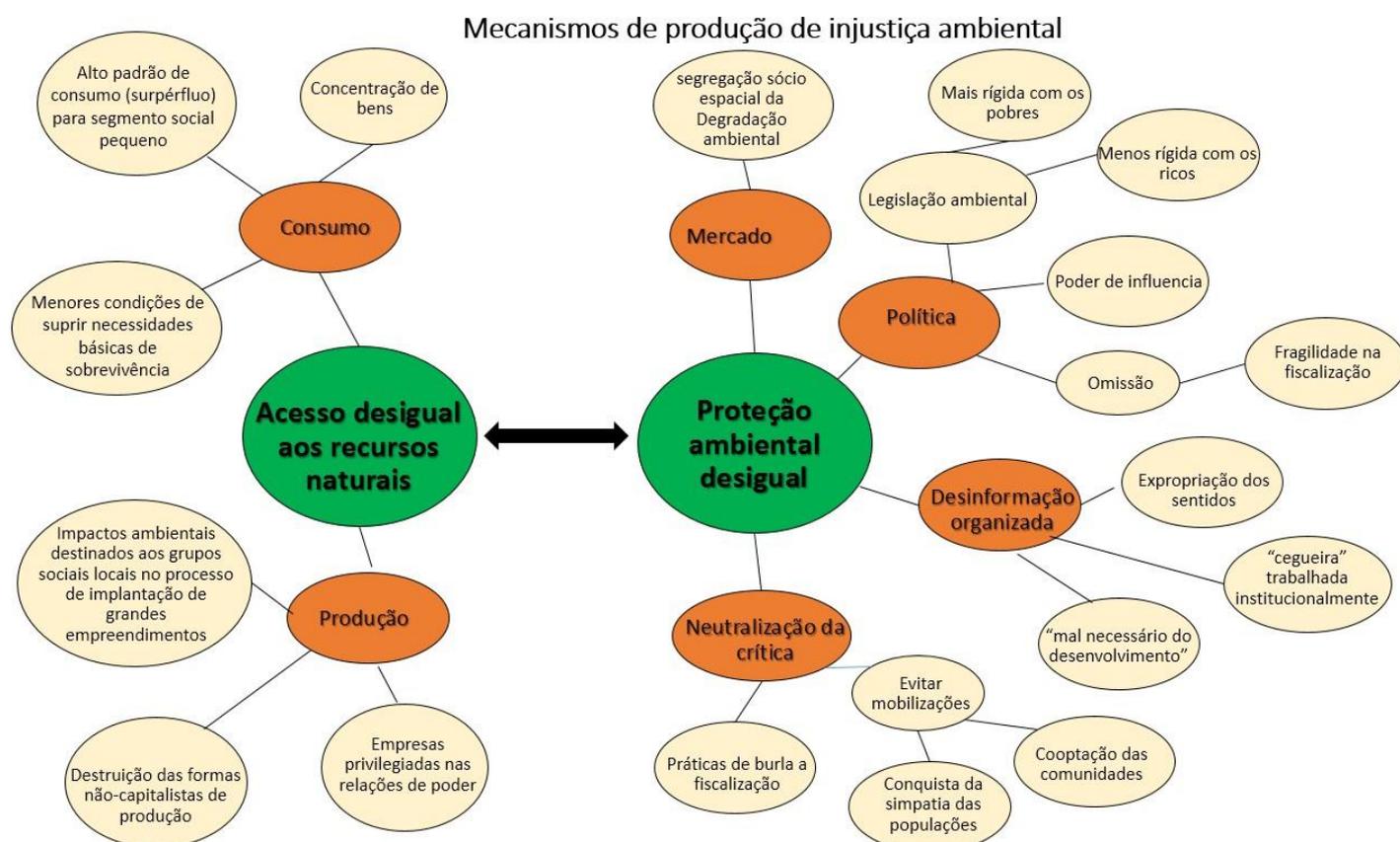
A dimensão dos impactos sobre as comunidades tende a tornarem-se invisíveis, sobretudo através do subdimensionamento das implicações ambientais apontadas nos Estudos de Avaliação de Impactos (EIA) contratados pelas empresas com fins de obtenção de licenciamento para os empreendimentos. Diversos estudos e pareceres apontam para a omissão de comunidades diretamente impactadas por grandes empreendimentos considerando áreas histórica e culturalmente ocupadas como zonas de vazios demográficos²⁰.

É importante destacar que grandes empreendimentos intensivos em consumo de bens naturais geram poucos empregos (Acserald et al, 2009) e avançam sobre territórios nos quais as comunidades desenvolvem práticas produtivas, que estão fora da lógica hegemônica de mercado, que garantem a produção e reprodução social de um contingente significativo de sujeitos. Nesse sentido, um contingente expressivo da população também está fora do padrão de consumo imposto pelo modo de produção hegemônico e com acesso desigual aos bens. A desigualdade ambiental está associada à apropriação desigual dos bens naturais e ainda, para além, aos mecanismos de apropriação desses bens e suas formas de uso que configuram cenário de injustiça ambiental.

No âmbito da proteção ambiental, os elementos que caracterizam esse processo de desigualdade estão relacionados aos interesses de mercado associados aos mecanismos de desinformação com esvaziamento político do debate e processos de neutralização da crítica. Se apresentado em um quadro geral de análise, os mecanismos de produção de injustiça ambiental poderiam ser retratados, segundo aspectos apontados por Acserald et al (2009), no seguinte esboço:

²⁰ Dentre outros estudos e pareceres existentes podemos destacar: MEIRELES, Jeovah et ali. 2009. O povo Indígena Anacé e seu Território Tradicionalmente Ocupado (Parecer Técnico Nº 01/09). Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Ceará. Fortaleza. Santos e Hernandez (orgs). Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (2009). Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Eólico Baleia, realizado neste estudo conforme apresentado mais adiante.

Figura 01: Mecanismos de produção de injustiça ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de Acserald et al (2009)

A desigualdade ambiental é justificada por diversas estratégias que seguem num discurso de negação da injustiça ambiental. São estratégias de argumentação baseadas na perspectiva de legitimar práticas empresariais degradantes que expropriam as populações de seus territórios e buscam instrumentos para garantir seus interesses e controlar as reações das populações afetadas em lutas por justiça ambiental.

A gestão e controle dos conflitos são elementos considerados estratégicos nos setores empresariais que buscam instrumentos como: refutação das críticas, investimento em canais de comunicação que oportunamente produzem dúvidas e informações desencontradas, confusas e inacessíveis; estabelecimento de relações com a comunidade, oferta de brindes e abordagem individual junto aos moradores; práticas de negociação de conflitos com investimentos em tecnologias de resolução de conflitos;

esvaziamento político do debate sobre as implicações do empreendimento nos territórios; separação das relações ambientais e sociais no processo de avaliação de impactos e implantação do empreendimento.

É importante considerar o caráter da assimetria de poder nos processos de mediação de conflitos no qual é beneficiado quem está favorável na correlação de forças com maiores possibilidades de barganha de interesses. Nesse sentido, ocorre uma despolitização do conflito, exercendo assim, a resolução de conflitos um papel desmobilizador. (Acserald et al, 2009).

Frente aos processos e táticas de avanço das fronteiras produtivas sobre os territórios, gerando desigualdade e injustiça ambiental, tem-se as frentes de resistência social, que seguem em luta para garantir as formas de fazer e de viver que estão fora da lógica hegemônica de produção. O modo de produção capitalista avançado encontra nas práticas da agricultura familiar camponesa, nas comunidades tradicionais como povos indígenas e quilombolas, comunidades pesqueiras e ribeirinhas e, demais grupos sociais que vivem processos contra- hegemônicos de produção, estratégias de resistência e de mobilização crítica em torno da luta em defesa dos territórios.

4. ENERGIA EÓLICA: A MERCADORIZAÇÃO DOS VENTOS

E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

O Brasil, assim como outros países da periferia capitalista, insere-se no cenário geopolítico mundial contemporâneo por meio da intensificação de investimentos na produção de *commodities* agrícolas e minerais destinados à exportação. Essa inserção caracteriza-se pela reprodução da estrutura capitalista encerrada na perspectiva do neodesenvolvimentismo que relaciona o crescimento econômico como caminho para o desenvolvimento do país.

Milanez e Santos (2013) debatem sobre o avanço na exportação de produtos primários de grande competitividade no cenário econômico mundial, aproximando o Brasil dos aspectos do neoextrativismo, estratégia que teve efeito expansivo aos demais países da América Latina. Porém, as políticas adotadas no país reforçam o crescimento do fornecimento de bens primários numa perspectiva de desenvolvimento associada à

apropriação dos bens naturais, por meio de políticas de internacionalização produtiva e de investimentos em inovação e modernização tecnológica.

O processo produtivo avança sobre os bens naturais e territórios tradicionalmente ocupados de modo intensivo e em grandes dimensões escalares, que interfere na dinâmica dos fluxos de matérias e energia do planeta ocasionando alterações no clima, extinção de espécies, catástrofes ambientais dentre outras consequências. Porém, o processo de expansão do capital e avanço de fronteiras produtivas aponta para uma demanda por estratégias de tecnologia e infraestrutura que garanta as fontes de acumulação numa perspectiva de crescimento a todo custo da economia no mundo. O modelo de desenvolvimento hegemônico aponta para uma concepção de que o único caminho para a existência humana no planeta está nas estratégias de produção e consumo baseada na apropriação dos bens naturais e exploração das populações (PORTO-GONÇALVES, 2012). A ideia de desenvolvimento como única alternativa para a existência da humanidade no planeta confere legitimação para investimentos em estratégias tecnológicas de produção baseada no discurso da sustentabilidade, mas, numa perspectiva de supremacia da dimensão econômica sobre as outras dimensões de vida. A perspectiva hegemônica de solução para as crises do modo de produção capitalista investe na concepção de que a modernização tecnológica e investimentos em processos produtivos ecologicamente eficientes são suficientes para a superação da crise.

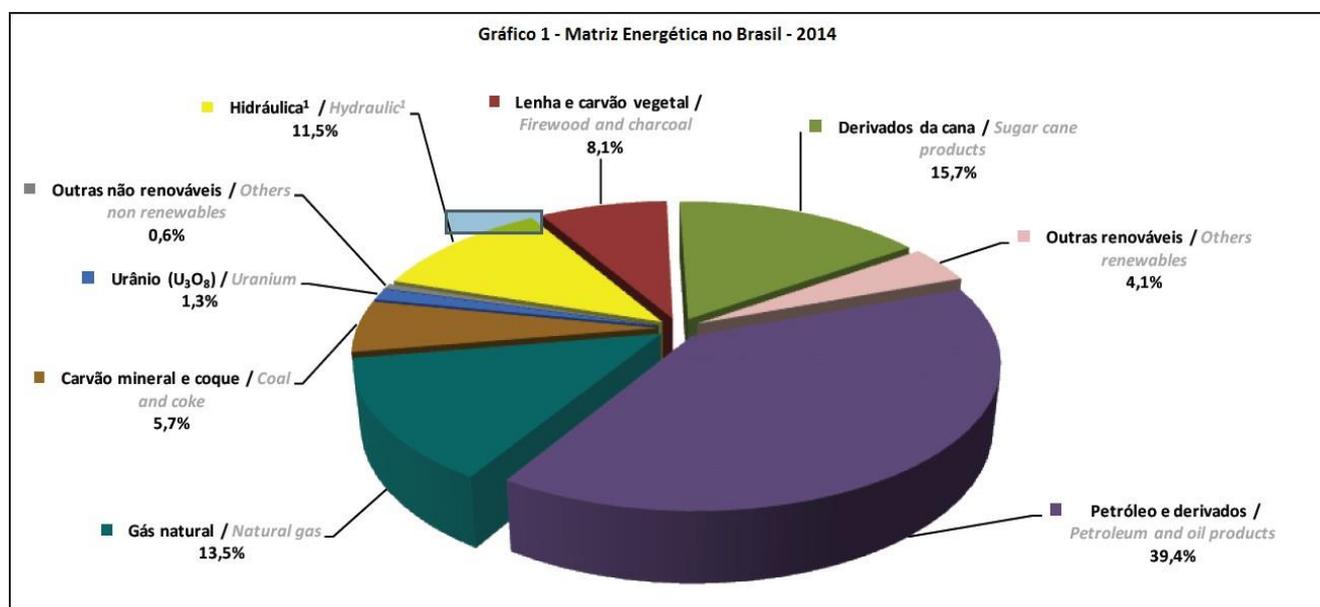
A produção de energia é questão central nos debates sobre desenvolvimento e expansão da produção num contexto de crise ambiental. A demanda crescente por energia está relacionada ao modelo de desenvolvimento baseado na expansão dos processos de produção e consumo. As pressões mundiais sobre a reconfiguração da matriz energética têm gerado propostas e políticas para investimentos prioritários em estratégias tecnológicas de produção de energia através de fontes renováveis que têm revelado um mercado competitivo e favorável aos investimentos financeiros para acumulação capitalista. A dinâmica de investimentos econômicos tem apresentado expressivo crescimento para projetos de implantação de parques eólicos no país associado a políticas voltadas para a ampliação dessa matriz, suportado pelo debate ambiental sobre a intensidade do consumo de bens naturais no planeta e seus sinais de esgotamento.

4.1. Cenário Energético no Brasil

O modelo de desenvolvimento pautado no país insere-se num cenário caracterizado pelo processo de avanço do capitalismo mundial e as demandas tecnológicas para intensificação da disponibilização de energia é elemento fundamental para garantir os processos de produção e expansão da lógica econômica de acumulação de capital. O investimento em grandes projetos de infraestrutura no país é o cenário adotado pela política nacional como medida de garantir o desenvolvimento e expansão da produção, principalmente, das commodities.

A matriz energética brasileira apresenta uma significativa participação das fontes renováveis e compreende um processo político pautado no discurso de diversificação de fontes de geração como estratégia para garantir o crescimento de demanda energética do setor produtivo. Em 2014, a participação das fontes renováveis de energia no país representou 39,4% do total com destaque para derivados da cana-de-açúcar 16,1% e hidráulica e eletricidade com 11,5%. Dentre as fontes não renováveis tem-se o petróleo e derivados com 39,4%²¹.

Figura 02 – Matriz Energética no Brasil - 2014



¹ Inclui importação de eletricidade oriunda de fonte hidráulica. 1 kWh = 860 kcal (equivalente térmico teórico - primeiro princípio da termodinâmica). Ver Anexo VI.6 - Tratamento das informações. / ¹ Includes electricity imports originated from hydraulic sources. 1 kWh = 860 kcal (physical equivalent - First Principle of Thermodynamics). Look Appendix VI.6.

FONTE: MME - Balanço Energético Nacional - ano base 2014

²¹ Fonte: Empresa de Pesquisa Energética/EPE. Balanço Energético Nacional - ano base 2014. Rio de Janeiro, 2015.

As possibilidades de intensificação da produção de petróleo e derivados através da descoberta da camada Pré-Sal no litoral brasileiro representam uma destinação de expressiva demanda de investimentos. No Plano Decenal de Expansão de Energia 2024, do investimento previsto de cerca de 1,4 trilhões de reais, 70,6% será destinado à produção de petróleo e gás natural o que corresponderá a um salto de 2,3 para 5,1 trilhões de barris/dia de petróleo e de 87,4 para 171,7 milhões de m³/dia de gás natural.

É importante ressaltar, a dimensão estratégica que o setor representa na constituição geopolítica mundial e no jogo de interesses na dinâmica econômica global, que se sobrepõe ao debate sobre os limites do planeta diante da expansão da produção e consumo relacionados profundamente à dependência dos combustíveis fósseis.

Em se tratando apenas da matriz de geração de energia elétrica²², o PDE 2024 apresenta a expectativa de que a participação das fontes renováveis nesta matriz represente cerca de 86% em 2024. O plano prevê uma ampliação da capacidade de geração de energia elétrica entre 2014 e 2024 de 132,9 GW para 206,4 GW. Os investimentos serão realizados em fontes renováveis como hidrelétricas, eólica, biomassa e PCHs e prevê, ainda, a expansão de outras fontes como usinas térmicas a carvão, considerando a demanda de energia para os processos produtivos estando atrelada à disponibilidade e competitividade dos projetos. Neste sentido, tem-se a projeção de um investimento intensivo em grandes obras de energia não só na perspectiva das fontes de energias renováveis, mas não renováveis também, visto que o processo de produção, geração e distribuição de energia tem representado um setor atrativo às grandes corporações no âmbito da acumulação do capital, sobretudo, o financeiro.

No âmbito da energia eólica, o PDE 2024 estabelece uma previsão de expansão da geração de cerca de 20GW representando um total de 8% em 2024, percentual bem acima dos atuais 2% da geração de energia elétrica no país. Dos investimentos de R\$268 bilhões destinados para energia elétrica, R\$73,1 bilhões serão para hidrelétricas, R\$155,8 bilhões para outras renováveis (PCH, eólica, biomassa e solar) e R\$ 39,6 bilhões para termelétricas.

No Brasil, comparando as metas de expansão de energia traçada para 2023 e as metas estimadas, dada a atualização do documento, para 2024 a perspectiva de extração

²² A matriz energética corresponde a toda energia transformada para todas as demandas dos processos produtivos. Assim, a energia elétrica constitui-se em uma dessas demandas sendo, portanto, a matriz energética uma dimensão mais ampla no qual a matriz elétrica está inserida.

de petróleo e gás natural e geração de energia elétrica apresenta apenas uma direção: a do crescimento, do aumento do volume de bens naturais extraídos, do aprofundamento do processo de dominação da valorização monetária da natureza, submetendo as demais dimensões aos interesses econômicos.

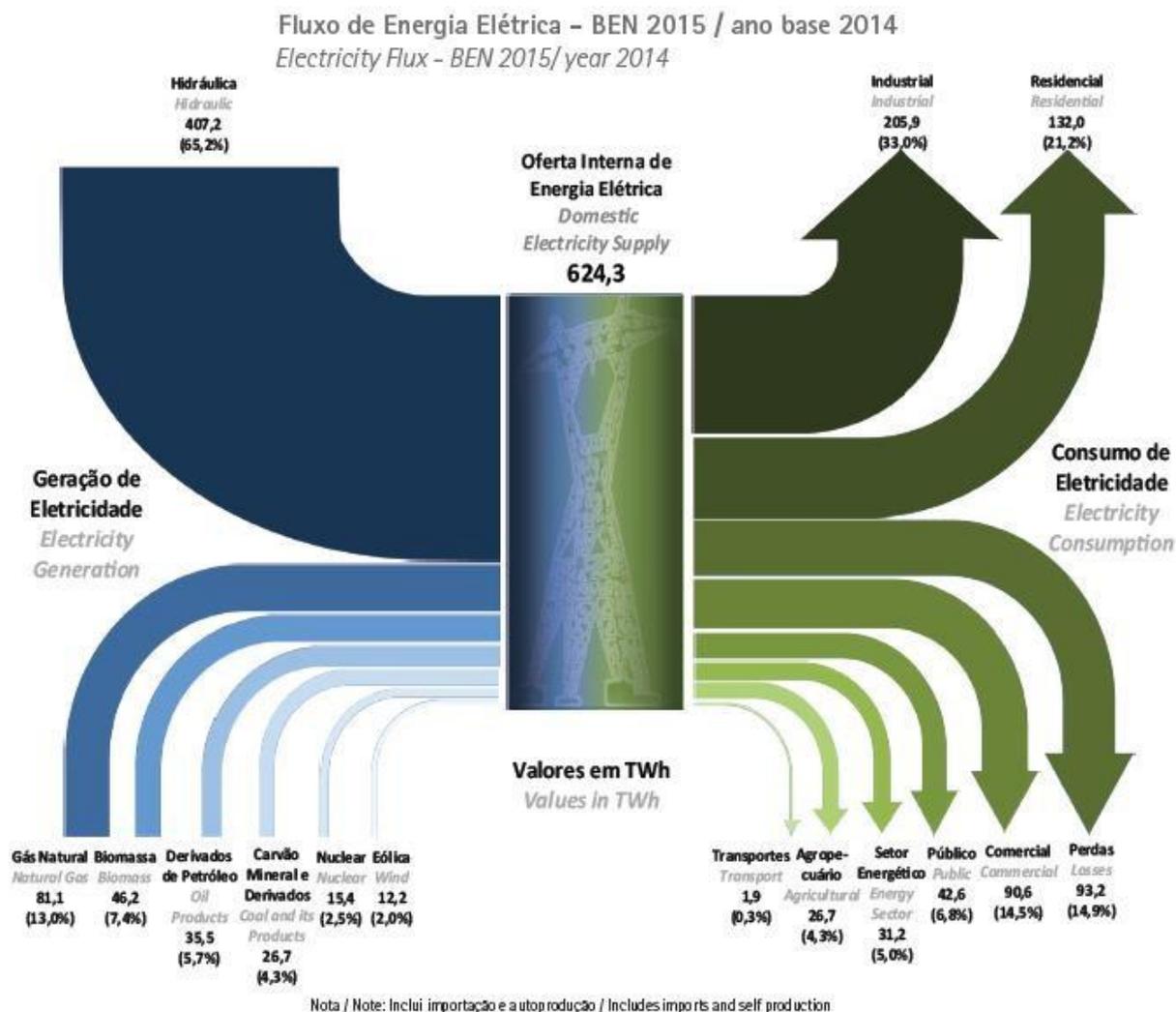
Cenário que nos remete a uma reflexão sobre o debate da matriz energética como pauta mundial²³ sobre a diversificação e investimento em fontes renováveis. A pressão para investimentos em fontes renováveis e ditas limpas está inserida numa perspectiva hegemônica no qual submete a condição de existência humana à expansão do padrão de produção e consumo característico do modelo de desenvolvimento do capitalismo avançado. Nessa perspectiva de expansão, e considerando a inserção periférica do Brasil no cenário econômico mundial, significa que o investimento em parques eólicos não está direcionado – como argumentado pelas instituições políticas e grandes empresas interessadas nos benefícios econômicos para seus negócios - para a substituição da matriz energética do país para fontes renováveis. E sim que esta, se constitui de modo complementar, para atendimento de uma demanda produtiva, sobretudo para atividades econômicas eletro-hidro-intensivas que tiveram um surto de crescimento neste cenário neodesenvolvimentista.

4.2. Grandes consumidores de energia

O fluxo de consumo de eletricidade no país por setor, segundo o Balanço Energético Nacional de 2015, tem o setor industrial como maior consumidor de energia elétrica do país com 33%, seguido do consumo residencial que absorve 21,2% da oferta e o setor comercial com 14,5%. Destaque para o percentual de energia que se perde no processo de geração e distribuição, 14,9%. Os setores público, energético, agropecuário e de transportes respondem pelos 16,4% restantes.

²³ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável conhecida também como Rio+20 realizada em 2012 e Conferência sobre Mudanças Climáticas, a COP20 trouxeram a questão da diversificação da matriz energética para fontes renováveis no sentido de estabelecer metas com compromisso de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Figura 03: Fluxo de Energia Elétrica – BEN 2015/ Ano base 2014.



No âmbito da composição industrial no país e observando a descrição por setor do consumo de energia elétrica, destacam-se as produções de alumínio (inclusive alumina e bauxita), siderurgia (aço bruto), ferroligas, pelotização, cobre, celulose e papel, soda-cloro, petroquímica e cimento como setores eletrointensivos responsáveis por 40% do consumo industrial, conforme dados do gráfico abaixo. O alumínio primário é a produção que apresenta maior consumo específico de energia elétrica, por tonelada produzida. (EPE, 2015)

Nesse sentido, a produção de energia elétrica é intensamente destinada à expansão da produção de commodities, sobretudo, para grandes empreendimentos de mineração e de produção de celulose, cujos processos produtivos demandam expressivos bens naturais, e são geradores de conflitos ambientais como denunciado por várias comunidades atingidas e movimentos sociais que resistem e lutam por justiça

ambiental²⁴.

As referências de base para as perspectivas de projeção apontadas no PDE 2024 descrevem um cenário econômico de incertezas diante dos efeitos da crise mundial, queda nos índices de consumo interno, diminuição no crescimento econômico e que podem apresentar alterações no âmbito da dinâmica instável da atual conjuntura. Ainda assim, é importante ressaltar as expectativas apontadas no documento quanto a indústria extrativa mineral a partir da premissa de intensificação da exploração do petróleo apostando no avanço da cadeia petroquímica, na expansão da produção de papel e celulose e siderurgia.

Portanto, o investimento em parques eólicos apresenta-se, ainda, atrativo para a ampliação da produção de energia e um segmento, juntamente com toda sua cadeia produtiva, estratégico para os planos de investimento financeiro de empresas e consórcios multinacionais que atuam inclusive em outros ramos de atividades como a J&F Investimentos (Holding da empresa JBS: processamento de carnes e derivados, Eldorado Celulose, dentre outras)²⁵, Queiroz Galvão²⁶, Metaneide Ltda. (fundição, pré-moldados)²⁷, dentre outras²⁸.

4.3. Dinâmica de expansão dos Parques Eólicos no Brasil

Os empreendimentos eólicos ocupam extensas áreas e ocasionam uma série de impactos sobre as populações onde se instalam. Atualmente o Brasil possui 376 usinas eólicas em operação nos quais 76,32% estão no NE, sendo os estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará os que mais concentram parques eólicos no país²⁹. No último ano, o maior crescimento percentual de geração tem ocorrido no Piauí que, de 88 MW em maio/2015, passa a gerar atualmente 706 MW.

²⁴ Dentre outros destacamos, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil 2009; Declaração do V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental 2013.

²⁵ Fonte: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/leilao-marca-entrada-da-j-f-no-setor-eletrico>.

²⁶ Há 60 anos no mercado de construção civil, desde 2013 a empresa comercializa energia. Fonte: <http://portal.queirozgalvao.com/web/grupo/gestao-de-negocios>.

²⁷ Metaneide Ltda solicita em março de 2014 Licença Prévia para implantação de um Complexo Eólico composto por 48 aerogeradores com capacidade instalada de 96MW em 1.940,53ha, na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte- CE. Vide: DOECE 5/03/2014.

²⁸ Conferir: Revista Cenários Eólica 2015/2016. <http://brasilenergia.editorabrasilenergia.com>

²⁹ Fonte: Banco de Informações de Geração. ANEEL : acesso em 05/07/2016.

Tabela 01 – Quantidade de Usinas Eólicas no Brasil

USINAS EÓLICAS NO BRASIL - PREVISÃO ATÉ 2019								
ESTADO	EM OPERAÇÃO		EM CONSTRUÇÃO		A INICIAR		TOTAL	
	USINAS	CAPACIDADE (MW)	USINAS	CAPACIDADE (MW)	USINAS	CAPACIDADE (MW)	USINAS	CAPACIDADE (MW)
BA	68	1879,44	41	784,60	118	2577,85	227	5241,89
CE	48	1323,21	25	593,13	34	739,20	107	2655,54
MA	1	22,50	-	-	9	268,80	10	291,30
PB	13	69,00	-	-	3	90,00	16	159,00
PE	25	508,68	-	-	10	272,00	35	780,68
PI	27	764,40	21	581,50	19	504,50	67	1850,40
RN	104	2867,15	21	544,00	54	1324,20	179	4735,35
SE	1	34,50	-	-	-	-	1	34,50
RJ	1	28,05	-	-	-	-	1	28,05
SC	15	242,49	-	-	1	3,00	16	245,49
RS	67	1572,37	17	301,10	10	207,10	94	2080,57
SP	1	2,24	-	-	-	-	1	2,24
MG	1	0,15	-	-	-	-	1	0,15
PR	1	2,50	-	-	-	-	1	2,50
TOTAL	376	9.316,68	125	2.804,33	258	5.986,65	759	18.107,66

Fonte: ANEEL: Banco de Informações de Geração. Acessado em 05/07/2016

O Nordeste é a região do país onde haverá maior investimento em usinas eólicas apontando para uma expansão de 189% até 2018 com destaque para a Bahia como estado onde está previsto maior crescimento de usinas eólicas instaladas. O PDE 2024 prevê expansão de interligações para escoamento de energia sentido região Norte/Nordeste para as regiões Sudeste/Centro-Oeste considerando, sobretudo a expansão de parques eólicos no Nordeste e de grandes empreendimentos hidrelétricos como Belo Monte e Santo Antônio no Norte. O Plano aponta que há necessidade de aumento da exportação de energia em 6.000MW de fluxos energéticos do país no sentido Sudeste/Centro-Oeste (EPE, 2014).

Essa configuração nacional de demanda energética nos leva a observar uma conjuntura no qual os grandes investimentos em empreendimentos energéticos avançam sobre territórios tradicionais. Esse avanço das fronteiras de produção ocorre com geração de intensos processos de conflitos e injustiças ambientais criando zonas de sacrifício (Acserald, 2004) onde comunidades e povos tradicionais recebem toda a carga de

degradação e impactos oriunda da implantação de grandes obras de infra-estrutura.

4.4. Expansão da Energia Eólica no Estado do Ceará

As estratégias adotadas pelo Governo Federal, através da Política Nacional de Energia, após avaliação das bases institucionais do sistema elétrico e da crise energética do país em 2001, consistiram num modelo que tornasse o setor competitivo e atrativo para investimento privado³⁰ no campo da geração e comercialização de energia. O lançamento do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA), através da Lei 10.438/2002, objetiva a ampliação da participação de fontes renováveis no país. Na segunda fase do Programa a contratação de energia no país segue por dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Neste último, a comercialização de energia ocorre apenas por meio de leilões, um processo licitatório promovido pelo poder público para aquisição de energia em prazos determinados. Os Leilões consistem no principal mecanismo de contratação de energia elétrica. Todos os leilões de energia passam pela coordenação e controle da agência reguladora do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que designa a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para realização dos mesmos. A ANEEL, por sua vez, é ligada ao Ministério das Minas e Energia (MME)³¹. Em 2009 ocorre o primeiro leilão de energia específico para a fonte eólica.

Nesse sentido, frente à crescente demanda por suprimentos energéticos, o Governo estruturou um modelo institucional voltado para a diversificação dessa matriz, com financiamentos liberados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Estado do Ceará, diante desse contexto de desenvolvimento econômico, adota estratégias de investimento em suprimento energético. As condições favoráveis características do Ceará (e do Nordeste) com relação à velocidade dos ventos, bem como

³⁰ Na década de 1990 ocorreu a implantação de programa de privatizações e abertura da economia para o investimento estrangeiro configurando ao Estado uma função regulamentação através das agências reguladoras, no caso do setor energético, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

³¹ Existe uma variedade de modalidades de Leilões nomeadas conforme prazos de fornecimento de energia ao Sistema Integrado Nacional (SIN): A-1, para início de fornecimento de energia no ano seguinte a realização do mesmo; A-3, o prazo de fornecimento deve iniciar-se em três anos após a data de realização do Leilão; A-5: prazo de 5 anos; LER (Leilão de Energia de Reserva), criada para garantir segurança no fornecimento; LFA (Leilão de Fontes Alternativas), direcionada às fontes renováveis de energia. Fonte: MME.

sua política de desenvolvimento, incentivaram o estudo e elaboração do Atlas do Potencial Eólico do Estado do Ceará publicado em 2001 pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), com o objetivo de atrair investidores.

Diante da política nacional de incentivos através inicialmente do PROINFA e financiamentos disponibilizados pelo BNDES³² associado ao seu potencial, o Governo do Estado do Ceará investe cada vez mais em empreendimentos eólicos. Com o intuito de atrair investidores a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) elaborou um Atlas do Potencial Eólico do Estado. O documento identifica que o Ceará tem alta capacidade produtiva nesta fonte energética, com geração de 35 mil megawatts (MW), sendo 25 mil MW em terra (*onshore*) e 10 mil MW no mar (*offshore*).

Em 2014, o Governo do Estado anuncia que pretende atualizar os dados, apontando para a atração de mais investidores e expansão de instalações neste setor. Segundo o Presidente da Câmara Setorial de Energia Eólica do Ceará, um setor ligado à ADECE, e considerando que na época os estudos foram realizados com base em torres de 50m de altura, quando hoje as torres utilizadas ultrapassam 100m, a capacidade de geração de energia eólica no Estado dobra, chegando a 50mil MW³³.

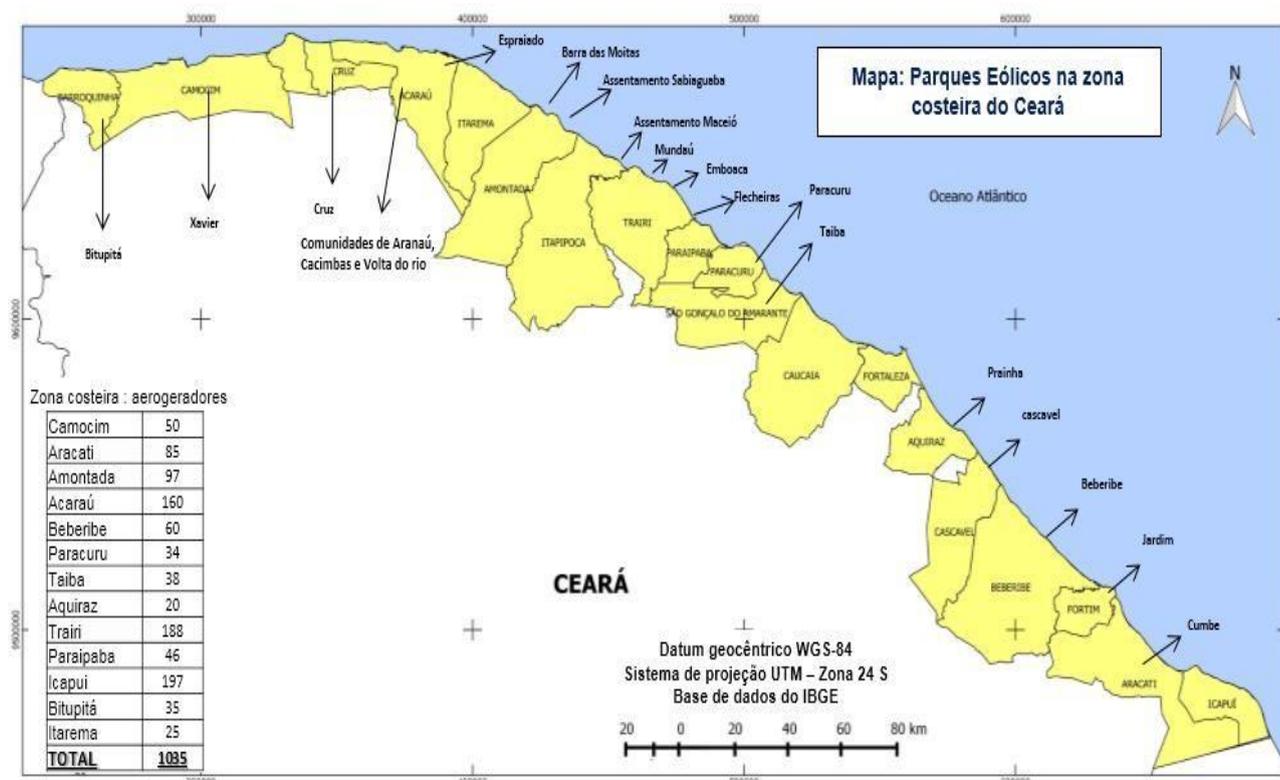
De acordo ainda com a ADECE, só em 2009, durante o primeiro leilão de energia eólica, foram arrematados no Ceará 21 das 71 usinas do país previstas para operação em 2012. Desde então o processo de expansão de parques eólicos implantados ao longo da zona costeira intensifica-se e ocupa extensos territórios. Atualmente entre usinas em operação, teste, construção e licenciadas, existem cerca de 1000 (um mil) aerogeradores ocupando uma área total de 20.286,6ha³⁴.

³² A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA como incentivo à políticas de diversificação da matriz energética com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

³³ <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/08/27/noticiasjornaleconomia.3304496/governo-vai-atualizar-atlas-eolico-por-cerca-de-r-600-mil.shtml>. Acesso em 22/06/2015

³⁴ Fonte: Levantamento documental próprio através de dados da SEMACE e EPE 2015.

Figura 04: Mapa parques eólicos na zona costeira do Ceará.



Fonte: Elaboração própria 2014. Base da Cartografia –Laboratório de

O cenário de expansão de parques eólicos no Estado aponta para um crescimento exponencial incluindo um avanço para o interior do Estado como na Serra da Ibiapaba e Chapada do Apodi. Segundo dados da EPE 2015, estão atualmente em operação 48 usinas eólicas no Estado, 25 usinas em construção, e previstos ainda mais 34 parques com construção ainda não iniciada totalizando uma previsão de 107 usinas em operação até 2019³⁵.

Os dados revelam que até 2019 a geração de energia por fontes eólicas expandirá para quase o dobro do que é produzido atualmente. Um cenário energético que apresenta o argumento de matriz limpa e sustentável e que não revela o custo ambiental e social inseridos em toda a cadeia produtiva nesse processo de geração. Como afirma o presidente da ABEEOLICA sobre a implantação de parques eólicos no Ceará, os

³⁵ Conferir Tabela 01 do presente estudo.

impactos são secundários diante do plano de expansão e concepção de uma política de desenvolvimento baseada no crescimento *ad infinitum* da economia de mercado.

Todo o litoral está mapeado. No Ceará a questão ambiental é mais severa, mas isso não impediu o Estado de se expandir. O Ceará deu um grande sinal de vitalidade nos últimos leilões. (Pedro Cavalcanti, diretor da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEOLICA no NE)³⁶

De fato, observando a tabela abaixo a trajetória histórica da realização de leilões verifica-se que o salto expansivo de contratação de parques eólicos ocorreu no ano de 2013. Entretanto, o número de projetos de Parques habilitados para participação em Leilões de Energia apresenta uma tendência crescente, chegando a 799 projetos habilitados. Importante destacar que o conhecimento de tais projetos antes de contratados não é acessível, consistindo em mecanismo de estratégia econômica, mas, sobretudo, de impedir antecipação de conflitos com comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. Apenas após contratação do projeto em Leilão, é dado prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental, no qual a implantação do empreendimento é concebida como algo inexorável. No Ceará, existem entre 71 e 95 projetos de implantação de parques eólicos habilitados para participar de processos licitatórios sem que se conheça publicamente a dimensão, estrutura e localização dos mesmos.

³⁶ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/online/ceara-deve-ter-mais-de-50-parques-eolicos-em-2014-1.863252> - Acessado em 14/01/2015

Tabela 02: Relação de Leilões de Energia realizados e agendados até 2016

Ano	Leilões	Parques Eólicos contratados – Brasil	n. de Projetos Eólicos Habilitados	
			Brasil	Ceará
2016	2º LER	-	799	71
	1º LER	-	0	0
	A-5	0	693	83
2015	A-1	Não disponível	Não disponível	
	2º LER	20	730	95
	1º LER	0	0	0
	A-3	19	338	58
	3º LER	0	0	0
	A-5	0	0	0
	LFA	3	172	40
2014	A-1	Não disponível	Não disponível	
	A-5	36	577	93
	LER	31	626	95
	A-3	21	248	68
	A	Não disponível	Não disponível	
2013	2º A-5	97	539	65
	A-3	39	629	66
	1º A-5	0	0	0
	LER	66	377	63
2012	A-5	9	484	75
2011	A-5	41	205	51
	A-3	44	240	54
	LER	34		
2010	A-5	0	0	0
	A-1	Não disponível	Não disponível	
	LFA	50	316	96
	LER	20		
	A-3	0	320	92
	A-5	0	0	0
2009	A-1	Não disponível	Não disponível	
	A-3	0	0	0
	LER	71	339	108
2008	A-5	0	17	9
	A-3	0	22	15
2007	A-5	0	3	2
	A-3	0	3	0
	LFA	0	6	0
2006	A-5	0	0	0
	A-3	Não disponível	Não disponível	
2005	A-5	Não disponível	Não disponível	

Fonte: Levantamento próprio a partir de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), MME.

Este cenário revela um processo de implantação de empreendimentos eólicos que apresenta um significativo número de projetos disponibilizados para leilão que ocasionam uma série de conflitos e injustiças ambientais. O modelo de implantação de torres em larga escala, ocupando extensos territórios, é foco de questionamentos por parte das comunidades locais, movimentos sociais e pesquisadores. Questiona-se a viabilidade dessa geração, expressa na pergunta “para quê e para quem?” essa energia é produzida, visibilizando os impactos ambientais e sociais, os interesses econômicos e concentração de capital, desconstruindo a concepção de -energia limpa. Discurso este, juntamente com a argumentação de interesse nacional e da construção de um terror ao caos energético, utilizado como mecanismo de legitimação do sacrifício de populações para a geração de riqueza e acumulação de capital para grandes corporações e instituições de financiamento multilaterais³⁷.

Na estruturação das estratégias de desenvolvimento para o país, a extração intensiva de bens naturais, o avanço de fronteiras produtivas através de um intenso processo de expropriação de territórios de comunidades tradicionais, são questões que estão no centro das tensões entre os movimentos sociais e o processo de implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Os impactos ocasionados pela implantação dos parques eólicos estendem-se para além da intervenção no curso para aves migratórias e mortandade de morcegos como muito expressado nos EIA/RIMA apresentados. Os diversos impactos são apontados por pesquisadores, movimentos sociais e pelas próprias comunidades que historicamente vivem nos territórios onde são implantados os parques eólicos.

Estudos de Meileres (2011), Freitas (2012), Porto, Finamore e Ferreira (2013), Brissac e Santos (2014) e Araújo (2015) apontam a implantação de parques eólicos como geradores de impactos, conflitos e de injustiças ambientais.

Na região litorânea do Ceará, Meireles (2011) identifica os diversos impactos ocasionados pela implantação de parques eólicos em área de dunas. A alteração na dinâmica costeira é causada pelo conjunto de atividades necessárias a fixação de aerogeradores na região, desde o desmatamento, compactação do solo e terraplenagem

³⁷ Conferir: Parques de Energia Eólica, Conflitos e Injustiças Ambientais na Zona Costeira – Carta das Comunidades e organizações da sociedade civil elaborado durante o I Seminário Energia Eólica, Conflitos e Injustiças Ambientais realizado em 2012.

para construção de vias de acesso à soterramento de lagoas interdunares, fixação artificial de dunas, alteração do curso de dunas móveis num processo de fragmentação dos ecossistemas.

O Estado, numa dinâmica neodesenvolvimentista, adota uma série de mecanismos, dentre outros, de isenção de impostos³⁸, para garantir a implantação de Parques Eólicos no país. Entre os Governos locais institui-se um clima de competição que, numa disputa expressa nos rankings nacionais, desenvolvem estratégias de incentivo e favorecimentos fiscais, desregulamentação e flexibilização legislativa para atrair interesses econômicos do setor eólico e sua cadeia produtiva. Esta, por sua vez, apresenta uma mobilidade motivada por uma prática da chantagem locacional³⁹.

4.5. Flexibilização do Licenciamento Ambiental: estratégia em benefício dos interesses do capital

Com a intensificação dos projetos de infraestrutura e investimentos em grandes obras, construir um debate político quanto a essa conjuntura incide em considerar a atuação do Estado e a dinâmica de aplicação das políticas de proteção ambiental e garantias de direitos, percebendo as estratégias de flexibilização legislativa adotadas no sentido de garantir e agilizar o processo de implantação de infraestrutura e energia.

Há a difusão de uma concepção de que o processo de licenciamento ambiental representa um entrave ao desenvolvimento⁴⁰. A demora na liberação das licenças é apontada como causa para o atraso de grandes obras de infraestrutura e energia no país, que são concebidas como essenciais para o desenvolvimento nacional, e legitimada

³⁸ A Lei 11488/2007 institui o Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) que consiste na suspensão da exigência das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de vendas de máquinas, equipamentos, materiais de construção e serviços, destinados a obras de infraestrutura e a Medida Provisória 656/2014 reduz a zero estas alíquotas para o setor de energia eólica nas vendas e importação de peças utilizadas na fabricação de aerogeradores. Fonte: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-a-industria-ea-lica-obteve-uma-vita-ria-extraordinariaa/295435?utm_campaign=noticia&utm_source=rel. Acesso em 14/01/2015.

³⁹ No Ceará o Decreto n. 27951/2005 dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica (PROEÓLICA) que, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), garante o incentivo em 75% do ICMS.

⁴⁰ Anúncios como da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA) acusam como causa do atraso na implantação de empreendimentos energéticos a demora nos processos de licenciamento ambiental. Disponível em: <[http://www.portalabeeolica.org.br/index.php/noticias/540-atrasos-provocam-perdas-de-r\\$-2-bi-para-companhias.htm](http://www.portalabeeolica.org.br/index.php/noticias/540-atrasos-provocam-perdas-de-r$-2-bi-para-companhias.htm)>. Acesso em: 25/05/15.

diante da construção de um discurso de caos energético no país⁴¹.

Apesar das questões levantadas quanto ao papel efetivo do licenciamento ambiental este representou um instrumento de controle e um passo para a possibilidade de avaliação e prevenção de impactos causados pelo avanço do desenvolvimento (ZHOURI, LASCHEFSKI e PAIVA, 2014). Sob a pressão de órgãos federais e empresas interessadas na rentabilidade financeira ocasionada pelo processo de implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, sobretudo energéticos, tem-se observado um processo de flexibilização da legislação favorecendo a implantação de grandes obras impactantes ao meio ambiente como hidrelétricas, nuclear, eólicas.

Leroy (2014) apresenta as diversas propostas de alterações na lei realizadas de modo a garantir a implantação de empreendimentos através de Medidas Provisórias, Propostas de Emenda Constitucional, Lei Complementar, Decretos⁴². A revisão das normas e leis representa uma relação de desregulação submetidos ao modelo de desenvolvimento. Nesse processo, observa-se a revogação de direitos sociais e a -legalização do avanço de fronteiras produtivas através da expropriação de povos e comunidades de seus territórios. Essa situação aponta para um cenário de agravamento das injustiças ambientais e de atuação de um campo de negociação política, no qual perpetuam correlações de forças desiguais entre o hegemônico desenvolvimento e as formas de viver e fazer nos territórios.

Em relação à energia eólica destacamos a Resolução nº 462/2014 do CONAMA que dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental para implantação de parques como forma de dar maior agilidade a expansão da geração de energia eólica no país. No conteúdo da resolução, a implantação de parques eólicos é considerada como de baixo potencial de impacto e que, portanto, estes empreendimentos poderão ser licenciados por meio de apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Na perspectiva dos Estudos de Impactos Ambientais, os métodos utilizados separam as dimensões naturais e socioculturais não considerando os elementos de uso e significação associados aos bens naturais, numa relação compartilhada, como

⁴¹ <http://www.aben.com.br/noticias/caos-no-setor-eletrico-brasileiro>; <https://energiainteligenteufjf.com/2015/03/26/especial-a-crise-energetica-brasileira/>; <http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2015-01/sistema-eletrico-brasileiro-opera-no-limite>. Acesso em 12/05/2015.

⁴² Sobre as alterações da legislação em específico consultar: Leroy, Jean Pierre. Flexibilização de Direitos e Justiça Ambiental. In: Zhouri e Valencio (orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte :UFMG, 2014.

configuração do território. Dessa maneira, os EIA, e ainda menos, os RAS, não apresentam as implicações dos projetos avaliados na dimensão da justiça ambiental (ACSERALD, 2011).

Os métodos utilizados para as Avaliações de Impacto Ambiental apresentam um caráter tecnicista e atuam numa perspectiva de separação entre as questões ambientais e as questões socioculturais. Os mesmos são, ainda, contratados pelas próprias empresas interessadas na implantação de empreendimentos, o que representa, portanto, uma contradição na análise da viabilidade ambiental, considerando a relação entre as partes no processo e o comprometimento da imparcialidade e das possibilidades de conclusão pela não implantação do empreendimento, por exemplo. Os estudos convencionais não apresentam a capacidade de retratar os aspectos que configuram injustiça ambiental nos projetos sendo, inclusive, as relações socioculturais e as formas de significação dos grupos sociais nos territórios desconsideradas para as conclusões de viabilidade dos mesmos (ACSERALD et al, 2011). Tais estudos funcionam meramente como instrumentos burocráticos de legitimação das ações dos projetos, favorecendo os interesses econômicos através de produtos técnicos formalmente padronizados e socialmente vazios.

Assim, os Estudos de Impactos Ambientais convencionais apresentam uma avaliação simplificada, com dados insuficientes para conclusão sobre os reais impactos do empreendimento e tendem a reduzir a existência das populações locais restringindo a dimensão de atingido às propriedades privadas. Nesse processo, as dimensões simbólicas, afetivas, culturais, históricas são desconsideradas.

A construção dos elementos para a audiência pública se constitui uma das estratégias de legitimação do empreendimento que mantém a população afastada do processo, sendo apenas um cumprimento burocrático do licenciamento, no qual há uma apresentação técnica do empreendimento e os espaços para reivindicação da população são suprimidos ou desconsiderados durante a ação. As informações sobre os empreendimentos surgem em forma de boatos e incertezas até que se tomem conhecimento da realização da audiência pública, no qual a participação da população é forjada em processos desiguais de decisão. Há que considerar ainda que, até o momento de audiência pública as decisões políticas já estão tomadas o que limita as esferas participativas. A condução do processo, assim, ocorre com desconsideração e desqualificação da percepção e reivindicação das comunidades locais.

O licenciamento ambiental assume um papel meramente de formalidade burocrática, no qual a população encontra-se afastada do processo e tendo seus direitos subordinados às estratégias da política neodesenvolvimentista do país. O reconhecimento do território, de suas formas de apropriação social, e dos direitos é submetido à lógica do desenvolvimento que ocorre à custa do sacrifício das populações impactadas.

Ainda assim, o licenciamento ambiental tem papel fundamental enquanto instrumento de disputa pelo controle e expressão dos impactos causados pelo desenvolvimento. Compreendido pelo empresariado como elemento de atraso ao progresso e em sintonia com a configuração do atual cenário de construção de um golpe político e de alinhamento estratégico às demandas restritas do setor privado, a política de licenciamento ambiental está sob ameaça. Trata-se da proposta legislativa referente a PEC 65/2012 que garante a implantação de obras públicas apenas com apresentação do EIA, não podendo ser suspensa ou cancelada pelo órgão licenciador, o que representa um desmanche da estrutura de proteção e retrocesso na legislação ambiental, que incide num instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente instituída pela Lei 6.938/81. Como em tantas outras políticas de retrocesso de direitos, acirrado no atual cenário político, em favor da compatibilização econômica e centralização de riquezas com acirramento de desigualdades, a tramitação da PEC 65/2012 tem gerado várias manifestações e reivindicações dos movimentos ambientalistas, órgãos licenciadores e pareceres jurídicos expressando os riscos sociais e ambientais resultantes desta medida⁴³.

⁴³ <http://www.oeco.org.br/noticias/nucleo-ambiental-da-puc-rio-lanca-peticao-para-barrar-pec-65/>; <http://www.ascemanacional.org.br/carta-aberta-em-defesa-licenciamento-ambiental-e-meio-ambiente-elaborada-pelos-servidores-da-supes-ibama-pr-e-da-unidade-sfb-parana/>; <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/carta-aberta-do-mpf-pa-e-do-mppa-contr-a-pec-65-2012/> e Nota técnica do MPF contra a PEC 65/2012, disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-pec-65-2012/>. Acesso em 05/07/16.

5. “UM POVO UNIDO SEU DR. NÃO HÁ QUEM POSSA”⁴⁴

Crise? Aqui não tem esse negócio de crise não.
Olha aí a fatura!

Agricultor – Assentamento Maceió

Informações difusas, boatos e dúvidas sobre a implantação de um Complexo Eólico na região do Assentamento Maceió em Itapipoca gerou preocupação e o cuidado em descobrir, de fato, no que consiste esse projeto e quais os impactos da chegada de um grande empreendimento para as comunidades locais. Nesse sentido, foi fecunda a articulação da segunda edição do Seminário sobre conflitos e impactos ambientais provocados pela implantação de parques eólicos, que fosse realizado, em maio de 2014, no Assentamento Maceió, como estratégia de intercâmbio entre comunidades da Zona costeira do Ceará, viabilizada pelo Instituto Terramar em parceria com as comunidades e o departamento de Geografia da UFC.

Momento oportuno para aprofundar conhecimentos sobre a implantação de parques eólicos na Zona Costeira do Ceará por meio do compartilhamento de saberes e a partir das experiências vivenciadas pelas diversas comunidades participantes.

O I Seminário de Conflitos e Injustiças Ambientais provocados por parques eólicos na Zona costeira do Ceará ocorreu em 2012 em Fortaleza, e reuniu movimentos sociais, ONG's e universidades para debater a temática, visto que a expansão dos parques eólicos teve um crescimento exponencial no Estado e nesse processo tem-se um acirramento dos conflitos e violações de direitos nos territórios, que se expressaram de forma mais intensa em detrimento do crescente interesse de grandes corporações em investir em projetos de energia renováveis como horizonte atrativo à maximização de lucros.

A lógica de acumulação capitalista, como vimos, pressupõe no seu processo expansivo a geração de riqueza concentrada e diretamente relacionada à intensificação da desigualdade social e degradação ambiental.

Diante dos debates sobre os efeitos impactantes da implantação de parques

⁴⁴ Verso da música Xote do Acampamento do agricultor e compositor Antônio Sousa - Assentamento Maceió em Itapipoca.

eólicos nas comunidades locais, questiona-se o modelo de implantação de energias renováveis sob o discurso de energia limpa invisibilizando os impactos e o processo de inviabilização das atividades cotidianas e práticas de produção e reprodução da vida, que recaem principalmente, em comunidades tradicionais, como povos originários, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e camponeses. Denúncias que foram expressas na Carta das Comunidades e Organizações da Sociedade intitulada Parques de Energia Eólica, Conflitos e Injustiças Ambientais na Zona Costeira resultado do debate realizado no I Seminário.

No Assentamento Maceió a continuidade do diálogo no intuito de descobrir as estratégias da empresa e de obter informações mais aprofundadas sobre o projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia, gerou uma dinâmica de reuniões, rodas de conversa, articulação e participação em audiências públicas que envolveram assentados, comunidades rurais do entorno que se encontram dentro da área de impacto direto do projeto, o Instituto Terramar, o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) do Programa Residência Agrária/UFC, a Congregação de Notre Dame e Escola do Campo Nazaré Flor num intenso debate na perspectiva de aprofundamento de informações e de possibilidades estratégicas de garantia e defesa do território. Foram realizados debates sobre as estratégias de desvendar detalhes do projeto, de acessar informações sobre localização e logística de implantação, identificar as transformações territoriais ocorridas em demais projetos de parques eólicos e as implicações disso na vida e no modo de viver nas comunidades.

Um processo que revelou a dimensão dos impactos e riscos às comunidades a partir dos diálogos e avaliação coletiva do Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Eólico Baleia como resultado da reflexão sobre o significado do acesso à informação e da identificação da manipulação e omissão das informações sobre o projeto como uma das estratégias fundamentais utilizadas pela empresa para desmobilização social.

5.1. História do Assentamento Maceió: trajetória de lutas e conquistas

Combinamos que não íamos pagar mais renda ao patrão. Ninguém pagou! Então, os patrões disseram: “Ninguém broca mais”. Mas o povo se reuniu e brocou. Aí, nós fomos aprendendo que a união faz a força! Aí, eles foram perdendo o controle!. (Depoimento de Nazaré Flor para McCabe, 2015)

O Assentamento Maceió, criado em 1987 através da Portaria 838 de 09/87 do INCRA, está localizado há 60km da sede do município de Itapipoca e 185km de Fortaleza, no estado do Ceará, tem a luta pela posse da terra e pela manutenção de seu modo de vida como característica marcante em sua trajetória histórica. Atualmente possui cerca de 900 famílias e constitui-se em uma área de 5.844,72 hectares. O Assentamento é formado por 12 comunidades (Apiques, Bode, Sítio Mateus, Humaitá, Córrego da Estrada, Bom Jesus, Maceió, Barra do Córrego, Córrego Novo, Lagoa Grande e Sítio Coqueiro e Jacaré) e o processo de conquista da terra ocorreu através de uma longa trajetória de resistência contra a apropriação e dominação territorial para implantação de empreendimentos agroindustriais.

O Assentamento Maceió possui 12 km de faixa de praia e segue sua extensão sentido sertão do Ceará até a CE-168, estrada que segue sentido Praia da Baleia. A rodovia CE-168 é a via de acesso ao Assentamento e ainda é a via de trânsito de moradores para sede a do Município de Itapipoca, onde concentra centros comerciais, serviços públicos e redes de ensino superior.

Como atividades econômicas tem-se uma expressiva diversidade na produção, relatada pelos moradores durante participação nas oficinas realizadas por meio do NEEPA do Programa Residência Agrária da UFC e visitas realizadas nas comunidades, além de expressados nos estudos de Camurça (2013) e Gomes (2014). As visitas às casas, nas conversas com camponeses(as), nos deparamos com a prática do cultivo diversificado e a relação e significados revelados na expressões de satisfação e dedicação, quando nos conduzem para os quintais onde nos apresentam as hortas, plantas medicinais e ornamentais, no cultivos de mandioca, coqueiro, feijão e com uma variedade de frutíferas como caju, murici, acerola, goiaba, cultivo de mudas nativas e ainda do urucum no qual há a prática da produção do tempero colorau. Na criação tem-se variedade de aves

(galinha, capote, peru). Existem ainda a pesca artesanal e a confecção de artesanato, com destaque, para a renda de bilro. Nos meses de junho e julho ocorrem as farinhadas no qual há a transformação da mandioca em farinha e goma, num processo produtivo que agrega e promove ação coletiva, estratégias de organização e laços de sociabilidade e abastece a comunidade de seu cardápio mais comum: a tapioca com peixe.

Camurça (2013) aponta como a diversidade na produção de alimentos representa expressivo elemento de fortalecimento do território e das lutas pela permanência na terra. As famílias obtêm os insumos necessários e cultivam formas de reprodução e apropriação social da natureza que estão fora da lógica de apropriação hegemônica de mercado e fortalecem, assim, seus modos de fazer e de viver.

A luta pela terra revela sua tradição de conquistas históricas em defesa do território como apontam os estudos de Rodrigues (2000) e relatos dos agricultores(as). Uma trajetória lembrada e vivenciada diariamente pelas comunidades através de diversas atividades como peças de teatro e eventos culturais, nas celebrações religiosas e grupos de orações. McCabe (2015) relata, por meio de entrevistas com moradores antigos da região, como historicamente a fé e os momentos de oração se constituem em espaços de debate e organização da luta e são referência nos processos de formação e de enfrentamento durante a conquista da terra.

O processo de resistência em defesa do território é contínuo e revelado diante das inúmeras formas de organização no Assentamento que se constituem em frentes de enfrentamento contra o avanço das fronteiras produtivas do capital. Além da Associação de Moradores do Imóvel Maceió (ASCIMA) criada em 1989, tem-se a Associação de Rendeiras do Imóvel Maceió (ARRIMA), Associação de Pescadores do Imóvel Maceió (ASPIM), Associação de Cultivadores de Algas Marinhas (ACALMA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR). O Assentamento conta com a atuação de instituições não governamentais como CETRA e Instituto Terramar que mantêm parceria desde a década de 1990, do MST que ingressa frente de atuação na região a partir dos anos 2005, e da Congregação das Irmãs de Notre Dame, as quais têm dedicado longos anos de vivência cotidiana e construção de um diálogo e fortalecimento político nas comunidades do Assentamento Maceió.

McCabe (2015) organiza em um conjunto de depoimentos a trajetória de luta pela conquista da terra na região. Na época de 1864 à 1869, relatam os moradores mais antigos, que Maria do Bonfim, já viúva, detinha a documentação de posse da terra, e que

um estrangeiro conhecido como Marinheiro (Major Carneiro) apropriou-se da documentação e ao longo das gerações constituiu duas famílias, Família Soares e Pracianos, que dominaram a região e submeteram os(as) agricultores(as) por meio do trabalho. Na memória, os agricultores(as) trazem os relatos de violência e o medo como artimanha para opressão dos trabalhadores rurais. Eram as estratégias para garantir o pagamento de renda pelo trabalho desenvolvido na lavoura, mais expressivamente no cultivo de coco. Os(as) agricultores(as) relatam o período como momento de escravidão, no qual eram submetidos a trabalhos forçados tanto na lavoura, como na construção de estradas de acesso.

Nos relatos são apontados vários episódios de resistência no âmbito do cotidiano e violações das regras impostas aos trabalhadores, a exemplo, da proibição do plantio de coqueiro para si, e intimidação, por parte dos Soares, de tomada dos cultivos de subsistência e de coqueiros e da criação. Mesmo diante de ameaças de derrubadas e queimadas das casas para quem infringisse as regras, os trabalhadores em ato de insurgência cotidiana brocavam a terra.

A chegada do Círculo Operário na década de 1960 em Maceió representa uma referência no início dos debates sobre reforma agrária e conquista da terra. Era um horizonte de libertação das comunidades, mesmo diante de um período de intensa repressão da Ditadura Militar. A implantação de uma escola na localidade foi estruturante, mesmo que sob rejeição da Família Soares, como equipamento de formação e discussão. Mas, eram nos espaços de reza e oração que aconteciam os momentos de debate político e formação da luta. E é nesta configuração histórica da trajetória de luta das comunidades do Assentamento Maceió que se tem referência à dimensão do sagrado como elemento definidor da construção das estratégias de conquista da terra, marcada pela atuação do movimento das comunidades eclesiais de base.

E então, a luta foi crescendo e no fim da década de 1970 as comunidades decidiram não pagar mais a renda e diante da intensificação dos conflitos, as famílias que se julgavam donas, iniciaram estratégias de venda da terra (McCabe, 2015).

Na década de 1980 a luta adquire uma frente de enfrentamento contra Tasso Jereissati, que com planos de transformar a região em extensa área de plantação de coqueiros, compra a terra e mantém a prática de proibição da broca. A estratégia da união e do trabalho coletivo foi novamente adotada pelas comunidades no sentido de fortalecer as ações de insurgência e configurar a resistência de permanência na terra sob vigilância

e instituição de um cenário intimidador.

Em março de 1982 foi entregue o primeiro abaixo-assinado, contendo assinaturas de 376 famílias, para Diocese, paróquia e Arquidiocese de Fortaleza, e para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o extinto Instituto de Terras do Ceará (ITERCE) - atual Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE) - e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapipoca (este recusou recebimento) apresentando a demanda de desapropriação da terra e criação de assentamento rural no território. (McCabe, 2015)

E assim uma liderança da região relata para Connell em 1993⁴⁵ as estratégias de resistência para permanência na terra enquanto ocorria o processo de negociação da implantação de um assentamento rural.

A Firma queria fazer construções e nós desmanchamos. Eles botava madeira para uma cerca e nós tocamos fogo, e ninguém sabia quem era que tinha queimado. Aconteceu coisas que nem as pessoas da própria comunidade sabiam quem fez. Foi um jogo tão bem feito aqui dentro que os cabras não tiveram apelo não. O apelo deles foi fugir. (depoimento de Nazaré Flor para Connell, 1993)

A estratégia de atuação sempre em coletivo foi marcante para o processo de conquista da terra. Uma luta que envolveu toda a comunidade numa dinâmica cotidiana do “fazer junto” que fortaleceu a resistência e garantiu a segurança diante das ameaças à vida sofrida por agricultores(as) na região. As atividades do dia a dia eram realizadas em forma de mutirão e com envolvimento de homens, mulheres e crianças no intuito de garantir a conquista da terra.

Trabalhamos em mutirão, nós brocava, cavando o roçado de um, brocando roçado de outro, plantava, fazia farinha, de um, de outro. Qualquer trabalho nós tinha força. **Nós trabalhemos juntos, unidos, porque assim nós tinha força. Dez varas juntas é mais difícil de quebrar.** (Depoimento de Manoel Assis à McCabe, 2015, grifos da autora)

... A cambada da Firma iam na frente abrindo travessões e botando piques e as crianças iam atrás arrancando os piques. Foi assim. A Firma chegava em cada comunidade e cavava os

⁴⁵ O livro de McCabe, -A Nossa Luta foi uma Luta Sagrada!, apresenta um conjunto de entrevistas concedidas por agricultores(as) mais antigos no Assentamento Maceió à Mary Alice McCabe e à Lorraine Connell, ambas pertencentes à Congregação de Notre Dame

poços até dá água examinando aquela água. Quando eles saíram, eles deixaram a balizas... **aí elas iam entupir os buracos e quebrar a baliza. Aí, quando o pessoal da Firma voltava, não sabiam mais onde tinham colocado.** (Depoimento de Manoel Assis à McCabe, 2015 grifos da autora)

Rodrigues (2000) destaca que a expressividade da força de enfrentamento no Assentamento Maceió está em sua trajetória de resistências. A luta pela terra consistiu no confronto direto mediante o não pagamento da renda e não construção de estradas dentro da região do Assentamento que segue até o processo de desapropriação. O protagonismo das mulheres está presente nos depoimentos enquanto os homens brocavam as mulheres estavam reunidas fiando algodão.

Neste dia, que távamos reunidas na casa de Maria Rita, soubemos que iam derrubar os cocos dos coqueiros que a gente tava lutando pra adquirir que os patrões teriam tomado... Nós aqui reunidas fiando e ..., **Olhe aí, vão derrubar os cocos! O que nós faz? Vamos barrar? Não! Não vamos barrar, vamos deixar que derrubarem e aí quando tiver tudo no chão, vamos impedir'... -deixem os cocos aí, vocês não levem nenhum'**... Aí nós fizemos a venda dos cocos e guardamos o dinheiro. Até hoje eles nunca cobraram. Eles ficaram com medo. (depoimento de Dona Graça para McCabe, 2015, grifos da autora)

Os(as) agricultores(as) apontam dois confrontos como decisivos ao andamento do processo de conquista definitiva da terra por meio da desapropriação realizada pelo INCRA. O primeiro contou com a presença de mais de 400 pessoas reunidas de nove comunidades para impedir a construção de estradas para acesso à plantação de coqueiros da -Firmal na região de Zé do Lago. O segundo episódio foi em Atoleiros, que segundo os(as) agricultores(as), era lugar fértil e com boa disponibilidade de água que foi visada pela empresa para o cultivo de coqueiros. As comunidades barraram a passagem de material para construção dos canteiros e queimaram a madeira trazida pela empresa para construção de cerca e de casa.

No início dos anos 2000, a disputa pela praia no Assentamento Maceió ganha destaque nas frentes de enfrentamento e garantia dos territórios diante da ameaça da especulação imobiliária. É quando pescadores(as) e agricultores(as) lutam contra a implantação de um empreendimento turístico de interesse de Júlio de Jesus Trindade, o

-Piratal, conhecido empresário, proprietário de uma casa noturna em Fortaleza. O empresário alegava ter feito a aquisição da área de praia no mesmo período de negociação para desapropriação da terra para o INCRA. Disputa que permanece até os dias atuais com frentes de pressão das comunidades para acesso aos documentos de origem que possam apontar a possibilidade de que a área comprada pelo INCRA ao Tasso Jereissati se estende até a faixa de praia. Há um processo de judicialização em tramitação no sentido de avaliar as matrículas apresentadas pelo "Pirata", que segue no sentido de identificar os indícios legais que a invalidem. Tem-se então uma frente de conflito que segue na luta pela permanência na terra e contra a especulação imobiliária e estratégias de implantação de empreendimentos turísticos na região.

Nesse cenário, soma-se como apoio à luta pela garantia da praia e o acesso ao mar, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que passa a contribuir a partir de 2005 com os debates no Assentamento. Em 2007 cerca de 60 famílias se reúnem e com apoio do Instituto Terramar, Irmãs de NotreDame e do MST ocupam a área de conflito e após ações de despejo e enfrentamentos contra Júlio Trindade (Pirata) o Acampamento Nossa Terra ainda se constitui em importante frente de luta pela permanência no território⁴⁶.

A Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa conhecida como Escola do Campo Nazaré Flor⁴⁷ foi uma importante conquista das famílias assentadas que junto com o MST garantiram o equipamento implantado via Governo do Estado do Ceará. A Escola do Campo tem sua construção pedagógica alicerçada na perspectiva da Educação do Campo contextualizada com vínculos com a trajetória de luta e modo de vida camponês.

Importante ainda apresentar a atuação das mulheres na construção do território no Assentamento Maceió. A frente de luta ao longo da trajetória no Assentamento tem como referência a participação feminina em todos os processos de conquista e resistência e a atuação nos movimentos sociais, com destaque, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Atualmente, as comunidades do Assentamento Maceió têm como frente de lutas

⁴⁶ Julio Trindade morreu em 2011, mas, o conflito pela terra ainda persiste através de seu herdeiro RodholfeTrindade.

⁴⁷ Nazaré Flor foi uma liderança do Assentamento Maceió referência na atuação das mulheres na luta camponesa. Nascida na comunidade de Apiques faleceu em 2007 em consequência de um câncer.

a manutenção do território nas perspectivas da terra, mar e praia considerando os projetos de desenvolvimento como ameaças ao território camponês. A implantação de parques eólicos e programas de favorecimento da pesca industrial, como o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), e tentativa de apropriação dos territórios para construção de empreendimentos turísticos constituem-se em algumas das questões apontadas pelos assentados(as) como ameaças.

Ainda na primeira década dos anos 2000, segundo relatos do presidente da Associação de Moradores do Imóvel Maceió (ASCIMA), um grupo de técnicos veio para a região com objetivo de realizar estudos sobre a viabilidade técnica para implantação de parques eólicos dentro do Assentamento e num processo de aliciamento de agricultores(as) realizaram várias tentativas de garantir acesso aos recursos hídricos da região a implantação das torres.

Pois eu ia aqui na estrada, já tem uns anos, aí parou um carro perguntando pra mim se eu liberava o caminhão da empresa pra entrar e tirar água do Lagoão pra usar na construção das eólica aí. E eu disse que enquanto eu tivesse aqui dentro não tinha ninguém que fizesse eu deixar que acabassem com nossa água. (agricultor, Assentamento Maceió).

Com efeito, um projeto para implantação de um complexo eólico dentro do Assentamento foi elaborado e submetido ao processo de liberação de outorga junto à ANEEL para participar de leilões de energia. A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental foi realizada pela empresa de consultoria ambiental Geoconsult responsável pela maioria dos processos de licenciamento no Estado relativos à implantação de Parques Eólicos⁴⁸. Araújo (2015) aponta que do total de estudos para implantação de parques eólicos no Estado que foram elaborados pela empresa, 50% destes parques estão em operação. E levanta, ainda, uma análise sobre a relação entre os interesses econômicos, atuação do Estado, vinculação ao processo de produção de conhecimento e os mecanismos de legitimação do processo de licenciamento ambiental com garantia de instalação dos empreendimentos⁴⁹.

⁴⁸ FONTE: Portfólio Geoconsult - <http://www.geoconsult-br.com/>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

⁴⁹ Além de estratégias de adequação legislativa e administrativa para implantação dos empreendimentos há práticas de favorecimento e corrupção. A -Operação Marambaial realizada pela Polícia Federal desde 2008 investigou e condenou em 2014, 11 acusados, dentre eles o proprietário da Geoconsult por fraudes

Em 2001, a SIFF Énergies (atual CPFL Energia)⁵⁰ foi autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia⁵¹ por meio de implantação da Central Geradora Eólica Maceió com potência de 235,8MW no Assentamento Maceió. Em 2009, a própria empresa solicita à ANEEL revogação da autorização com finalidade de participar dos Leilões de Energia com este mesmo projeto.

O processo de arrendamento das terras para implantação de parques eólicos é fator determinante para garantir o termo de habilitação concedido pela ANEEL⁵² para participar de leilões de energia. Então, há um processo de aliciamento de agricultores(as) a arrendarem suas terras para implantação de parques eólicos sob o argumento de possibilidade de geração de renda.

No Ceará e em outros Estados do Nordeste, movimentos sociais e sociedade civil denunciam o aliciamento de assentados(as) rurais para arrendamento da terra para empresas de geração de energia por fonte eólica⁵³. O processo de arrendamento se constitui em operação contratual no qual o arrendatário perde a autonomia sobre a terra conquistada na luta pela reforma agrária. Considerando a dimensão territorial demandada por Complexos Eólicos e a perda de autonomia sobre a dinâmica de uso da terra pelos agricultores(as), a expansão de parques eólicos pode indicar um processo de “contra-reforma agrária” visto que os contratos estabelecidos se prolongam por cerca de 20 anos e são renováveis por igual período, ocasionando uma intervenção na dinâmica territorial da região e processos de vulnerabilização das comunidades assentadas.

É relação que se assemelha ao processo de expansão de acumulação de capital no século XIX no âmbito dos contratos de arrendamento de terras por longa vigência, a perda de autonomia sobre o território e a defasagem do valor pago ao arrendatário

em licenciamentos ambientais. Conferir: http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/12/03/noticias_jornalcotidiano,3357067/operaca_o-marambaia-11-condenados-por-crime-ambiental.shtml).

⁵⁰ Conferir: [http://www.dci.com.br/industria/aquisicao-da-siff-energies-pela-cpfl-ficou-r\\$-70-mi-mais-barata-id275214.html](http://www.dci.com.br/industria/aquisicao-da-siff-energies-pela-cpfl-ficou-r$-70-mi-mais-barata-id275214.html)).

⁵¹ A Lei nº 9.074/1995 define o produtor independente de energia elétrica (PIE) como a pessoa jurídica — ou empresas reunidas em consórcio — que recebe concessão ou autorização do Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco.

⁵² Regras para habilitação de projetos para concorrer a Leilões de Energia disponível em http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/EPE-DEE-RE-017_2009_r13_EOL.pdf.

⁵³ As denúncias foram divulgadas em cartas, documentários e vídeos disponíveis em: Carta das comunidades e organizações da sociedade civil. Disponível em <http://goo.gl/gGlpJh>, Energia Eólica - Injustiças Ambientais nos territórios de pesca artesanal. Disponível em: <http://goo.gl/oUEtY>.

em relação a valorização das ações em mercado.

No Assentamento Maceió os agricultores(as) relatam casos de tentativas de arrendamento da terra por parte da empresa e o quanto esse fato tem ocasionado conflito interno e discordância entre os assentados(as) diante da possibilidade de acordo. Em 2012, a autorização para implantação de parques eólicos dentro do perímetro do Assentamento Maceió foi definitivamente revogada. Segundo o chefe da divisão de desenvolvimento do INCRA foi realizado pela empresa uma solicitação de autorização para arrendamento da área do Assentamento junto ao órgão⁵⁴ que foi indeferida e o projeto foi impedido de prosseguir. Como argumentação o gestor aponta a pressão exercida pelas comunidades do Assentamento demarcando o posicionamento definitivo quanto à instalação de aerogeradores dentro do Assentamento. E ainda, até o momento, o INCRA aponta que há uma concepção interna no órgão de que a implantação de aerogeradores descaracteriza a função social da terra. Importante destacar que esta mesma concepção não é válida para implantação de outros empreendimentos de infraestrutura como a expansão de linhas de transmissão de energia, por exemplo.

Considerando o cenário geopolítico mundial de crises estruturais e um contexto no qual a perspectiva de desenvolvimento econômico no país segue para adequação legislativa aos interesses financeiros, podemos identificar o caráter instável da atuação do INCRA e demais órgãos públicos, indicado no processo de sucateamento das instituições públicas de proteção ambiental, políticas sociais e reforma agrária, no sentido de acirrar processos de revogação de direitos e ameaça à vida nos territórios impostos pelo ajuste estatal às demandas econômicas mundiais. O avanço de uma onda conservadora impõe um cenário de redirecionamento das alianças aos interesses dos países centrais, que pode indicar um processo de aprofundamento na dinâmica de destituição de direitos sociais e garantias de territórios.

Ainda assim, em março de 2014, as comunidades do Assentamento Maceió apresentam um abaixo-assinado ao INCRA como forma de firmar posicionamento dos(as) assentados(as) quanto a implantação de parques eólicos dentro do perímetro

⁵⁴ Segundo o gestor, o Ceará é o único Estado, cuja criação de Programas de Assentamento emite apenas a concessão de uso da terra aos assentados(as) mantendo para si a posse. Nesse sentido, a autorização para implantação de parques eólicos em áreas de assentamento passa obrigatoriamente pelo órgão.

do Assentamento. Este fato configura uma estratégia de legitimar a negação do avanço de grandes empreendimentos na região. Constituir-se em área de risco a implantação de empreendimentos consiste em uma percepção fecunda às estratégias de garantia e defesa do território.

Um técnico veio aqui na região e não quis conversa aqui no Maceió não, a gente virou área de risco pra empresa, agora ficam indo nas comunidades vizinhas pra fazer o trabalho da empresa. Aqui não vão ter vez não. (Agricultor, Assentamento Maceió)

A notícia de implantação de 06 (seis) parques eólicos na região, o Complexo Eólico Baleia, foi motivo de mais uma preocupação nas comunidades locais, que sem informações precisas sobre a dimensão, localização e quando o processo de instalação ocorreria. Os(as) assentados(as) promoveram e participaram de encontros e intercâmbios de maneira a compreender as implicações do processo de implantação de empreendimentos energéticos por fonte eólica, de modo a identificar os impactos, os desafios e estratégias de enfrentamento para garantia e defesa do território. Constituiu-se em um processo de fortalecimento político, de engajamento e de protagonismo nos debates sobre conflitos e injustiças ambientais, trazendo a questão das eólicas nas reuniões de associação, atividades culturais, discussão na Escola do Campo, e articulação e participação de intercâmbios de análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Eólico Baleia em comunidades rurais e indígenas do entorno.

5.2.O Complexo Eólico Baleia: injustiças ambientais

O Complexo Eólico Baleia planeja instalar 06 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), somando 58 aerogeradores com capacidade de geração de 116MW, ocupando uma área total de 1.415,37 ha, nos municípios de Amontada e Itapipoca. Fato que tem gerado uma série de debates, encontros e discussões na comunidade, sobre as implicações desse processo para o modo de vida local.

O projeto para implantação do empreendimento eólico foi desenvolvido pela empresa Ventos Tecnologia Elétrica em consórcio com a MML Energia⁵⁵ e submetido ao

⁵⁵ Ventos Tecnologia, com sede no Ceará, tem o -objetivo de projetar as centrais eólicas livre de problemas fundiários, com alto rendimento energético e, o mais importante, a um custo competitivoll

Leilão de Energia de Reserva em 2013. Dentre as exigências para habilitação de projetos de geração de energia para os Leilões promovidos pela ANEEL, tem-se: estudo das condições naturais da região, de topografia e velocidade de ventos, identificação e contratação fundiária, emissão de Licença Prévia pelo órgão ambiental responsável⁵⁶.

As Licenças Prévias foram emitidas pela SEMACE entre 2011 e 2012 mediante apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado(RAS) para cada parque eólico. No mesmo período foram assinados os Termos de Cessão do Instrumento Particular de Arrendamento com prazo de 25 anos junto aos proprietários das áreas para implantação dos parques.

Como resultado do Leilão, o Complexo Eólico Baleia está sob a responsabilidade do Consórcio Baleia composto por Furnas Centrais Elétricas (49%)⁵⁷ e Fundos de Investimento Caixa Milão(FIP) (51%), este último criado em 2012 pela JBS (Friboi)⁵⁸, para implantação prevista para o prazo de dois anos contados a partir da data do leilão. O processo de licenciamento segue a partir de então de forma unificada sendo exigido apenas um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e elaboração de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o conjunto das CGE com o objetivo de obtenção das Licenças de Instalação e Operação.

<http://www.ventostecnologia.com.br/pt-br/quem-somos>. MML Energia - empresa que desenvolve projetos eólicos. <http://www.mmlenergia.com.br/mmlenergia/ui/AEmpresa/MMLEnergia.aspx>

⁵⁶ Instruções para Solicitação de Cadastramento e Habilitação Técnica com vistas à participação nos Leilões de Energia Elétrica. EPE, 2009.

⁵⁷ Furnas, empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobrás. Está vinculada ao Ministério de Minas e Energia e atua na geração e transmissão de energia elétrica. A empresa integra grupo de empresas que associadas concorrem a Leilões de Energia e que em 2013 em sociedade com FIP Caixa Milão arremataram no Leilão de Energia de Reserva, 13 parques eólicos, dentre eles, o Complexo Eólico Baleia, com previsão de entrega para setembro de 2015 e prazo de geração de 20 anos. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/frmEMNovosProjetos.aspx>; e www.furnas.com.br/detalhesNoticiaExterna.aspx?Tp=N&idN=1578.

⁵⁸ O grupo J&F, holding que controla o frigorífico JBS, constituiu em 2012 o Fundo de Investimento FIP Caixa Milão para investir no setor elétrico com previsão de comprometimento de R\$ 1 bilhão de reais em capital para o setor. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE92608520130307>.

Tabela 03 – Composição do Complexo Eólico Baleia

Complexo Eólico Baleia					
CGEs	Área (ha)	Geradores	Potência (MW)	Contrato de Arrendamento	Licencia Prévia nº.
Bom Jesus –BJE	163,05	9	18	10/10/2011	408/2011 - DICOP – GECON
São Caetano – SCA	307,02	13	26	14/11/2011	244/2012 - DICOP – GECON
São Caetano I – SCI	155,85	9	18	14/11/2011	411/2011 - DICOP – GECON
Cachoeira – CAC	274	6	12	18/08/2011	245/2012 - DICOP – GECON
Pitimbu –PIT	165,42	9	18	25/06/2012	400/2011 - DICOP – GECON
São Galvão – SGA	350,03	12	24	26/03/2011	432/2011 - DICOP – GECON
TOTAL	1415,37	58	116	-	-
Fonte: EIA / Complexo Eólico Baleia, 2014					

Os critérios locacional para implantação das CGE's são descritos no EIA do Complexo Eólico Baleia apenas a partir de aspectos técnicos operacionais que favorecem a eficiência da geração de energia do empreendimento. Na exposição das justificativas locacionais os aspectos físico-naturais como cursos hídricos, fauna e flora, dinâmica dunar, a presença das comunidades, sua dinâmica social e a relação territorial imbricadas nestes aspectos não foram considerados para identificação de possibilidades locacionais.

A localização da Central Geradora Eólica na faixa litorânea desponta como uma exigência técnica deste tipo de empreendimento, destacando-se que o Estado do Ceará é dotado de um potencial eólico intenso e marcante em toda sua faixa litorânea, diminuindo gradativamente à medida que se adentra para o interior do continente [...] destaca-se ainda a existência de infraestrutura básica para a implantação do empreendimento, tais como rodovias e estradas de acesso de piçarra e energia elétrica [...] dessa forma, a seleção do local de implantação do Complexo Eólico Baleia foi concebida primariamente com embasamento técnico e científico, conjugando locais com potencialidade eólica constante, disponibilidade de terrenos adequados a esta finalidade, e existência de infraestrutura básica. (EIA, Cap3, p.15)

Isso significa que os estudos prévios para elaboração dos projetos de implantação de empreendimentos de geração eólica não consideram a dimensão territorial em suas questões ambientais e sociais, mas apenas a identificação da intensidade de ventos e

identificação de propriedades a serem instaladas as usinas. A Licença Prévia é concedida pelo órgão ambiental sem que sejam levadas em consideração o uso dos territórios enquanto bens comuns por comunidades do entorno.

Somente após contratação do projeto em Leilão, em 2013, é que se inicia o processo de instalação do empreendimento: é emitido o Termo de Referência pela SEMACE⁵⁹, no qual constam os elementos a serem abordados no Estudo de Impacto Ambiental⁶⁰.

Ainda assim, no debate quanto ao Complexo Eólico Baleia está o fato de que em análise do EIA/RIMA não foi identificado a concepção de que os impactos do empreendimento são de projeção regional, os aspectos apontam apenas impactos locais -pontuais e não correlacionados entre si. O mesmo não aponta uma interferência na dinâmica territorial ocasionada pelo fluxo de trabalhadores nas comunidades. E estes aspectos quando surge são pontuados de forma secundária e sem responsabilização direta do empreendimento quanto ao cenário.

A redução da qualidade ambiental decorrente da implantação do empreendimento será pontual e de baixa amplitude, em geral restrita a retirada da cobertura vegetal para a retirada da cobertura vegetal para implantação dos aerogeradores e acessos internos do parque. (EIA, Cap 07.p.8)

Entende-se que um empreendimento do porte do Complexo Eólico Baleia contribuirá no desenvolvimento social e econômico, especialmente na geração de emprego e renda. Nesse sentido outras áreas poderão ser contempladas com a chegada de novos habitantes, situação que acarretará o aquecimento da economia, fomentando o comércio e gerando empregos indiretos. (EIA, Cap. 06, p.536)

O estudo aponta a presença de parques em áreas de interesse ecológico localizando um parque (CGE Bom Jesus) na área Dunas de Caetanos e outros três (CGE Cachoeira, CGE Pitimbu e CGE São Galvão) estão inseridos no estuário do Rio Mundaú. É importante considerar que na CGE Cachoeira está localizado o Canteiro de Obras, a Central de Concreto e a Fábrica de Torres (EIA, 2014). Não foi identificada no estudo, por sua vez, uma avaliação dos córregos e rios localizados na região como elementos fundamentais a manutenção dos modos de vida das comunidades do entorno. O que

⁵⁹ Termo de Referência nº 337/2014 DICOP/GECON emitido pela SEMACE.

⁶⁰Resolução do CONAMA nº001 de 23 de janeiro de 1986 que dispõe sobre os critérios e diretrizes para avaliação de impacto ambiental.

ocorre é a imposição de um cenário de degradação ambiental e uma culpabilização das comunidades numa visão reducionista dos processos de produção e reprodução dos modos de vida no território.

Entretanto, devido a natural fragilidade do equilíbrio ecológico desse estuário, ele permanece em estado de risco face às intervenções antrópicas [...] Portanto, área (sic) onde se prevê a futura implantação das Centrais Geradoras Eólicas (CGEs) do Complexo Eólico Baleia já se encontra bastante alterada pela ação antrópica. (EIA, p. 459)

O Complexo Eólico Baleia prevê a utilização de 125m³/dia de água no período de implantação do empreendimento, 203 toneladas de cimento, 777m³ de areia e brita com produção de 500m³/dia de concreto (EIA, 2014).

Observa-se, portanto, uma assimetria no uso dos bens da região considerando as dimensões quantitativas e qualitativas de intervenção ocasionada pelo empreendimento eólico sobre a biodiversidade do território quando consideradas as demandas por desmatamento, construção de acessos, intensidade do uso de água e tensão sobre os fluxos hídricos da região.

O EIA apresenta indícios de simplificação de aspectos característicos da região e de reprodução de conteúdo de outros Estudos oriundos de elaborações outras. O fato de o Estudo de Impacto Ambiental sobre a implantação de um empreendimento eólico localizado em Itapipoca situado no Estado do Ceará apresentar um indicativo de ser no Estado da Bahia revela uma possibilidade de banalização quanto à elaboração de um Estudo sobre os reais impactos do empreendimento, conferindo o caráter viciado dos processos de licenciamento ambiental como mera legitimação de implantação do empreendimento.

Apesar de citar que não há danos ao Patrimônio Arqueológico da região, o documento não possui um parecer arqueológico elaborado por profissional da área, ignorando a obrigatoriedade de um estudo relativo a esta dimensão. As comunidades, porém, relatam indícios de sítios arqueológicos e revelam achados históricos de peças ancestrais ao longo do território.

O EIA subestima a dimensão dos impactos do empreendimento sobre o território quando aponta a presença de um total geral de 336 famílias, na área diretamente afetada pelo empreendimento entre os municípios de Itapipoca e Amontada. Apenas no Assentamento Maceió, onde existem 12 comunidades, são cerca de 1000 famílias entre

assentados e agregados, numa área de 5.844 ha. Porém, no EIA foram mencionadas 07 das 12 comunidades. Além do Assentamento outras comunidades foram identificadas na área de influência direta como o Distrito de Lagoa das Mercês, Lagoa do Mato, Zé do Lago, Malamba, Zé do Lago, Pau d'arco, Veados, Passagem, Jenipaperinho, Jenipapo, Timbaúba, Guaribas, Tabocal, Torem, Mergulhão, Forquilha, Várzea do Mundaú, e ainda Matilha e Pixaim, estas localizadas no município de Amontada.

A caracterização socioeconômica das comunidades no EIA perpassa por dados gerais do município e na construção de um cenário de precariedade e ausência de políticas públicas anunciando a implantação do empreendimento como forma de promover desenvolvimento para as comunidades.

Uma parcela significativa das comunidades apresenta características de assentamentos rurais cuja economia e fonte de renda são associadas à agricultura familiar de subsistência – ou seja, dotada de **pouca ou nenhuma tecnologia** na produção de alimentos, resultando na baixa quantidade e variedade de alimentos dados... As populações do assentamento provêm renda também do trabalho de artesanato e cultivo de algas marinhas, **porém sem muita expressividade** (EIA, p. 506, grifos nossos).

Porém, estudos de Camurça (2013), realizado sobre comunidades da região, apontam para as perspectivas de produção da agricultura familiar camponesa com base agroecológica com predominância da diversidade dos cultivos e autonomia sobre a produção nas áreas de agricultura, criação e pesca com fortalecimento da soberania e segurança alimentar.

Se de forma geral a agricultura familiar camponesa apresenta a produção diversificada como uma de suas características que a diferencia da agricultura convencional, de forma exemplar o quintal constitui-se um agroecossistema de maior diversidade como observado no caso da comunidade Bom Jesus. Isso se constata não somente pela multiplicidade de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação), como a biodiversidade de cada sistema, como se revelou no sistema de cultivo. (CAMURÇA, 2013)

Nesse sentido, o EIA/RIMA não aponta para uma conjuntura de impactos correlacionada entre seus aspectos, além de dissociar os aspectos ambientais e sociais não consideram as relações sociais e culturais que constituem o território onde se pretende implantar os parques. Apesar de ser uma produção multidisciplinar, as informações do EIA não estão conectadas entre seus aspectos e acaba por não gerar um cenário amplo da conjuntura de impactos e sim uma compilação de informações não

analisadas de fato para conclusão de viabilidade ou não viabilidade do empreendimento.

Mesmo estando localizado no entorno do Assentamento Maceió o Complexo Eólico Baleia pode interferir na dinâmica costeira de modo a afetar as formas de viver e fazer das comunidades da região. Podemos identificar através dos próprios mapas apresentados no EIA, a intervenção, inclusive de construção de vias de acesso às torres, em recursos hídricos que são fundamentais para o abastecimento para consumo e produção das comunidades dentro do Assentamento e demais comunidades fora do Assentamento e que dependem desse fluxo d'água para consumo e produção.

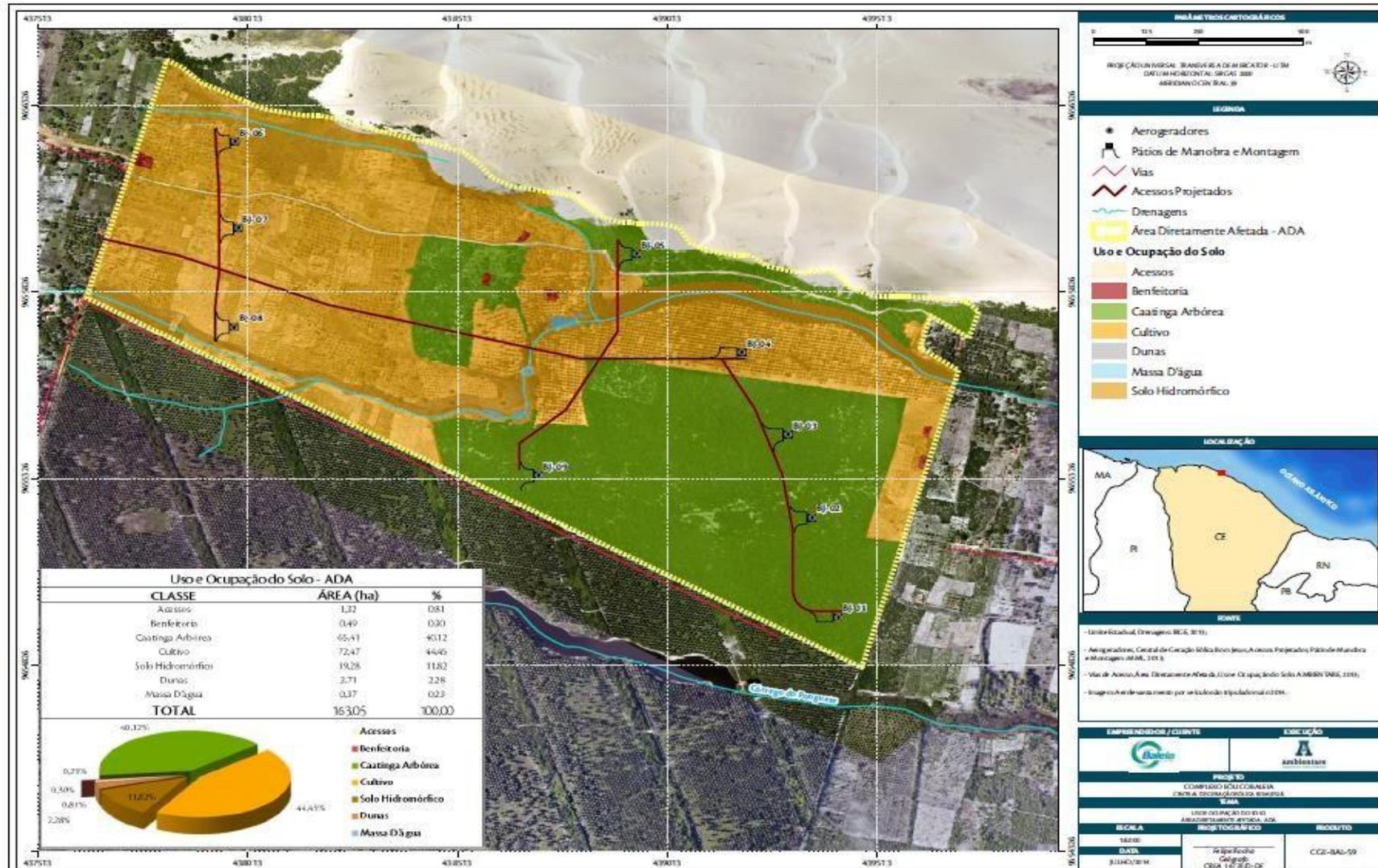
Observando os mapas de localização das torres disponível no EIA/RIMA do Complexo Eólico Baleia pode-se identificar a inclusão de vias de acesso às torres na região que comprometem o curso hídrico identificado pelas comunidades como córregos importantes para as comunidades, sobretudo, o córrego do Ponguete e estuário do Rio Mundaú diretamente ameaçados pelos Parques Bom Jesus e Cachoeira respectivamente.

Durante a realização de rodas de conversa com comunidades locais sobre o Complexo Eólico Baleia e conteúdo do EIA/RIMA específico deste empreendimento, a análise conjunta dos mapas revelou preocupação e indignação quanto a ameaça à dinâmica hídrica que alimenta a produção e as formas de viver nas comunidades locais.

Esse mapa aí num mostra direito nosso córrego, é muita água que passa nele, e quando chove aí é que tem água demais. Se passar uma estrada em cima vai matar o rio. Mas isso não pode. (Agricultora, comunidade Embiribas)

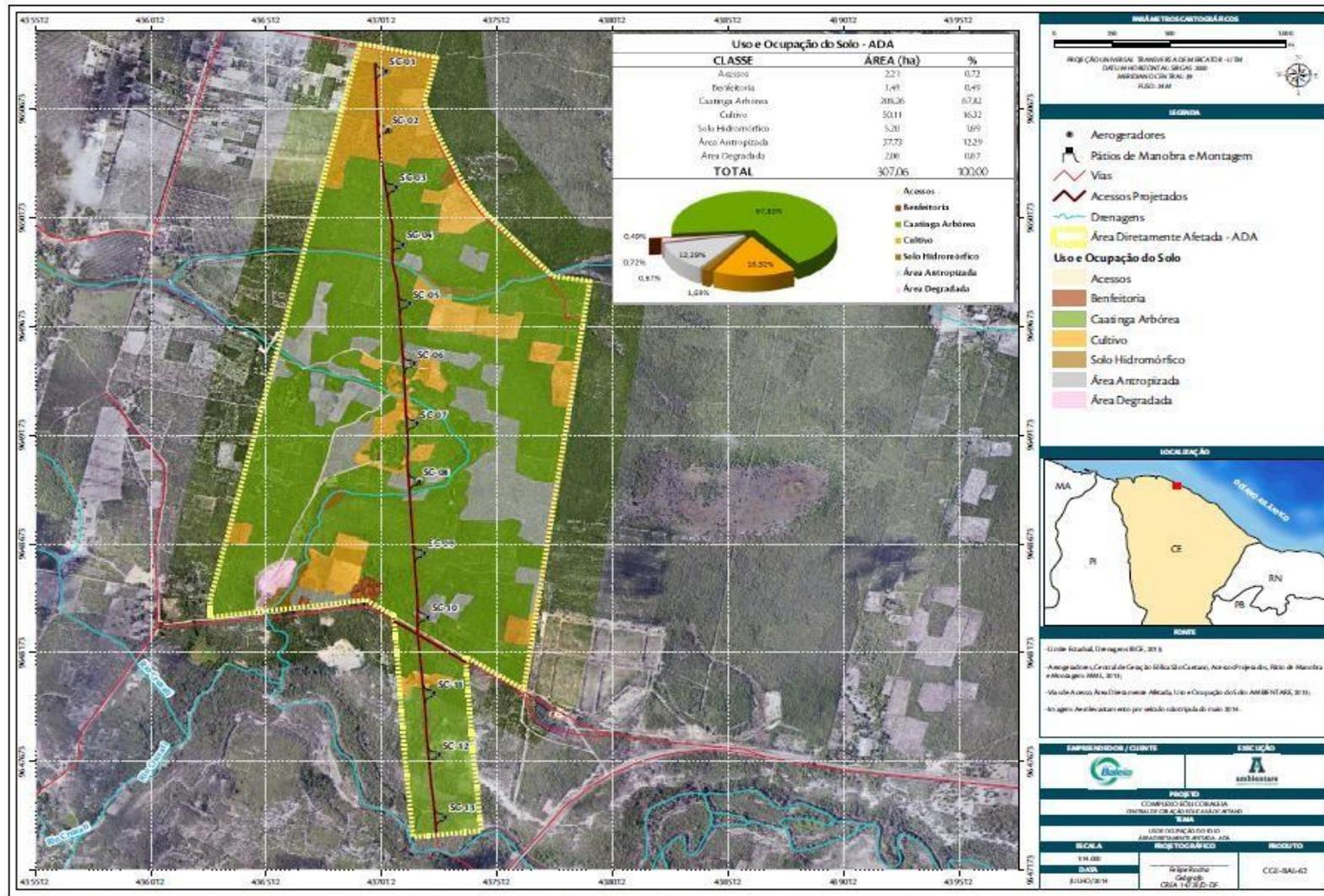
O Córrego do Ponguete tem significado importante para o abastecimento da comunidade, o mesmo que é apontado do EIA do Complexo Eólico Baleia estrategicamente como fluxo de drenagem como possível forma de subestimar a dimensão do impacto com a implantação do Parque Eólico na região.

FIGURA 05. Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Bom Jesus



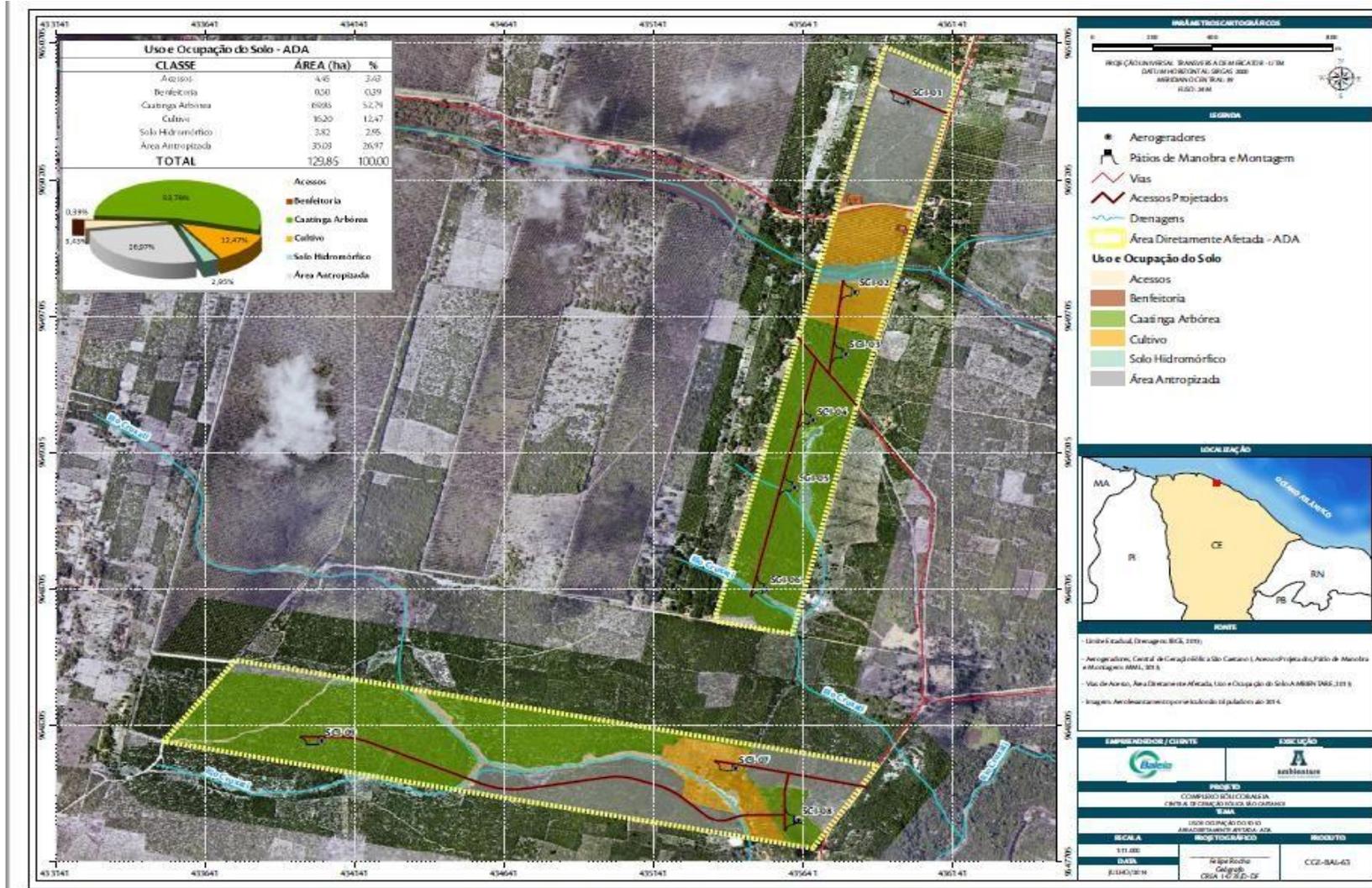
Fonte: EIA Complexo Eólico Baleia, 2014.

FIGURA 06. Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora São Caetano



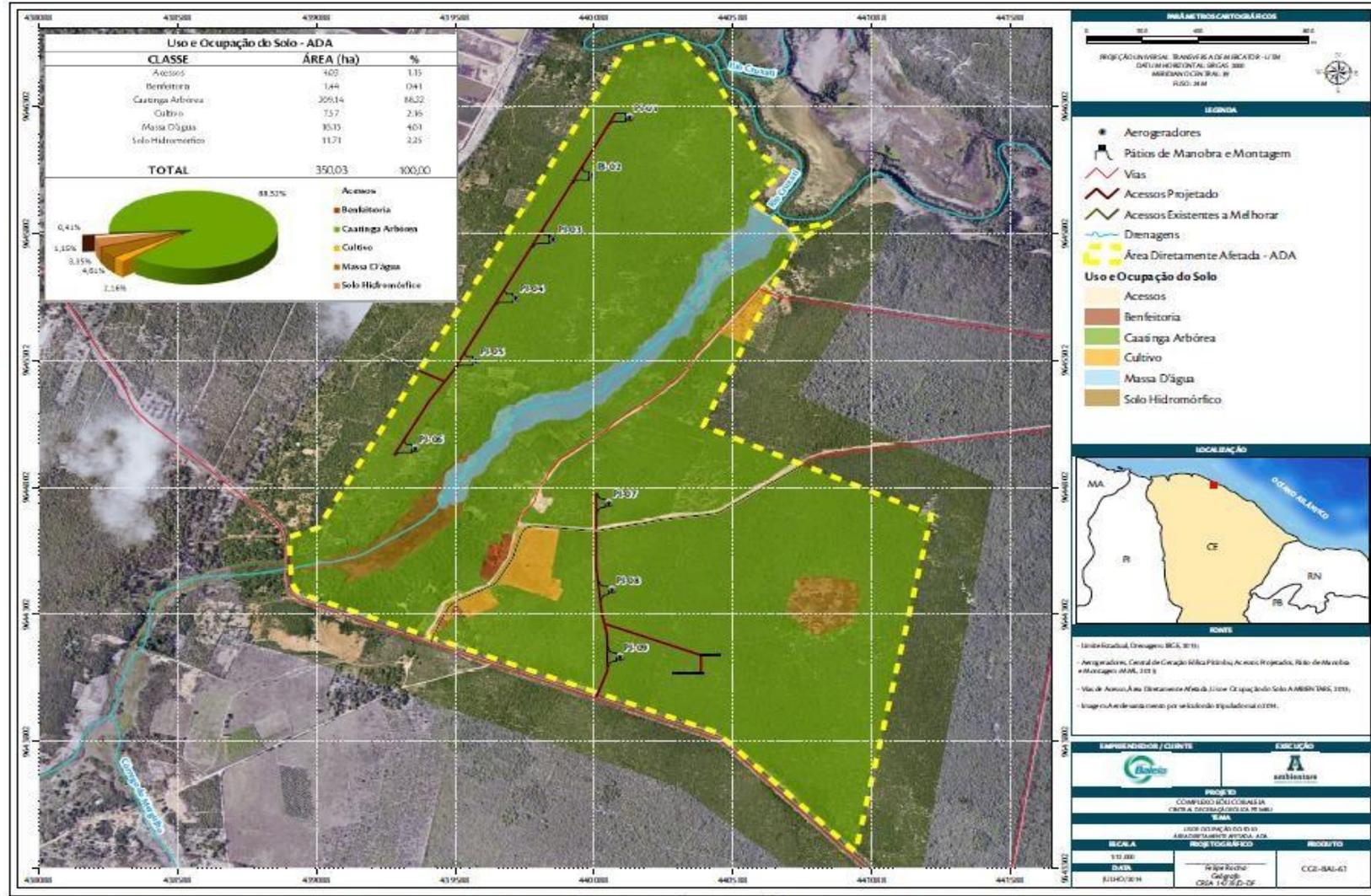
Fonte: EIA Complexo Eólico Baleia, 2014.

FIGURA 07. Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora São Caetano I



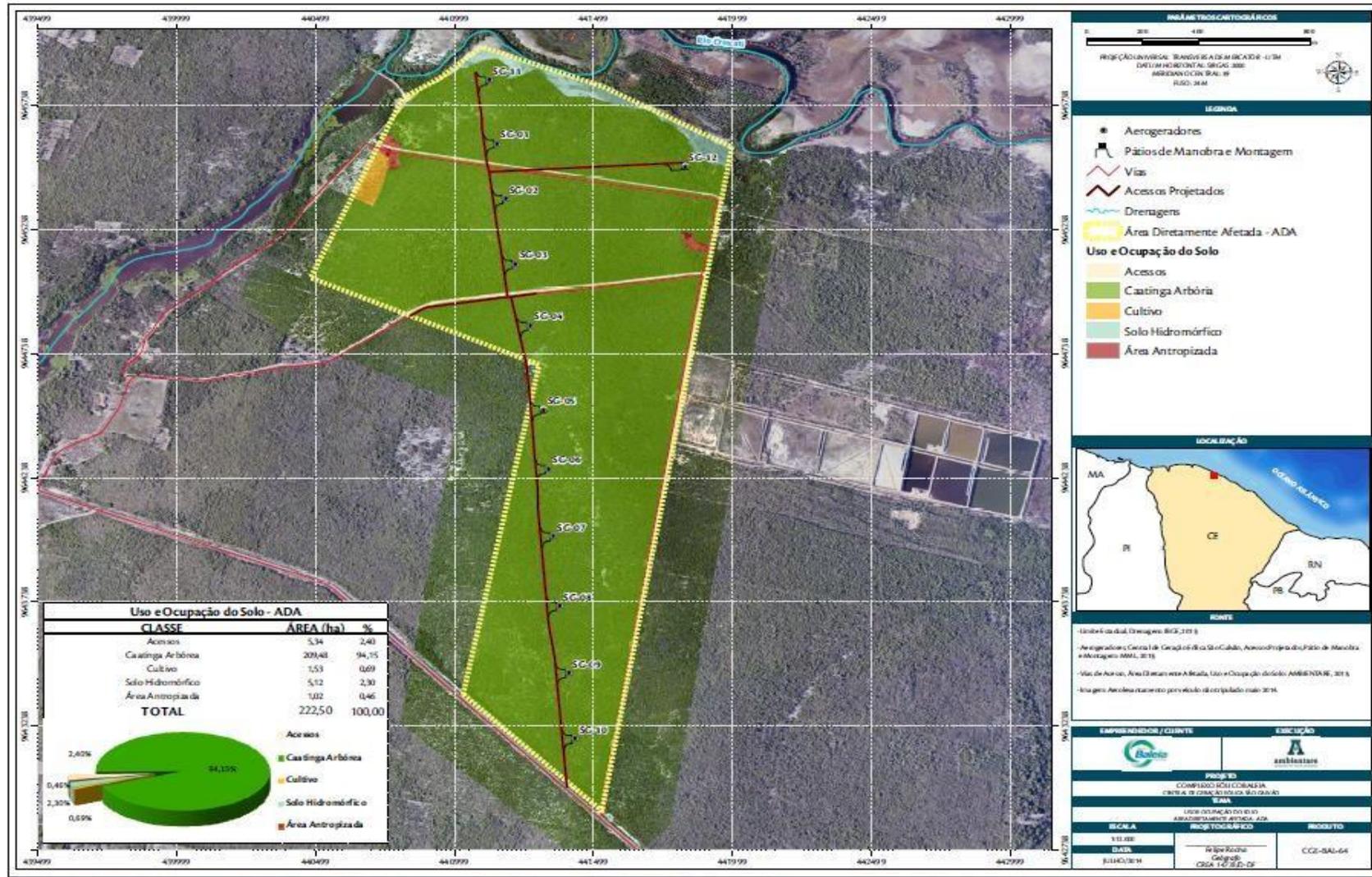
Fonte: EIA Complexo Eólico Baleia, 2014.

FIGURA 09: Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Eólica Pitimbu



Fonte: EIA Complexo Eólico Baleia, 2014.

FIGURA 10: Mapas da localização das torres, vias de acesso e cursos hídricos. Central Geradora Eólica São Galvão



Fonte: EIA Complexo Eólico Baleia, 2014.

O processo de licenciamento ambiental iniciado em 2011 apresenta lacunas que geram um fosso entre os interesses econômicos do empreendimento e a real dimensão dos impactos do empreendimento sobre as comunidades delimitadas, acrescente-se insuficientemente, como Área de Influência Direta no EIA/RIMA.

Na perspectiva da Avaliação de Equidade Ambiental podemos identificar como uma das estratégias fundamentais, adotadas pelo empreendedor para garantir a implantação do projeto Complexo Eólico Baleia desde o início de procedimentos do processo de licenciamento ambiental, a assimetria cronológica de tomada de conhecimento por parte da população local sobre a intervenção e ainda as ações do poder público frente ao processo. A tabela abaixo representa o momento em que as comunidades se inserem nas etapas de licenciamento ambiental do projeto apenas como legitimação dos processos burocráticos para obtenção efetiva da licença, no caso, já a Licença de Instalação.

Tabela 04: Cenário de Inequidade Ambiental: participação no processo de Licenciamento Ambiental.

Licenciamento Ambiental - Complexo Eólico Baleia					
Data	Ação	Consórcio Baleia	Estado	Proprietários das áreas de parque	Comunidade
2005 – 2010	Estudo para elaboração de projeto Complexo Eólico Baleia	X			
2011	Assinatura de Contrato de Arrendamento dos terrenos	X		X	
18/11/2011	Solicitação de Licença Prévia	X	X		
2011/2012	Liberação de Licença Prévia	X	X		
23/08/2013	Leilão de Reserva	X	X		
18/12/2013	Solicitação de unificação do processo de licenciamento dos 06 parques	X	X		
2014	Liberação de Termo de Referência para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental	X	X		
2014	Estudo de Impacto Ambiental	X			
26/09/2014	Audiência Pública	X	X		X
19/11/2014	Aprovação no COEMA do parecer técnico elaborado pela SEMACE referente ao EIA.	X	X		

Fonte: Elaboração própria, 2015. Dados: EIA/RIMA Complexo Eólico Baleia, 2014

O projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia nas proximidades do Assentamento Maceió, em Itapipoca, já representa impactos sociais e ambientais para a população local, o que impõe uma reconfiguração de suas práticas e perspectivas de vida. Os indícios de implantação de um Complexo Eólico na região, através de boatos, anúncios confusos e fragmentados já indicam uma intervenção no cotidiano das comunidades locais. Nessa perspectiva a dinâmica pré-instalação do Complexo Eólico Baleia, já apresenta uma intervenção no cotidiano local, gerando clima de incerteza e insegurança entre as comunidades da região que demandam uma série de rodas de conversa e debates sobre os impactos provocados por implantação de parques eólicos nas comunidades e especificamente na busca de mais detalhes sobre o projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia.

5.3. O Conhecimento como estratégia de enfrentamento

O II Seminário Energia Eólica, Injustiças e Conflitos Ambientais nos Territórios Tradicionais e Camponeses realizado em maio de 2014 pelo Instituto Terramar, Universidade Federal do Ceará com parceria da Associação de Moradores do Imóvel Maceió (ASCIMA) e Associação de Cultivadores(as) de Algas do Maceió (ACALMA), representa momento importante com relação a articulação social para a visibilização dos impactos sociais e ambientais e construção de estratégias de resistência quanto a implantação dos Complexos Eólicos nas comunidades costeiras do Estado do Ceará.

O evento foi realizado no Assentamento Maceió no município de Itapipoca e contou com a participação de diversas comunidades da zona costeira, impactadas ou não pela instalação dos parques de energia eólica. A estratégia fundamental do seminário é a de promoção de intercâmbio de informações sobre a situação das diversas comunidades quanto à implantação dos Complexos Eólicos. Sobretudo, considerando que no entorno do Assentamento Maceió a implantação de mais um Complexo com 58 torres, foi através do intercâmbio que, por exemplo, as comunidades do Assentamento e entorno ampliaram acesso a informações sobre o processo de implantação de parques eólicos e seus impactos. A ausência de informações sobre os projetos, dentre outras violações, é uma das táticas utilizadas pelas empresas responsáveis pela implantação dos empreendimentos.

Através da troca de experiência e de relatos dos(as) moradores(as) das comunidades atingidas pela implantação dos complexos eólicos, bem como com as avaliações técnicas apresentadas com a presença de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, foi traçado um perfil dos impactos e estratégias das empresas para implantação dos parques eólicos.

A estratégia da Cartografia Social mostrou-se neste momento um instrumento fundamental na construção da síntese e expressão dos impactos e estratégias levantadas pelas comunidades participantes do intercâmbio. Como discute Ascelrad os mapas comunitários revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como, também, para planificar o manejo dos recursos naturais... Uma ferramenta poderosa, tanto para controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior (Acserald, 2008). O resultado desse momento é ilustrado abaixo:

Figura 11: Mapa comunitário com levantamento dos impactos e estratégias elaborado pelas comunidades intercambiantes no Seminário



Fonte: Digitalização - Laboratório de Geoprocessamento – Departamento de Geografia – UFC.

A instalação e permanência dos Complexos Eólicos nas comunidades costeiras apresentam influência direta no modo de vida da população, na cultura, na paisagem e na perspectiva de vida local. No âmbito ambiental, por conta da instalação desses empreendimentos no campo de dunas, tem-se a identificação de soterramento de lagoas interdunares, rebaixamento do lençol freático, destruição de sítios arqueológicos e mudança no deslocamento e fixação das dunas, interferência nas rotas de aves migratórias.

Meireles (2008) apresenta em seus estudos os impactos ambientais da implantação de parques eólicos em campos de dunas.

... os impactos relacionados com a atividade de implantação serão incrementados na fase de operação, isto devido a necessidade de manutenção da rede de vias de acesso que interliga cada um dos aerogeradores e da instalação e permanência dos demais equipamentos de acompanhamento e monitoramento da usina. Fora que esses impactos serão potencializados devido à dinâmica de migração das areias na direção dos equipamentos, bem como a necessidade de controle do soterramento das vias de acesso e dos próprios aerogeradores pelas dunas móveis. (Meireles, 2008 p. 46)

Essas interferências têm reflexo direto nas atividades tradicionais realizadas pela população como, por exemplo, na mobilidade no qual as mesmas não podem mais seguir livremente pelo território, acessos proibidos a lagoas onde antes se constituíam em espaços de lazer e de pesca, áreas de cultivo de subsistência e comprometendo as fontes de água para consumo.

Nossa água vem da Lagoa dos Cavalos, água tá salobra, foi jogada para o mar, antes nunca secava, o tamanho do impacto que tem no lençol freático devido as grandes estruturas das bases para segurar a torre da eólica. (moradora da comunidade Barra das Moitas durante intercâmbio)

Outro problema verificado é o aumento da população com a vinda de trabalhadores de outras regiões do país para a comunidade que faz aumentar demanda por bens de consumo e por equipamentos públicos e infraestrutura. Investimentos em postos de saúde, educação, moradia e saneamento são colocados em segundo plano ou desconsiderados no planejamento público. Há expressivo aumento da geração de

resíduos sólidos e demanda por vias de acesso e o aumento do trânsito de carros e caminhões pesados o que causa poluição e destrói as estradas da região.

As estratégias fundamentais utilizadas pelas empresas são a desinformação ou apresentar informações confusas, e promessas de implantação de equipamentos públicos (em substituição as responsabilidades do poder público) e de geração de empregos para a população local. Porém, as contrapartidas e investimentos públicos através do BNDES e Banco do Nordeste não são esclarecidos, bem como a isenção de ICMS praticada pelo poder municipal. Recursos estes que fazem a diferença no orçamento municipal para destinação de recursos às demandas de infraestrutura da população.

O aumento populacional traz também aumento da violência, exploração sexual e interferência na auto-estima da juventude local. Os empregos oferecidos não atendem a comunidade, são temporários (apenas o período de implantação do mesmo) e precarizados. Após o processo de instalação, apenas um funcionário é contratado como vigilante para impedir o acesso dos comunitários às áreas que antes eram públicas e de uso coletivo e agora ocupada pelos complexos eólicos.

Após o processo de trabalho passei a ver que eram espinhos, eu fui vítima. E (o salário) não é suficiente para sobreviver. Não tem reconhecimento. Enquanto tá do lado deles, tudo certo, mas querem subordinar, propostas, falas ... trabalhei 6 meses e fomos maltratados e simplesmente queriam que fosse uns escravos, para eles. Nove da noite, cansaço, humilhação. Hora extra nunca pagaram. Adoei na empresa e não tinha mais apoio, quando voltei fui jogado fora. (ex-trabalhador do Complexo Eólico na Barra das Moitas).

O que se verifica é a assimetria entre os interesses das empresas e estratégias de produção e reprodução praticadas historicamente pelas comunidades. Há um processo de transformações territoriais que impõe à população a construção de um território do medo, da intranquilidade, da insegurança. As comunidades locais passam a conviver com possibilidades de rotas de fuga, riscos de acidentes, fios expostos nas dunas e o barulho constante dos aerogeradores.

Os problemas sociais e ambientais foram identificados durante o Seminário e o intercâmbio entre as experiências das localidades compuseram uma expressiva estratégia de elaboração de planos de ação para conter o modo de implantação dos Complexos Eólicos na região costeira do Ceará. A negação ao acesso à informação e inequidade ambiental do processo de implantação dos empreendimentos revelam-se para a população como principais pontos a serem debatidos e questionados durante as lutas e resistências contra as injustiças ambientais provocados pela instalação dos parques eólicos.

Em setembro de 2014 o Consórcio Baleia iniciou a divulgação nas comunidades do Assentamento Maceió em Itapipoca e comunidades rurais no entorno do município de Amontada, para realização de audiência pública sobre o processo de implantação do Complexo Eólico Baleia.

A Audiência Pública do Complexo Eólico Baleia foi realizada num grande ginásio municipal no Distrito de Barrento no município de Itapipoca. Uma ação prevista no processo de Licenciamento Ambiental e que deveria ser de consulta pública foi conduzida pela SEMACE, órgãos municipais de Meio Ambiente, Consórcio Baleia, empresa responsável pelo empreendimento e Ambientare Consultoria, empresa responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental, como uma cerimônia de apresentação do projeto e consolidação de implantação do mesmo. Numa configuração não democrática, o processo de audiência pública ocorreu com intenso conflito já na disposição do público vindo das comunidades para a audiência. De um lado da arquibancada do ginásio pessoas das comunidades afetadas pelo projeto com cartazes e faixas, de confecção própria, com frases de posicionamento contrário à implantação dos parques eólicos. Do outro lado, um público que manifestava favorável à implantação do empreendimento exibindo faixas com design padrão e de confecção não artesanal com frases de recepção ao empreendimento. Numa constituição espacial que revela um dos aspectos estratégicos utilizados pelas empresas que é a de instituição de conflitos internos nas comunidades.

Um cenário que causou indignação por parte de moradores(as) das comunidades que argumentavam os limites do Estudo de Impacto Ambiental e a subestimação dos impactos que o empreendimento causaria na região.

Que a gente nem sabia se o parque ia vim. Ai tava saindo na rádio que ia ter uma audiência pública no Barrento e que as comunidades estavam sendo convocadas para ir, e tinha até que assinar. Tinha uma assinatura. A gente ligou pra rádio e pediram pra esperar uma ligação um retorno, mas, não deram... que a gente queria participar, mas não retornaram. Mas nós foi lá ver. Quando chegamos lá, foi assim um impacto muito grande, assim de ver toda as comunidades com faixa e tudo dizendo que era pra botar a energia na comunidade. Ai a gente disse, não, fale aqui com o povo de Pau D'arco pra você ver quem é da Lagoa das Mercês que tá ali.... as pessoas lá que tão segurando a faixa não são de lá da minha comunidade, não to vendo ninguém de lá não. (agricultora, comunidade Lagoa das Mercês)

A Audiência foi conduzida com base em estratégias de negação do direito à participação das comunidades afetadas. Houve um processo de violação do direito ao acesso à informação quando muitas das questões levantadas pelas comunidades sobre o projeto foram ignoradas e não tiveram respostas sobre detalhes do empreendimento, negação de direito de participação das comunidades com suspensão de falas já inscritas, e desqualificação da fala das comunidades sobre o projeto. Dentre outros aspectos, o acesso à fala concentrada na apresentação do projeto e nas intervenções favoráveis ao mesmo demonstraram a assimetria de poder e a tendência de legitimação do empreendimento e favorecimento dos interesses privados em detrimento do debate sobre os impactos socioambientais nas comunidades.

Durante a audiência foram expostas as irregularidades presentes no RIMA e foi apontada a insuficiência do estudo sobre as dimensões dos impactos da implantação do projeto. Porém, em ata registrada pela SEMACE sobre a audiência pública não constava os questionamentos e limites apontados sobre o RIMA e, ainda, não foi registrado a exigência por parte das comunidades, que denunciaram as irregularidades do estudo sobre o empreendimento, de realização de novas audiências públicas.

Dois meses após a audiência pública e ignorando as irregularidades denunciadas sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Eólico Baleia, a SEMACE emite parecer favorável à implantação do empreendimento e o mesmo é aprovado em 19 de novembro de 2014 durante a 55ª Reunião Extraordinária do COEMA. A reunião contou com a presença do responsável técnico pela elaboração do EIA que apresentou o projeto de implantação do Complexo Eólico Baleia e da SEMACE que elaborou parecer favorável ao Estudo. De acordo com publicação emitida pela SEMACE, o mesmo foi aprovado com 16 votos a favor e três abstenções.

A concepção de inexorabilidade apresenta indícios práticos quando da denúncia das comunidades de antecipação da intervenção territorial por parte do empreendimento expressadas em ações de perfuração de poços e realização de desmatamento antes mesmo do processo de licenciamento ambiental ser concluído. As comunidades relatam ter realizado denúncias sobre a intervenção no território realizado pelo Consórcio Baleia protocolado junto ao órgão fiscalizador ambiental do Estado do Ceará, mas, não obtiveram retorno de ação fiscalizatória na região.

Diante da dinâmica do processo de implantação do Complexo Eólico Baleia e a relação de desigualdade ambiental entre os envolvidos no processo, foi identificado pelas comunidades rurais da região a demanda de debates sobre como se dá o processo de instalação de parques eólicos. Tal demanda gerou um ciclo de debates no qual atuaram em conjunto a organização não- governamental Instituto Terramar, Programa Residência Agrária, Irmãs de Notre Dame de Namur, agricultores(as) das comunidades diretamente afetadas numa itinerante discussão sobre as implicações do processo de implantação de parques eólicos na Zona Costeira do Ceará.

Araújo (2015) aponta a intensidade de realização de encontros e rodas de intercâmbios entre comunidades do Assentamento Maceió, Comunidade Indígena Tremembé da Barra do Mundaú e comunidades rurais do entorno, no período entre setembro e novembro de 2014, após a audiência pública sobre o Complexo Eólico Baleia. Numa estratégica dinâmica de discussão sobre a expansão dos parques eólicos no Ceará, cenários e depoimentos de comunidades atingidas pelo empreendimento energético. Um panorama que possibilitou um fortalecimento dos grupos sociais locais no sentido de construir estratégias de informação e de formação quanto os conflitos e injustiças ambientais causados pelos parques eólicos na Zona Costeira do Ceará.

Foram realizados encontros de planejamento que geraram uma estratégia de formação de base, cujo mote de concretização da ideia de fortalecimento de informações críticas sobre o processo de implantação dos parques eólicos foi firmado pela concepção de fortalecimento do território por meio da coletividade. Uma perspectiva que revela o enraizamento da ideia de atuação em conjunto, da priorização da unidade em detrimento de conflitos internos, da união como aspecto fundamental para garantir a defesa do território frente às ameaças que se constituem diante da implantação do empreendimento.

Não adianta a gente ficar aqui discutindo quem tem problema com esse ou com aquele, nós temos é que se unir porque a gente conseguiu essa terra foi com união da gente e é desse jeito que a gente tem que ir pra frente e brigar com esses parque que vem aí de fora. (Agricultora, Assentamento Maceió)

A estratégia da união e do trabalho coletivo como característica fundamental para o enfrentamento, a conquista e garantia de direitos tem sido referência histórica na trajetória de luta do Assentamento Maceió e é argumento recorrente no processo de construção de frentes de defesa do território e do modo de vida camponês na região.

Durante os debates, a questão geracional é trazida à tona como fonte de preocupação no âmbito do processo de formação e intensidade de atuação da juventude nas frentes de luta na região. No Assentamento Maceió, agricultores(as) mais antigos(as) e que se constituem em referência na trajetória histórica de luta pela conquista da terra apresentam um relato no qual a preocupação com a participação dos jovens está muito evidente.

Nós que passamos pela história de conquista da terra tamo preocupado com esses jovens que se deixam iludir por essas história das empresas e por essas coisas de tecnologia. A gente tem que pensar em como conscientizar essa juventude pra gente ir pra briga junto. Tamo ficando velho e cansados e tem que ter gente pra continuar a defender nossa terra. (Assentada, Assentamento Maceió)

Eu lutei pra gente ter essa terra, foi muito difícil e agora ver chegar uma empresa e querer tomar o que a gente conseguiu, isso eu não aguento... vocês me desculpem, mas é porque dói demais ver nossa terra tá nesse perigo de ser tomada. (Assentado, Assentamento Maceió)

Entretanto, ao considerar a atuação da juventude no Assentamento Maceió em ações de garantia e defesa do território pode-se identificar que há uma dinâmica de participação política dos jovens em estratégias constituídas em atividades culturais, mobilização de ações e de presença nos processos de formação política cultural realizadas pelas instituições que atuam na região⁶¹. O grupo Sementes da Arte elaborou

⁶¹ Dentre algumas ações que ocorreram no período de realização deste estudo, que envolveram processos de formação e de organização de ações podemos elencar a participação de jovens do Assentamento Maceió na Escola Popular de Turismo Comunitário promovido pelo Instituto Terramar, atuação na equipe de organização do Acampamento da Juventude da Zona Costeira que aconteceu em novembro de 2015 no Acampamento Nossa Terra, participação no Curso de Agroecologia Feminismo e Segurança Alimentar promovido pelo NEEPA/PRA/UFC, organização e participação na programação

uma peça intitulada Filhos do Vento e realizou várias apresentações nas comunidades do Assentamento e entorno que se constituiu como uma estratégia de visibilizar a situação de conflitos e injustiças ambientais sofridas por outras comunidades na Zona Costeira do Ceará impactadas por empreendimentos já implantados.

Durante as atividades de Oficinas realizadas pelo NEEPA/PRA/UFC, o grupo de teatro “Doidinhos por teatro”, também composto por jovens do Assentamento Maceió, apresentou peças teatrais no qual tratava da afirmação do modo de vida no território. E ainda, atividades culturais e de formação política na Escola do Campo Nazaré Flor trazem a dimensão dos conflitos ambientais para o debate e de afirmação do posicionamento crítico da juventude diante do avanço de grandes empreendimentos e ameaças que se constituem ao modo de vida das comunidades.

Os discursos que incidem no âmbito da ideologia do desenvolvimento, as promessas de emprego apresentadas nos argumentos de implantação de grandes empreendimentos, dentre outros aspectos que envolve as perspectivas de produção e reprodução da vida entre a juventude ainda se constituem em grande desafio para o envolvimento de jovens nos processos de fortalecimento político.

Entretanto, o protagonismo de jovens em ações de garantia e defesa do território tem como referência as estratégias de luta dos mais antigos, e, ainda, o fortalecimento político dessa atuação se dá por meio de um complexo conjunto de criação e ressignificação da realidade no âmbito de uma atuação geracional, dialogado com o aprendizado histórico das estratégias de conquista da terra, experimentados pelos mais antigos. Nesse misto, o Assentamento Maceió revela elementos fecundos para a constituição de instrumentos de garantia e defesa do território, dialogadas nas participações de intercâmbio e compartilhamento de saberes vivenciadas com outras comunidades.

A questão da defesa do território é tema presente nos processos de formação e debate no Assentamento Maceió. Durante a realização de duas das quatro oficinas realizadas pelo Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia/NEEPA do Programa Residência Agrária da UFC, em decisão coletiva entre comunidades e pesquisadoras do Núcleo, em reunião de planejamento realizado pré-oficina, o tema da

do Lançamento do Livro Nossa Luta foi uma Luta Sagrada, realizado em 2015 na comunidade do Assentamento Maceió, apresentações culturais em feiras agroecológica realizado pelo CETRA em Fortaleza, etc.

Justiça Ambiental, defesa do território e o diálogo dessas questões com agroecologia foi apontado como referência para condução dos debates para as oficinas propriamente dita⁶².

Numa construção de conhecimento a partir de uma concepção ampla de agroecologia como modo de vida as discussões incidiram para uma relação dos processos produtivos como constituição do modo de vida, no qual a autonomia e diversidade adquire significação para além dos processos produtivos, alcançando a dimensão cultural e de visão de mundo que se configuram em aspectos de fortalecimento da luta pela garantia e defesa do território. A implantação dos parques eólicos no entorno do Assentamento Maceió se constituía em ameaça direta aos processos produtivos da região ao apontar para uma alteração da dinâmica hídrica na região⁶³.

A Audiência Pública de apresentação do projeto do Complexo Eólico Baleia e as estratégias de condução do processo por parte do poder público, do Consórcio Baleia e da empresa responsável pelo EIA/RIMA revelou a dimensão das relações de deslegitimação do saber e desqualificação dos questionamentos apontados durante o evento. Uma dinâmica que ignora as contradições apontadas pelas comunidades diretamente afetadas e por pesquisadores da UFC presentes na audiência. Um cenário de conflito no qual acirrou um sentimento de ameaça e de um contexto desigual de enfrentamento entre comunidades e interesses privados na implantação do empreendimento.

Quase um ano após a realização da audiência pública, técnicos do Consórcio Baleia realizaram visita às comunidades mencionando que em breve aconteceria o início da instalação do empreendimento. Como forma de abordagem foi distribuído um material informativo sobre o empreendimento que não menciona o início das obras, mas, apresenta dados e referências sobre as questões levantadas durante a audiência pública no intuito de desconstruir as contradições apontadas pelas comunidades sobre

⁶² Dentre as atividades previstas para serem desenvolvidas no Projeto do NEEPA/PRA foram realizadas 4 oficinas com as comunidades do Assentamento Maceió no qual foram sempre precedidas de reuniões entre academia e comunidades para decisão coletiva sobre temáticas e formas de abordagem que afinassem o diálogo compartilhado entre os saberes. Nesta pesquisa, pude participar de duas das quatro oficinas realizadas. Os debates formativos ocorreram referenciados nos seguintes temas: Agroecologia e Justiça Ambiental realizada em novembro de 2014 e Agroecologia e Defesa do Território: da agricultura, à pesca e ao artesanato realizado em maio de 2015.

⁶³ Conferir no tópico anterior os Mapas do Complexo Eólico Baleia com localização de torres, vias de acesso e cursos hídricos.

o empreendimento. Entretanto, a tentativa de simplificar os questionamentos levantados foi logo rebatida pelos próprios(as) assentados(as).

Você viu o papel que a empresa entregou por aqui? Aquele quadro verde, eles tentando desmentir as coisas que a gente disse lá na audiência mas eles pensa que a gente não sabe que isso aí é só por causa que a gente denunciou lá ai não tem nada do que a gente disse não. (Assentado, Assentamento Maceió)

Diante desta ação da empresa, foi realizada uma roda de conversa para atualização das informações sobre o Complexo Eólico Baleia em agosto de 2015, na comunidade Maceió. Uma estratégia de alinhamento das informações no qual as comunidades articuladas para o encontro trariam informações sobre intervenções e abordagens indicados pelos técnicos da empresa, contando com a contribuição na análise dos fatos do Instituto Terramar e Irmãs de Notre Dame de Namur e no âmbito da investigação via universidade surge a demanda de visibilizar o projeto a partir do acesso e exposição de detalhes apontados no Estudo de Impacto Ambiental.

Nesse sentido, lançar olhar crítico e debruçar-se sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Eólico Baleia consistiu em ação estratégica para identificar os limites do documento e difundir as implicações reais da implantação do empreendimento. O acesso aos dados apresentados no EIA revelou uma dimensão de construção compartilhada do conhecimento que a partir da análise das informações sobre os detalhes de infraestrutura do projeto, apresentado de forma acrítica pela responsável pela elaboração do estudo, há um processo de construção da crítica e de elementos que irão fundamentar o questionamento do projeto junto aos órgãos públicos.

Como encaminhamento foi indicado uma checagem da localização dos aerogeradores já demarcados no território e a solicitação de uma audiência pública à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para denunciar os impactos provocados pela implantação de parques eólicos na Zona Costeira do Ceará e exigir limite para expansão de novos parques.

Para a atividade de mapeamento das áreas previstas para implantação de aerogeradores foi indicado a formação de um grupo composto por um pescador da comunidade Maceió com domínio no manuseio do equipamento GPS, uma

pesquisadora da UFC e uma Assessora do Instituto Terramar para verificar in loco a localização do empreendimento e ainda se está dentro da demarcação do Assentamento Maceió. Durante a visita à área indicada como área para implantação da CGE Bom Jesus um agricultor da comunidade Bom Jesus, no Assentamento Maceió, nos acompanhou no trajeto orientando a localização das marcações efetuadas pela empresa.

Em contato com as áreas desmatadas para implantação do empreendimento o grupo verificou a dimensão das transformações territoriais que já indicavam alteração no modo de vida na região. Os relatos do agricultor e do pescador apresentavam os indícios da relação cotidiana com o território na produção e reprodução da vida que se constitui numa dinâmica diferenciada da lógica produtiva de acumulação e demonstravam preocupação e indignação quanto à apropriação do território que apesar de ser uma terra particular arrendada para a implantação do parque⁶⁴, se constituía em área de uso comum para coleta de frutos, mel, plantas nativas de uso medicinal.

aqui já tá tudo desmatado mas olha aí, aqui tem batiputá que a gente usa pra fazer óleo ... essa é a ubaia que agente come também aqui nessa área a gente também pega mel, e agora isso tudo aí vai ter aquelas torre grande da eólica, acho que prejudicar muito aqui na região. (Agricultor, comunidade Bom Jesus)

Ao indagar sobre o barulho de água que se ouvia bem próximo a demarcação para instalação de aerogerador, o agricultor fez referência ao curso hídrico no local que tem muita água e que foi até represado pelo dono dessas terras e essa água vai até o Maceió. A preocupação com a disponibilidade de água diante de uma intervenção de construção de vias de acesso ao gerador é um dos pontos que demanda bastante discussão entre as comunidades.

Os indícios de investigação utilizados durante a visita estão relacionados a sabedoria de vida e na relação com o território imbricado à dinâmica costeira. O pescador apanha uma pedra e joga no poço que aparenta ser profundo para verificar em que momento a pedra toca o fundo enquanto realiza uma contagem em pensamento

⁶⁴ Tara-se da "terra dos Soares" utilizada pelos proprietários para cultivo de coco, mas, que foi relatado pelo agricultor como área de coleta e de mata nativa importante para a região. Segundo Araújo (2015)

e conclui:

olha isso aqui... esse buraco tem agua bem pertinho ... a torre da eólica vai ficar dentro d'água, não pode ser isso ... vai acabar com tudo aqui ... são só quatro metros para chegar em água mesmo, acho que vão usar motor para tirar toda a água na hora que tiver botando a torre. (Pescador, Assentamento Maceió)

A verificação realizada pelo grupo indicou que realmente os parques eólicos não estavam dentro do perímetro do Assentamento Maceió, porém, em discussão sobre o resultado da visita às áreas foi concluído o caráter regional do impacto que a implantação dos parques eólicos no entorno do Assentamento Maceió indica causar.



Foto 01: Visita às áreas previstas para implantação de aerogeradores. Trecho desmatado pela empresa para demarcação de locais de implantação de aerogeradores. Registro próprio, 2015

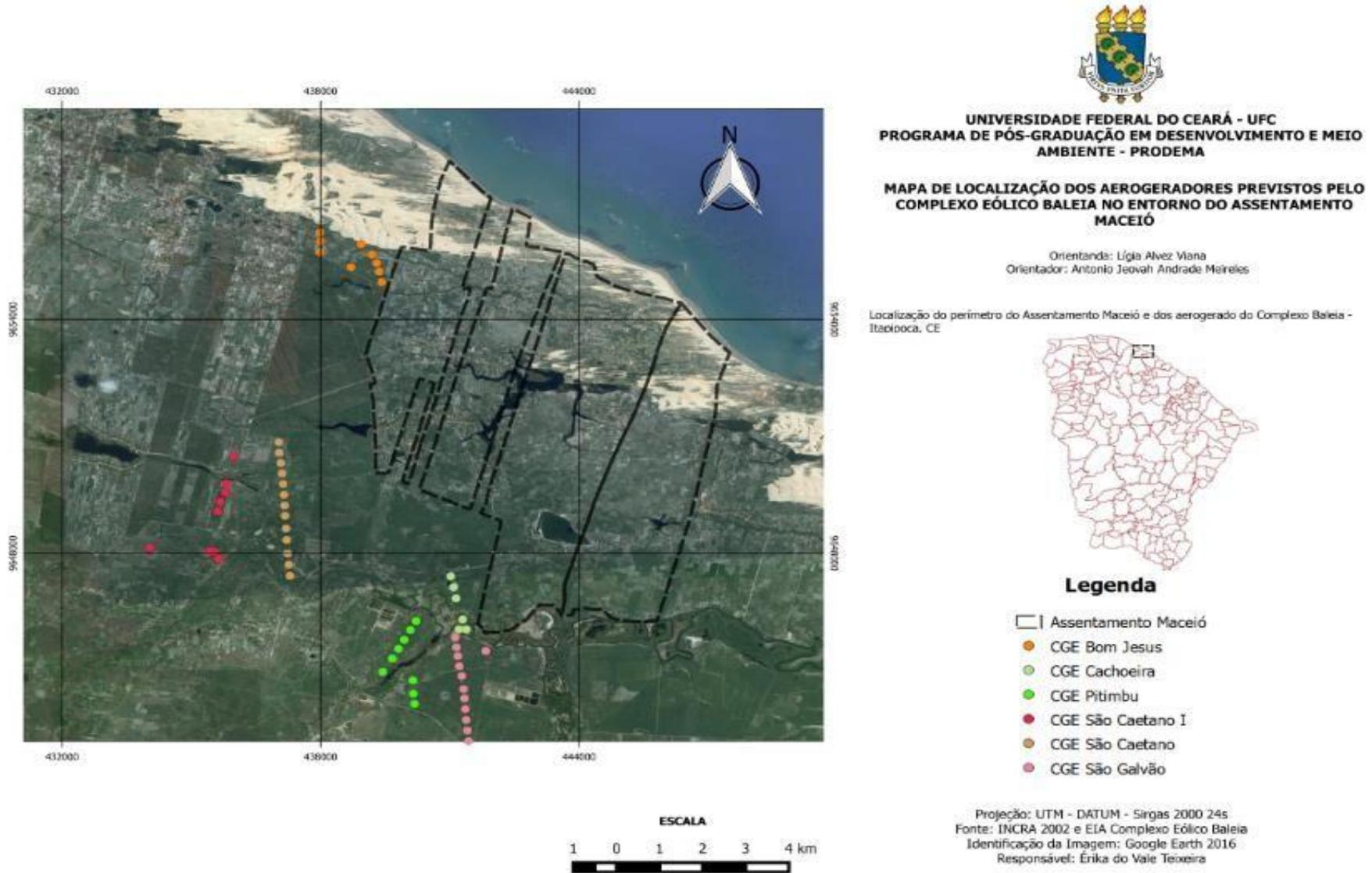


Foto 02: Agricultor registrando a biodiversidade da região e sua relação como o modo de vida no território. Registro próprio 2015



Foto 03: Visita às áreas previstas para implantação de aerogeradores. Análise da profundidade do poço cavado pela empresa. Registro próprio. 2015

Figura 12: Localização das torres do complexo Eólico Baleia e delimitação do Assentamento Maceió



A avaliação do Estudo de Impacto Ambiental, no debate sobre os aspectos socioambientais implicados no processo de implantação do empreendimento e verificação in loco da dimensão territorial que já aponta os indícios da intervenção na região, apresentaram elementos para o posicionamento do Assentamento diante do empreendimento e determinação de atuação junto às comunidades rurais e indígena do entorno do Assentamento para ações de visibilização dos impactos para mais áreas, fortalecimento da articulação na região e pressão para realização da audiência pública em Itapipoca.

Em novembro de 2015 aconteceu em Itapipoca uma audiência pública no qual contou com participação das comunidades da região oeste da Zona Costeira do Ceará, sobretudo dos municípios de Amontada e Itapipoca, movimentos sociais, universidade e poder público municipal e estadual, no qual ocorreu um debate crítico quanto ao processo de expansão de Parques Eólicos no Estado, denunciando os impactos e conflitos ambientais no Estado, e foi exigido da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa que sejam tomadas medidas de monitoramento, publicização de projetos eólicos no Ceará habilitados pela ANEEL e suspensão de implantação de novos parques até que seja realizada avaliação dos limites da expansão de parques eólicos no Estado.

Como estratégia de fortalecimento político do debate sobre as ameaças ao modo de vida no território verificadas em análise do EIA do Complexo Eólico Baleia foram realizadas duas rodas de conversa nas comunidades Lagoa das Mercês e Embiribas no qual foi avaliado as formas de inserção da empresa no território e exercício de observação dos mapas de uso e ocupação do solo que identificam a localização dos aerogeradores e vias de acesso aos mesmos nas áreas dos parques.

Esse aqui é o córrego ali ali tem muita água ... se for passar estrada em cima vai matar o rio ... ali é muito importante pra nós ... a gente não pode deixar fazerem isso com a gente.
(Agricultora, comunidade Embiribas)

Eles vem com promessa de emprego pra dividir o povo ... mas vem um monte de homem de fora, engravida as meninas daqui, trás droga, bandido, a gente não tem mais sossego.
(Agricultora, comunidade Pau D'arco)

A decisão de enviar denúncia coletiva partiu da Comunidade Indígena Tremembé da Barra do Mundaú que em análise do Estudo identifica ameaça ao território indígena por meio do impacto nos cursos hídricos que alimentam o estuário do Rio Mundaú. Em resistência ao empreendimento foi elaborado em conjunto uma carta de denúncia da insuficiência do EIA e de ameaças identificadas pelas comunidades ao território caso seja concretizada a instalação dos Parques Eólicos na região e enviado ao Ministério Público Federal de modo a exigir intervenção do órgão junto ao empreendimento. Com previsão de operação em 2015 o processo de construção dos parques encontra-se em atraso por motivos de conflitos com desapropriações de famílias das comunidades rurais e com a comunidade indígena na região. Tais informações foram concedidas por técnicos em vista as comunidades em ações de estudo de solo⁶⁵.

⁶⁵ Em janeiro de 2016 o Ministério Público Federal de São Paulo denunciou executivos da JBS, uma das empresas controladas pela J&F, holding que criou o FIP Caixa Milão, sócia majoritária do Consórcio Baleia, por crime contra o sistema financeiro. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/4411072/mpf-denuncia-joesley-batista-da-jbs-por-crime-financeiro>.

6. O DIÁLOGO CONTINUA NA TRILHA DAS ESTRATÉGIAS DE DEFESA DO TERRITÓRIO

A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social. (Marx 1857-1858; 2011, p.1035)

O sistema capitalista apresenta elementos constitutivos que configuram uma dinâmica de valoração por meio do processo de mercadorização de tudo. Marx, ainda no século XIX, aponta os elementos do sistema capitalista e revela que a constituição de crises está em sua essência cuja estratégia de se reconstituir se dá por meio da eliminação das diversas esferas de autonomia e do acesso à terra e bens comuns.

As fontes renováveis de energia ganharam destaque e incentivo durante o debate que problematiza os limites para o crescimento econômico considerando as capacidades naturais do planeta de suprir a demanda de recursos do modelo hegemônico de produção. Nesse sentido, a implantação de parques eólicos, considerada e difundida como fonte inesgotável de geração de energia, surge como estratégia viável para garantir a demanda hegemônica de produção e consumo da sociedade. A implantação de parques eólicos torna-se um investimento lucrativo e atrai interesses de diversos setores econômicos.

A mercadorização dos ventos apresenta-se como um negócio rentável e atrativo aos investidores de grandes corporações financeiras e produtivas dos diversos setores de atividade econômica, no qual em geral se constituem em atividades relacionadas à intensa degradação ambiental e que aprofundam a desigualdade social, como mineração, papel, celulose, agronegócio.

Nesse sentido, a concepção de investimentos em fontes renováveis como justificativa para uma geração limpa se constitui em uma restrição de significado, pois omite a dimensão dos conflitos e injustiças ambientais que produzem e reproduzem.

No Brasil a trajetória de reprodução da estrutura capitalista pode ser identificada por meio dos ciclos de ajuste à dinâmica do capital e que numa perspectiva do neodesenvolvimentismo que relaciona o crescimento econômico como caminho para o desenvolvimento e bem-estar do país, há uma expansão dos investimentos em

infraestrutura com vista a garantir a acumulação produtiva e financeira.

As políticas adotadas no Brasil durante o ciclo neodesenvolvimentista reforçam o crescimento do fornecimento de bens extrativos numa perspectiva de desenvolvimento associada à apropriação dos recursos naturais, através de políticas de internacionalização produtiva com incentivos públicos e de garantia de manutenção de um regime de acumulação com dominância de capital financeiro. São processos que acirram conflitos e injustiças ambientais e aprofundam as desigualdades. O investimento em processo de produção e circulação de renda por meio de intensificação do consumo se constitui em estratégia que dialoga com uma perspectiva de crescimento econômico com intensificação do avanço de fronteiras produtivas e garantias de acumulação financeira concentrando riqueza em grandes corporações do setor privado.

Cenário que se constitui por meio de processos de flexibilização e garantias institucionais voltados para atender o capital financeiro. Para tanto, há uma adequação política, jurídica institucional por meio de processos de revogação de direitos e flexibilização da legislação trabalhista e ambiental. As ações de licenciamento ambiental são legitimadas e ocorrem numa correlação de forças desigual que desconsidera a participação das comunidades atingidas no processo de decisão e avaliação de viabilidade na implantação de empreendimentos em seus territórios.

Considerando as transformações políticas do país no ano de 2016 e diante de uma conjuntura que revela um realinhamento neoliberal na condução dos processos políticos, há indícios de uma reconfiguração na dinâmica de expansão de parques eólicos. Porém, apesar dos indícios apontarem para uma intensificação da participação do petróleo na matriz energética do país, o investimento em fontes renováveis constitui em mercado competitivo e atrativo ao setor privado, e possivelmente não conflitam com a constituição da atual agenda política do país. Ainda assim, é importante considerar o cenário de crises e incertezas diante das estratégias geopolíticas mundiais para manutenção da hegemonia econômica do regime de acumulação de capital.

No âmbito da expansão dos parques eólicos no país o discurso de energia limpa subestima a dimensão dos impactos no nível cumulativo. A implantação de Complexos Eólicos segue um padrão de produção baseado na dimensão em larga escala, numa lógica produtivista do capital que em sua essência é degradante e gerador de desigualdade.

A imposição de grandes empreendimentos em territórios tradicionais é permeada, por uma série de estratégias de apropriação e transferência de impactos ambientais e sociais. O acesso à informação, omissão de detalhes do projeto, informações confusas, boatos e falácias, constitui-se em estratégia fundamental para a garantia de implantação de grandes empreendimentos, como os Complexos Eólicos numa dinâmica de avanço dos processos institucionais numa concepção de fato consumado e inexorabilidade de implantação dos empreendimentos.

A aquisição de extensas áreas para implantação de parques eólicos constitui-se em um avanço na centralização das terras que indicam um processo de contra-reforma agrária e estimula a grilagem para fins de arrendamento aos projetos de Parques Eólicos, aprofundando conflitos por terra na Zona Costeira do Ceará. Os acordos de arrendamento consistem em relações entre desiguais e provocam perda de autonomia sobre o uso da terra e privatização de áreas de uso comum.

O processo de arrendamento de terras para implantação de parques eólicos assemelha-se as relações estabelecidas no século XIX cuja lógica de defasagem do preço do arrendamento se constitui em indicador para a acumulação de capital, tendo em vista a valorização do mercado e incentivos aos investimentos e financiamentos públicos para expansão de empreendimentos de energia eólica. Nesse sentido, além de grandes extensões de terra ser destinada ao arrendamento para geração em larga escala de energia eólica há um processo de arrendamento do dinheiro público por meio dos financiamentos e incentivos.

A concepção de desenvolvimento aparece imposta como referência para a humanidade numa perspectiva dominante que nega outras formas de vida. A ideia de progresso está vinculada aos princípios de desenvolvimento como condição única de existência humana e que com base nessa fundamentação comete-se uma diversidade de violações de direitos à existência de povos tradicionais, originários, ribeirinhos, camponeses quilombolas.

O processo de expansão de parques eólicos na Zona Costeira do Ceará provoca o acirramento de conflitos e injustiças ambientais a que são submetidas populações camponesas e tradicionais, que na maioria das vezes são expulsas de seus territórios para dar lugar a grandes empreendimentos que trazem a bandeira do desenvolvimento em um claro processo de desterritorialização dessas comunidades. Os empreendimentos eólicos situados na zona costeira do Ceará têm em sua essência

uma dedicação voltada para um sistema cujo foco é suprir a demanda de mercado própria do plano político de desenvolvimento do Governo do Estado. Nesse sentido, tem-se uma priorização dos aspectos que conduzem ao lucro e uma busca de gestão de ações que minimizem os custos do modelo de produção vigente.

A expansão das fronteiras produtivas vem desestruturando as relações e organizações internas dessas comunidades e seus modos de vida tradicionais, levando-nos a questionar, portanto, esse conceito de desenvolvimento. Não é de hoje que diversos estudos e grupos da comunidade científica tem se debruçado sobre a questão do desenvolvimento, seus princípios e seus efeitos sobre a saúde, o ambiente e as relações entre os diversos grupos sociais.

As questões socioambientais e os impactos da implantação desses empreendimentos nas práticas cotidianas das comunidades são desconsiderados. Os custos sociais e ambientais são repassados para a sociedade de forma desigual, perversa e legitimadas pelos argumentos de investimentos em energias renováveis com baixo impacto ambiental em nível global.

A localização dos impactos, restringindo-os, não desinteressadamente, às áreas das propriedades nos quais serão instalados os parques eólicos é revelado como um limite no dimensionamento da avaliação de impacto ambiental apontado nos Estudos realizados pela consultoria. Em análise do projeto numa perspectiva da Equidade Ambiental, a experiência de diálogo sobre o do Complexo Eólico Baleia nas comunidades da região pretendida à implantação do mesmo reforça a dimensão regional das transformações territoriais que grandes empreendimentos podem causar. Além disso, reconhecer e estabelecer as correlações entre os aspectos sociais e ambientais considerando as práticas culturais e as relações das comunidades com a biodiversidade no processo de apropriação social do território se constituem em aspectos apontados para avaliação da equidade.

Marx na sua época já apontava que a solução para a existência humana no planeta não ocorre por meio de mecanismos de produção e reprodução baseados em processos privados e individuais e sim ao nível da coletividade. A trajetória de diálogo entre Assentamento, comunidades rurais e comunidade indígena Tremembé da Barra do Mundaú apresenta elementos que indicam o caráter fortalecedor da articulação e construção compartilhada de conhecimento e planejamento estratégico de enfrentamento.

Desde longa data o Assentamento Maceió identificou a força que o enfrentamento

adquire por meio da coletividade. Atuação em mutirões, trabalho coletivo, união e solidariedade são princípios revelados na trajetória de luta do Assentamento que se apresentam contínuos e os(as) assentados(as) demonstram clareza na dimensão que uma atuação coletiva tem no âmbito da luta e da própria existência cotidiana. São argumentos inclusive utilizados para minar e esvaziar de sentido a manutenção e dispêndio de energias em conflitos internos.

Considerando que a lógica de acumulação e no atual cenário baseado na dominância do capital financeiro que tem como meta a maximização dos lucros, constituir-se em área de risco nos indicadores de avaliação para implantação de grandes empreendimentos revela indícios fecundos à trajetória de resistência que pode incidir diretamente na dimensão acionária. Assim, tornar público os projetos habilitados existentes podem se constituir em elemento de fortalecimento e antecipação da luta. Projetos questionados e conflitos visibilizados podem incidir na valoração acionária e perder interesse econômico.

Diante dos elementos conjunturais analisados neste estudo, vivencia-se uma constituição geopolítica mundial que revela um cenário de crise estrutural do modo de produção hegemônico em que se aprofundam os questionamentos sobre as contradições da lógica de acumulação do capital como a única lógica de vida no planeta. Nesse sentido, as saídas apontadas para um sistema que é baseado em contradições revelam um acirramento de sua essência destrutiva.

Os sujeitos envolvidos nesse processo de construção compartilhada de conhecimento demonstram que há uma infinidade de possibilidades alternativas a existência humana que apontam para uma lógica de concepção do mundo no qual os aspectos sociais, culturais, epistêmicos e ambientais estão indissociados, revelando uma cosmovisão diferenciada e fora da lógica do capital, marcado pela heterogeneidade de saberes e de práticas de reprodução da vida como revelam os povos andinos, quilombolas, originários, ribeirinhos e camponeses.

Considerar perspectivas de geração de energia pautada na autonomia dos territórios e democratização das fontes energéticas numa concepção de energia como um direito, como um bem comum foram, também, argumentos apontados durante as rodas de conversa nas comunidades. E, nesse sentido, a perspectiva da geração de energia por fonte renovável incidem em processos que possibilitem a apropriação social dos bens, e então, entendendo energia como bem comum, que sejam desenvolvidas

nas e para as comunidades como forma de fortalecimento das práticas e estratégias de fazer e viver nesses territórios, reconhecendo-as, portanto, como outras possibilidades efetivas de modo de vida para além da lógica do acúmulo do capital.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.(org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2008.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G.N. **Desregulação, deslocalização e conflito ambiental** – considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, SC. 25 a 29 de maio de 2009.

_____. **Relatório síntese - Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental**. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2011

_____. **O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre a vulnerabilidade**. Rio de Janeiro: Revista em pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n.32, v 11, p.115-129. 2013.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Mapa Territorial dos parques eólicos**. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/4tufLE>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

ALMEIDA, A.W., et al. **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

AMARAL, M. S. **Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: Elementos para uma investigação**. In: GALVÃO, Elaine Amorim et al. **capitalismo: crise e resistência**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

AMBIENTARE: soluções em meio ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Eólico Baleia**. Projeto Baleia Energia Eólica. Brasília, 2014.

ARAÚJO, J.C.H. **As Tramas da implementação da energia eólica na Zona Costeira do Ceará – Legitimação e contestação da energia limpa**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

ASSIS, W. F. T. **In-visibilizar populações e legitimar inequidades: a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico**. In: ZHOURI, A (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BERTING, J. **Technological Impacts on Human Rights: Models of Development, Science and Technology and Human Rights**. In WEERAMANTRY, C. (ed.). *The Impact of Technology on Human Rights. Global Case Studies* (Tóquio: United Nations University Press), 1993.

BOCCA, P. P. **O impeachment e o realinhamento neoliberal na América Latina**. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-impeachment-e-o-realinhamento-neoliberal-na-america-latina>.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. 8ªed de 1990. 3ªreimp. São Paulo: Brasiliense, 2006

BRISSAC, S. G. T.; SANTOS, M.M. **Empreendimentos que impactam terras indígenas: um olhar sobre a atuação do MPF, a partir de situações no Tocantins e no Ceará**. 29º Reunião Brasileira de Antropologia /RBA. Natal, 2014.

CAMURÇA, A. M. **Mulheres e agroecologia: possibilidades para a sustentabilidade local da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca/Ce**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC: Fortaleza, 2013.

CAVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C. **O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica**. São Luís: Revista Políticas Públicas, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan-jun 2015.

CASTRO-GOMEZ, S. **Decolonizar la universidad. La hybris Del punto cero y el diálogo de saberes**. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más Allá Del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; Univesidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar; 2007. P.79-92.

CHESNAIS, F. **A Nova Economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense**. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. **Carta Denúncia das comunidades prejudicadas pela implementação do Complexo Eólico Baleia/Ce**. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/5AVDpx>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

DEMIROVIĆ, A.; THOMAS S. **Crise na Europa e o regime de acumulação com dominância financeira**. Fundação Rosa Luxemburgo São Paulo, 2015.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 1ªed 1980. 3ªed ver e ampl. 17ªreimp. São Paulo: Atlas, 2014.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**. In: CHESNAIS, F. et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balço Energético Nacional 2014: Ano Base 2013**. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

FREITAS, R. J. N. **Energia Eólica: os conflitos socioambientais gerados pela implantação dos parques eólicos no Litoral do Ceará**. 6º Encontro ANPPAS. Belém.2012.

GARZON, L. F. N. **Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos**. In: ALMEIDA et al. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GOMES, D. S. **Tecendo sonhos com fios de resistência: o caso das mulheres rendeiras do Assentamento Maceió – Itapipoca/Ce**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC: Fortaleza, 2014.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

IASI, M. L. **Marx e a crise: os fantasmas agora são eles**. Disponível em http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/Marx_e_a_crise.pdf acesso em 15/03/2016.

LANDER, E. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>.

LIMA, M. C. **Pesca artesanal, carcinicultura e geração de energia eólica na Zona Costeira do Ceará**. Revista Terra Livre – AGB. Julho-dez de 2008. Disponível em: <http://goo.gl/fdUuhP>. Acesso 21 de outubro de 2015.

LISBOA, M. **Em nome do desenvolvimento: um fundamento pouco sólido para resolução de conflitos**. In: ZHOURI, A.; VALENCIO (orgs.), N. Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.51-78.

LEROY, J. P. Flexibilização de Direitos e Justiça Ambiental. In: Zhouri e Valencio (orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOHOFF, E. **Fugas para frente – Crise e desenvolvimento do capital**. Disponível em <https://arlindenor.com/2016/02/26/fugas-para-frente-crise-e-desenvolvimento-do-capital-ernst-lohoff/>. Acesso em 15 de março de 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. vol. 1.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MCCABE, M. A. (org). **A nossa luta foi uma luta sagrada**: o povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MEIRELES, A. J. A. **Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais**. *Confins* [Online], 11 | 2011, posto online no dia 27 Março 2011, consultado o 30 Abril 2015. URL: <http://confins.revues.org/6970> ; DOI: 10.4000/confins.6970

MÉSZÁROS, I. **Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S.P. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?** In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília: EPE/MME, 2014

MUSTO, M. **A crise do capitalismo e a importância atual de Marx**. Entrevista com Hobsbawm em 2008 para a revista SinPermiso disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-crise-do-capitalismo-e-a-importancia-atual-de-Marx/4/14529>. 29 -9-2008 acesso em 25 de abril de 2016.

OSTRY, J. D; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. **Neoliberalism: Oversold?** Finance&Development. June 2016, Vol. 53, No. 2. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>.

EDENHOFER, O; PICHES-MADRUGA, R.; SOKONA, Y.; FARAHANI, E.; KADNER, S.; SEYBOTH, K.; ADLER, A.; BAUM, I.; BRUNNER, S.; EICKEMEIER, P.; KRIEMANN, B.; SAVOLAINEN, J.; SCHLÖMER, S.; VON STECHOW, C.; ZWICKEL, T. J.C. (eds). **Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment. Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA. IPCC, 2014

PAULA, J.A. **Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil**. In: ALMEIDA et al. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e situação do Brasil. **Estudos Avançados**, n. 66, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>.

_____. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação mundial à luz da História. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n.10, abri-jun 2012.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

PORTAL DO MAR. **Descaso, violações e lutas – Comunidade Maceió**. Outubro de 2010. Disponível em <http://goo.gl/sKkg3W>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

_____. **Parques eólicos desestruturam a dinâmica ambiental e ecológica do litoral**. Entrevista com Jeovah Meireles. Agosto de 2013. Disponível em: <http://goo.gl/zFczjl>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

_____. **Parques eólicos devastam ecossistemas raros e frágeis**. Março de 2011. Disponível em: <http://goo.gl/b1JiHp>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

PORTO, M. F., FINAMORE, R. F. H. **Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 2013. <http://rccs.revues.org/5217>. Acessado em 30 de abril de 2015.

PORTO, M.; MILANEZ, B. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. 14(6):1983-1994. 2009.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios**. Florianópolis, SC: Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Vol. 09 n.º 01, 2012.

RIGOTTO, R.; ROCHA, M. M.; **Caminhos e desafios na formação de docentes e pesquisadores para práxis acadêmica emancipatória: a experiência do Núcleo Tramas/UFC, Brasil**. Seminário Avançado Alice. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 2015.

RODRIGUES, M. F. F. **A terra camponesa como re/criação: genealogia do lugar e da paisagem**. Fortaleza, EUFE, 2000, 190 p. Dissertação de Mestrado.

SADER, E. **Argentina, laboratório de experiências neoliberais**. 2016. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/216062/Argentina-laborat%C3%B3rio-de-experi%C3%Aancias-neoliberais.htm>.

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SEINFRA).

Atlas do Potencial Eólico do Estado do Ceará. Fortaleza. 2001

SEVÁ, O. **Estranhas catedrais: Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade.** São Paulo: Ciência e Cultura. Vol. 60, nº03, 2008.

SOBRAL, F. M. **Os Grundrisse de 1857-1858 como Manifesto Social.** Tese - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais.** In: Zhouri, A; Laschefski, K;Pereira, D.B. (orgs.) *A insustentável leveza da Política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.* 2ªed. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 - INFORMATIVO CONSÓRCIO BALEIA



Energia eólica no Brasil

O potencial de energia eólica no Brasil está estimado em 200 TWh/ano, o que representa 10% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país.

De acordo com o Conselho Brasileiro de Energia Eólica (CBEE), o potencial de energia eólica no Brasil é de 200 TWh/ano, o que representa 10% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país.

O crescimento da energia eólica no Brasil tem sido impulsionado por fatores como a queda dos custos de produção, o aumento da demanda por energia limpa e a busca por fontes renováveis de energia.



Análise de produção de energia eólica

- 1. Identificar as condições climáticas locais (velocidade média do vento, direção predominante, etc.).
- 2. Avaliar a capacidade de geração de energia eólica com base nos dados coletados.
- 3. Considerar o impacto ambiental e social da instalação de parques eólicos.

A instalação de Parques Eólicos Subúrbios é importante para:

- 1. Reduzir a dependência de energia elétrica de outras regiões.
- 2. Promover o desenvolvimento econômico local.
- 3. Melhorar a qualidade de vida das comunidades vizinhas.

Em diversas localidades do Brasil, inclusive em outras regiões do Ceará, há instalação de Complexos Eólicos, o que contribui com o desenvolvimento e visibilidade dessas localidades.

Como a energia chegará até as casas?

Após gerar a energia, ela é enviada para o sistema de transmissão de energia elétrica, que transporta a energia grande distâncias. Depois, a energia é enviada para o sistema de distribuição de energia elétrica, que entrega a energia para as residências.



1. Energia gerada pelas turbinas eólica é enviada para o sistema de transmissão de energia elétrica.
2. O sistema de transmissão de energia elétrica transporta a energia para o sistema de distribuição de energia elétrica.
3. O sistema de distribuição de energia elétrica entrega a energia para as residências.



O Complexo Eólico terá a seguinte formação:

- 1. Turbinas Eólicas - 10 unidades
- 2. Subestação - 1 unidade
- 3. Linhas de Transmissão - 10 km
- 4. Linhas de Distribuição - 10 km
- 5. Residências - 100 unidades

Importante saber: a energia eólica é uma fonte renovável de energia limpa e sustentável, que não produz emissões de gases de efeito estufa e não requer água para sua produção.

- Parques Eólicos não utilizam água para geração de energia e sim, o VENTO

- Há previsão de geração de empregos durante todas as fases do empreendimento, que serão preenchidos com mão de obra local, inclusive durante a operação.

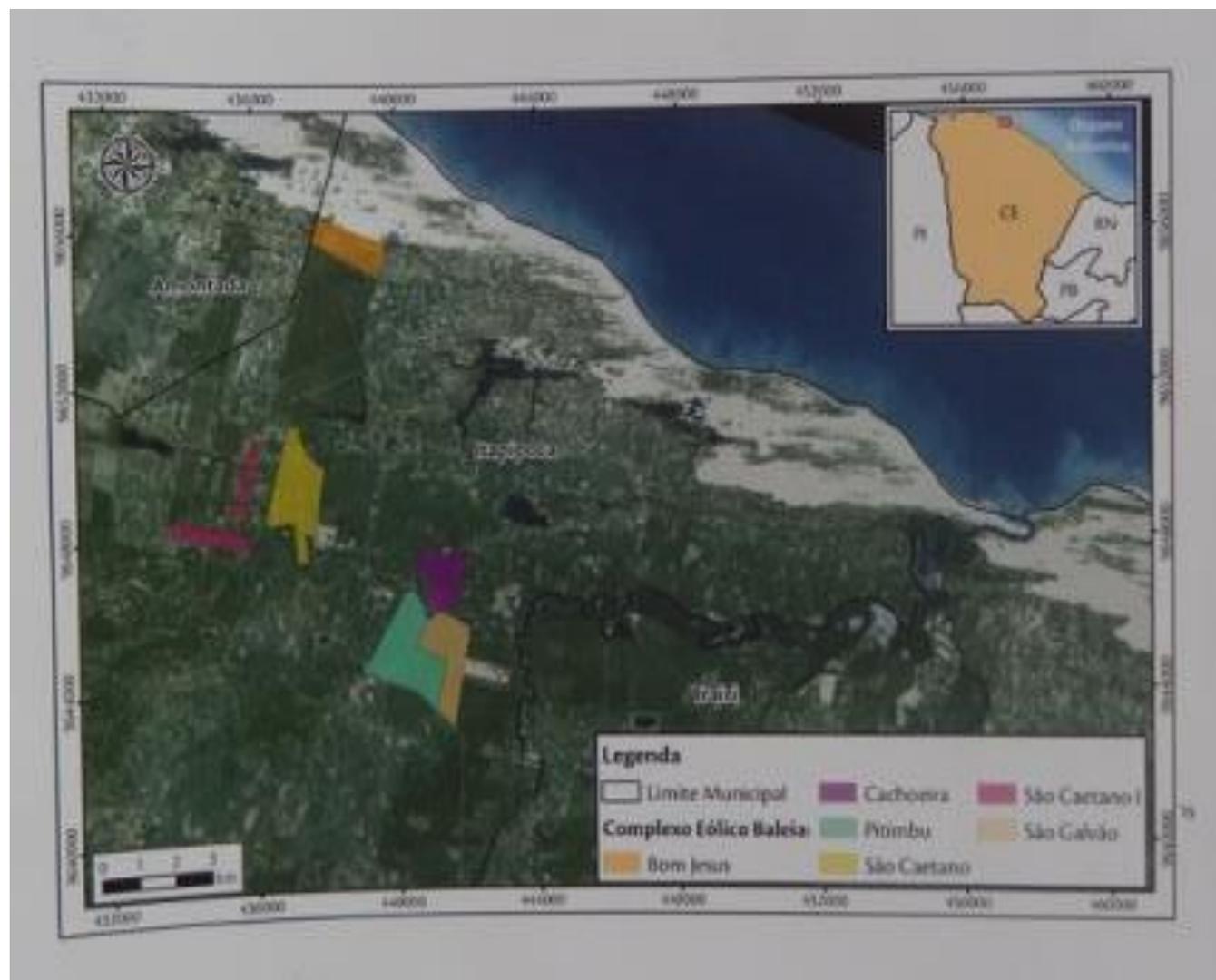
- O empreendimento não causa ruído prejudicial pelas aerogeneradoras.

- Não ocorre produção permanente de detritos ou lixo das aerogeneradoras.

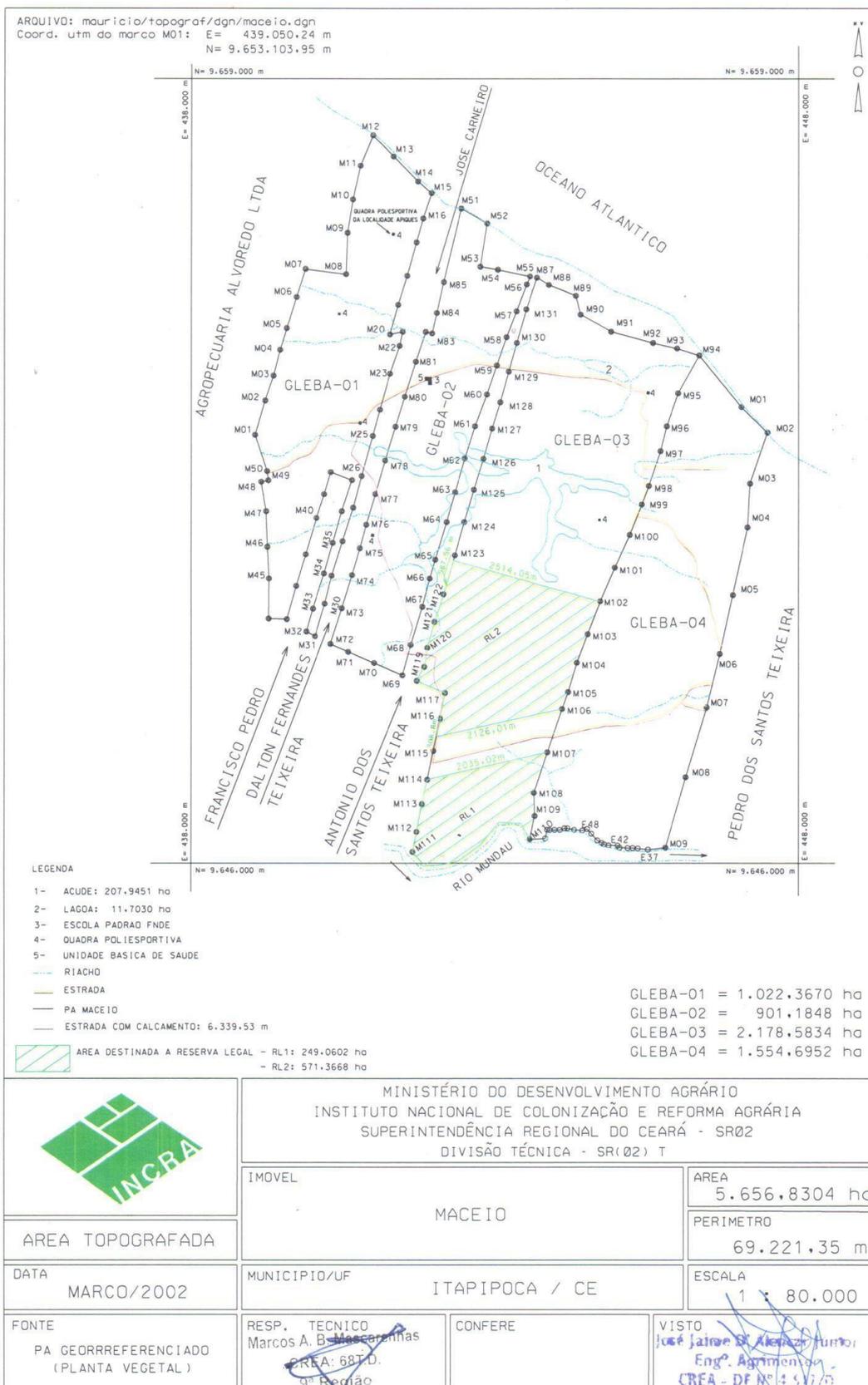
- O ruído das aerogeneradoras será imperceptível dentro das residências.

- Serão utilizadas áreas já destinadas para implantação dos parques.

- Parques Eólicos não utilizam água para geração de energia e sim, o VENTO!
- Há previsão de geração de empregos durante todas as fases do empreendimento, vagas que serão preenchidas com mão de obra local, inclusive durante a operação;
- O empreendimento não causa radiação propagada pelos aerogeradores;
- Não ocorrerá poluição proveniente de derramamento de óleo dos aerogeradores;
- O ruído dos aerogeradores será imperceptível dentro das residências;
- Serão utilizadas áreas já contratadas para implantação dos parques.



ANEXO 2 - MAPA ASSENTAMENTO MACEIÓ



Fonte: INCRA

**ANEXO 3 – DOCUMENTO ENVIADO AO INCRA FIRMANDO
POSICIONAMENTO DO ASSENTAMENTO MACEIÓ QUANTO A
IMPLANTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS.**

315000-52 (02) CE. 0268/2014-19

Associação Comunitária do imóvel Maceió – ASCIMA
Córrego da Estrada – Marinheiros Itapipoca – CE
CEP: 62.500-000
CNPJ: 23.727.969/0001-64
Itapipoca, 26 de Fevereiro de 2014

DOCUMENTO DO ASSENTAMENTO MACEIÓ PARA O INCRA



Ilmo Sr. Superintendente do INCRA

Vimos através da associação e em nome das famílias assentadas e agregadas que residem neste Projeto de Assentamento solicitar da superintendência deste órgão que o mesmo não venha aprovar nenhum projeto que não esteja em acordo com os assentados, do tipo "energia eólica". Temos conhecimento dos transtornos que a mesma vem causando aonde está sendo instalada e não desejamos conviver com mais esse problema, pois este assentamento já tem muitos problemas a serem resolvidos, há muito tempo o que não aconteceu. Já tomamos conhecimento dos transtornos que a mesma traz para as famílias que moram nas proximidades das torres onde já foi implantado neste litoral cearense. Como exemplo temos a Prainha do Cantó Verde e a comunidades de Cumbes. Também constatamos que as pessoas que moram na região de Moitas e Sabiaguaba estão sendo afetadas só com as instalações. Também é do nosso conhecimento que as famílias do distrito do Mundaú estão passando por dificuldades para encontrar locais para morar. Gostaríamos de ressaltar que este órgão alega que tem pouca terra para os assentados morar dentro deste assentamento, por isso é mais um motivo de não aceitarmos um projeto dessa natureza, sabemos que por onde passa uma rede de energia toma um espaço de 50m de largura e mais toda a extensão da área e que ninguém pode morar, plantar ou criar. Conscientes de que a terra do assentamento é pouca, não cedemos ou alugamos a área para projetos dessa natureza. Nos informamos também de que quando são feitas negociações com essas empresas, para localizar as pessoas responsáveis tem a maior dificuldade. Tudo é motivo de não aceitarmos esse tipo de projeto. Queremos deixar claro que promessas de emprego e desenvolvimento são muitas, mas na verdade são poucos, os empregos são os mais humildes e muitas vezes são só para causar problemas com as famílias nativas. Sabemos também que durante a implantação das torres há um grande consumo de água, temos como exemplo a lagoa do Sabiaguaba, foi necessário a intervenção dos órgãos ambientais proibindo a retirada da água daquela lagoa. Por isso antes de qualquer aprovação de projeto dessa natureza queremos nos declarar totalmente contra a qualquer coisa dessa natureza neste PA. Gostaríamos de pedir que seja analisado este documento com muito cuidado e atenção, e veja que isto é uma

ASSINATURA

proposta de rejeição dos que fazem o assentamento Maceió até porque sabemos que qualquer empreendimento desse tipo não prejudica as entidades governamentais e sim a população que vive diretamente no PA e que essa não é a solução para nós.

Desde já agradecemos a vossa atenção e apreço.

Antônio Alves do Nascimento

Antônio Alves do Nascimento

PRESIDENTE

SEGUE EM ANEXO AS ASSINATURAS DAS FAMILIAS

ANEXO 4 - ANEEL – REVOGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO EÓLICA MACEIÓ

PROCESSO: 48500.003379/2001-96

INTERESSADOS: Eólica Maceió Ltda.

RELATOR: Diretor André Pepitone da Nóbrega

RESPONSÁVEL: SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO – SCG

ASSUNTO: Pedido de revogação da autorização da EOL Maceió, localizada no município de Maceió de Itapipoca, estado do Ceará.

I. RELATÓRIO

Em 17 de novembro de 2001, por meio da Resolução nº 564, a SIFF foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Eólica Maceió, com 235.800 kW de potência total instalada, localizada no Município de Maceió de Itapipoca, Estado do Ceará.

2. Em 9 de setembro de 2003, por meio da Resolução nº 461, a ANEEL autorizou a transferência da EOL Maceió da SIFF para a empresa Eólica Maceió Ltda.

3. Em 5 de maio de 2009, por meio da correspondência Ref: Maceió 001/2009, a Eólica Maceió Ltda. solicitou a revogação da Resolução nº 564, de 2001, vislumbrando a participação nos leilões de energia nova.

4. As Superintendências de Estudo de Mercado (SEM) e de Regulação da Transmissão (SRT), manifestaram-se acerca do assunto por meio Memorandos nº 239/2009-SEM/ANEEL, de 21 de julho de 2009 e nº 360/2009-SRT/ANEEL, de 09 de outubro de 2009.

5. Por meio dos e da Nota Técnica nº 013/2010-SFG/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) se posicionou favoravelmente à revogação em tela.

6. Em 23 de maio de 2012, mediante Nota Técnica nº 222, a SCG fez a análise do assunto e concluiu favoravelmente pela emissão do ato autorizativo.

7. A minuta de Resolução foi analisada e chancelada pela Procuradoria Geral.



8. É o Relatório.

Brasília, 26 de junho de 2012.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA
Diretor